

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE ARQUITETURA E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA**

RAQUEL PANKE

**A CONSTRUÇÃO MULTIDIMENSIONAL DE TERRITÓRIOS
INSULARES PROTEGIDOS: ENTRE A PRODUÇÃO URBANA
E A TURISTIFICAÇÃO**

CURITIBA

2017

RAQUEL PANKE

**A CONSTRUÇÃO MULTIDIMENSIONAL DE TERRITÓRIOS
INSULARES PROTEGIDOS: ENTRE A PRODUÇÃO URBANA
E A TURISTIFICAÇÃO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito para obtenção do título de Doutora.

Orientador: Prof. Dr. Mario Procopiuck.
Co-Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio, PhD.

CURITIBA

2017

Aos homens e mulheres da minha vida:
Arlindo, Noemia, Luciana, Rafael,
Guilherme, Augusto, Carlos Magno.

AGRADECIMENTOS

Gratidão, substantivo que expressa o sentimento que envolve esta conquista, advinda da superação de tantos desafios e transformações, vividas nesses últimos quatro anos, apenas possível pela graça de Deus... Agradeço a Deus, pois sem Ele, nada seria possível, nem a vida, nem a alegria, nem a sabedoria.

Agradeço a minha família amada: meus pais, Arlindo e Noemia, pelo apoio e incentivo em todas as horas, desde sempre, e em todos os projetos de minha vida; minha irmã, pela figura inspiradora que é, e que muito me orgulha; meu irmão, pelo carinho e doçura.

Agradeço aos meus filhos lindos, Guilherme e Augusto, presentes de Deus na minha vida, pela compreensão pelos momentos que estive ausente, pelo companheirismo de todas as horas e pelo amor maior que sentimos uns pelos outros, que me alimenta a cada dia.

Agradeço ao Carlos, meu companheiro de academia, de praia, de casa, de vida, de todos, todos os momentos, pela parceria, pelas dicas, pela paciência, pela crítica, pela admiração, pelos abraços confortantes e pelo amor que construímos a cada dia.

Agradeço a minha querida sogra, Idalina, pelas orações, pela gentileza e bondade incomparáveis.

Agradeço aos meus orientadores, Carlos Alberto Cioce Sampaio e Mario Procopiuck, pela força, pela generosidade, pelo conhecimento compartilhado, pelas conversas maravilhosas, pela inspiração, pelo exemplo e pelo profundo respeito que sentimos pela vida.

Agradeço à professora Vaquiria Elita Renk, pela partilha e pela amizade de tantos verões e de tantos invernos. Agradeço ao professor Miguel Bahl, que me iniciou na construção do conhecimento, nos idos anos de Graduação e me inspirou para chegar até aqui. Agradeço ao professor Luciano Félix Florit, pela disponibilidade, pela presteza e delicadeza em aceitar meu convite.

Agradeço aos professores e coordenadores, em especial, à professora Samira e a nossa fiel escudeira, Pollyana, do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana.

Agradeço à PUCPR, pela oportunidade de realizar mais um sonho.

“Quero encontrar a Ilha desconhecida,
quero saber quem sou quando nela estiver.”

José Saramago

RESUMO

A construção multidimensional de um território norteia a discussão teórica do presente estudo, considerando a perspectiva de apropriação de um espaço, a partir das relações de poder institucionalizadas, a conservação ambiental e a identidade cultural de seu povo. Nesse sentido, objetiva-se compreender a ocupação urbana em territórios cuja concretude se estabelece em espaços insulares e sua territorialização é regida, prioritariamente, pela institucionalização de políticas ambientais, em um contraponto entre os desafios do desenvolvimento econômico e a conservação, considerando restrições ambientais, refletidas no âmbito social. Essa discussão se justifica porque territórios insulares protegidos são áreas de visitação turística, em especial, devido à singularidade da paisagem e beleza cênica, fato que beneficia o desenvolvimento econômico, mas que pode levar a uma expansão urbana desordenada. Entre os autores consultados estão Haesbaert (2006), Rafesttin (1993), Pecqueur (2000), Sachs (2008), Dowbor (2009), Santos (1998), cujos temas versam sobre territorialidade, urbanização, sustentabilidade, inovação social e Turismo, respectivamente. Para retratar a relação entre a urbanização e o Turismo foram realizados dois estudos de caso: o primeiro, na Ilha de Fernando de Noronha, caso emblemático brasileiro na condução da legislação ambiental e uso turístico, localizado na região Nordeste, distante 545 km do litoral pernambucano e o segundo, na Ilha do Mel, atrativo turístico relevante e com tradição nas discussões sobre sua ocupação e manejo, localizado na região Sul, distante 24 km do litoral paranaense. O delineamento metodológico abordou uma pesquisa empírica, de cunho qualitativo, pautada na análise de conteúdo de documentos oficiais das Ilhas e pelo resultado da pesquisa observacional, realizada *in loco*, complementada por entrevistas com autóctones, turistas qualificados e representantes institucionais. Diante do exposto, foi possível estabelecer uma ponte entre a produção urbana e a turistificação de territórios insulares protegidos.

Palavras – chave: Território. Sustentabilidade. Urbanização. Turismo.

ABSTRACT

The multidimensional construction of a territory guides the theoretical discussion of the present study considering the perspective of appropriation of a space from the institutionalized power relations, the environmental conservation and the cultural identity of its people. In this sense, the objective is to understand the urban occupation in territories whose concreteness is established in insular spaces and its territorialization is governed, as a priority, from the institutionalization of environmental policies, in a counterpoint between the challenges of economic development and conservation considering environmental restrictions reflected in the social sphere. This discussion is justified because protected island territories are areas of tourist visitation, especially due to the singularity of the landscape and scenic beauty, a fact that benefits the economic development, but that can lead to a disorderly urban expansion. Among the authors consulted are Haesbaert (2006), Rafesttin (1993), Pecqueur (2000), Sachs (2008), Dowbor (2009), Santos (1998), among others, whose subjects were territoriality, urbanization, sustainability, social innovation and tourism. Two case studies were carried out to portray the relationship between urbanization and tourism; The first on the island of Fernando de Noronha, a Brazilian emblematic case for the conduction of environmental legislation and tourist use, located in the Northeast region, 545 km off the coast of Pernambuco and the second on Ilha do Mel, a relevant tourist attraction with a tradition in Occupation and management, located in the South region, distant 24 km from the coast of Paraná. The methodological design was based on an empirical research of a qualitative nature based on the analysis of content of official documents of the islands and the results of the observational research carried out in loco, complemented by interviews with native inhabitants, qualified tourists and institutional representatives. In view of the above, it was possible to establish a bridge between urban production and the touristification of protected island territories.

Key words: Territory. Sustainability. Urbanization. Tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de Unidades de Conservação	29
Quadro 1 – Unidades de Conservação de Proteção Integral	30
Quadro 2 – Unidades de Conservação de Uso Sustentável	31
Figura 2 – Diretrizes Metodológicas do Ministério do Meio Ambiente	33
Quadro 3 – Inovação Social e Governança	45
Quadro 4 – Construção do Território	47
Figura 3 – Modelo de Butler	55
Quadro 5 – Eixos de Inovação Social	62
Quadro 6 – Análise Comparativa	65
Figura 4 – Fatores de Interveniência de Sustentabilidade	72
Figura 5 – Abordagens, critérios e ferramentas para o turismo sustentável	75
Quadro 7 – Matriz Analítica	85
Figura 6 – Mapa de Localização do Arquipélago de Fernando de Noronha	94
Figura 7 – Memorial Noronhense	96
Figura 8 – Palácio de São Miguel	97
Figura 9 – Fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios	98
Figura 10 – Projeto CELPE	102
Figura 11 – <i>Mabuya Maculata</i>	105
Figura 12 – <i>Ficus Noronhense</i>	106
Figura 13 – Mapa de Zoneamento Ambiental da Ilha de Fernando de Noronha.....	107
Figura 14 – Aeroporto e área militar da aeronáutica	108
Figura 15 – Organograma	110
Figura 16 – Mapa Estratégico de 2016	113
Figura 17 – Projeto TAMAR	115
Figura 18 – Projeto TAMAR	116
Figura 19 – Taxa de Permanência	117
Figura 20 – Placa do Bicletário	118
Figura 21 – Selo de Hospedaria Familiar	119
Figura 22 – Vila dos Remédios	121
Figura 23 – Entrada do Parque Nacional Marinho	122
Figura 24 – Trilha	123

Figura 25 – Mapa de localização às praias abertas à visitação	124
Figura 26 – Porto de Santo Antonio	125
Figura 27 – Evolução histórica da Vila dos Remédios	127
Figura 28 – Drenagem	128
Figura 29 – Rodovia Federal BR 363	130
Figura 30 – Bosque do Flamboyant	131
Figura 31 – Hotel Esmeralda.....	132
Figura 32 – Mapa Satélite da Ilha de Fernando de Noronha.....	135
Figura 33 – Frota de veículos.....	138
Figura 34 – Placa de Informação do Terminal de Embarque	142
Figura 35 – Mapa de Localização da Ilha do Mel	143
Figura 36 – Farol das Conchas	145
Figura 37 – Posto de Saúde e Polícia Militar.....	146
Figura 38 – Associação dos moradores da Encantadas da Ilha do Mel	150
Figura 39 – Praias da Ilha do Mel.....	151
Quadro 8 – Conselho Gestor da Ilha do Mel	155
Figura 40 – Trilhas	157
Figura 41 – Sinalização.....	158
Figura 42 – Trapiche nova Brasília.....	160
Figura 43 – Depósito de Lixo.....	164
Figura 44 – Portal do Farol das Conchas	166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABALINE - Associação dos Barqueiros do Litoral do Paraná.
- ABETA - Associação Brasileira das Empresas de EcoTurismo e de Turismo de Aventura.
- ACOIM - Associação dos Comerciantes da Ilha do Mel – (Brasília e Encantadas).
- ACTURIM - Associação do Comércio e Turismo da Ilha do Mel.
- ADFN - Administração de Fernando de Noronha.
- ADEFN – Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha.
- AME - Associação dos Moradores da Ilha do Mel.
- ANIMPO - Associação dos Nativos da Ilha do Mel.
- ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores.
- APA - Área de Proteção Ambiental.
- APL - Arranjo Produtivo Local.
- BPFLO - Batalhão de Polícia Florestal.
- CAGEPAR - Companhia de Água e Esgoto de Paranaguá.
- CE – Ceará.
- CELEPAR – Companhia Paranaense de Processamento de Dados.
- CELPE – Companhia de Energia Elétrica de Pernambuco.
- CEPEHC – FN - Centro de Pesquisa Histórica e Cultural de Fernando de Noronha.
- COCAMEL - Cooperativa dos Campings da Ilha do Mel.
- COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento.
- CONDIMA - Conselho Distrital da APA.
- COPEL - Companhia de Energia Elétrica do Paraná.
- CPRH – Comando da Aeronáutica.
- CRISES - *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales.*
- EEIM - Estação Ecológica da Ilha do Mel.
- EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- EMILHA - União das Mulheres da Ilha.
- EMPETUR - Empresa Pernambucana de Turismo.
- ESEC - Estação Ecológica.
- FAB – Força Aérea Brasileira.
- FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento.

FNMA - Fundo Nacional de Meio Ambiente.

IAP – Instituto Ambiental do Paraná.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

LAC - Limite Aceitável de Mudança.

OCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

ONGs - Organizações Não Governamentais.

PARNA – Parque Nacional.

PARNAMAR - Parque Nacional Marinho.

PCDF - *People Centered Development Forum*.

PE – Pernambuco.

PEIM - Parque Estadual da Ilha do Mel.

PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PR – Paraná.

PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo.

PROJETO TAMAR – Tartarugas Marinhas.

RN – Rio Grande do Norte.

SIAB - Sistema de Informação de Atenção Básica.

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

SPU - Secretaria de Patrimônio da União.

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta.

TPA – Taxa de Preservação Ambiental.

UCs - Unidades de Conservação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO	15
1.2	HIPÓTESES	16
1.3	OBJETIVOS	16
1.3.1	Objetivo Geral.....	16
1.3.2	Objetivos Específicos	16
1.4	JUSTIFICATIVA.....	17
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1	TERRITORIALIDADES NO ÂMBITO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO	19
2.1.1	Ordenamento Territorial e a Urbanização: uma Distinção sobre Municípios, Vilas e Distritos.....	19
2.1.2	Governança Territorial no Âmbito Institucional	23
2.2	TERRITÓRIO INSULAR PROTEGIDO: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL	26
2.3	A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO INSULAR PROTEGIDO TURISTIFICADO 39	
2.3.1	Turismo e Territorialidades	50
2.4	CONSTRUÇÃO MULTIDIMENSIONAL DO TERRITÓRIO: DA URBANIZAÇÃO À TURISTIFICAÇÃO	56
2.4.1	Dimensões da Sustentabilidade e o Território Turistificado	68
2.4.1.1	Tipologias do Turismo, sustentabilidade e inovação social	77
3	METODOLOGIA.....	81
3.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	83
4	CASOS EMBLEMÁTICOS BRASILEIROS DE TERRITÓRIOS INSULARES PROTEGIDOS: ENTRE A URBANIZAÇÃO E A TURISTIFICAÇÃO	89
4.1	ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA: PARQUE NACIONAL MARINHO E ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	92
4.1.1	Caracterização do Território: Dimensão Histórica e Geográfica	92
4.1.2	Caracterização do Território: Dimensão Sociocultural e Econômica	99
4.1.3	Caracterização do Território: Dimensão Ambiental e Ecológica	103
4.1.4	Arranjo Institucional	107
4.1.5	Categoria de Observação A: Turismo.....	115

4.1.6	Categoria de Observação B: Urbanização	125
4.1.6	Resultados da Pesquisa de Campo Qualitativa: Turismo e urbanização ...	135
4.2	ILHA DO MEL: PARQUE ESTADUAL E ESTAÇÃO ECOLÓGICA	139
4.2.6	Caracterização do Território: Dimensão Histórica e Geográfica	140
4.2.7	Caracterização do Território: Dimensão Sociocultural e Econômica	146
4.2.8	Caracterização do Território: Dimensão Ambiental e Ecológica	150
4.2.9	Arranjo Institucional	153
4.2.10	Categoria de Observação A: Turismo.....	155
4.2.11	Categoria de Observação B: Urbanização	160
4.2.12	Resultados da Pesquisa de Campo Qualitativa: Turismo e Urbanização...	164
4.3	FERNANDO DE NORONHA (PE) E ILHA DO MEL (PR): CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO MULTIDIMENSIONAL DO TERRITÓRIO	168
5	CONCLUSÃO.....	177
	REFERÊNCIAS.....	184
	APÊNDICE A – ROTEIRO DA PESQUISA OBSERVACIONAL – GRUPOS SOCIAIS 1, 2 E 3	197
	APÊNDICE B – ROTEIRO DA PESQUISA OBSERVACIONAL – CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE CASO	198

1 INTRODUÇÃO

A organização do espaço geográfico é o ponto de partida para a compreensão de suas categorias e a distinção de seus conceitos quanto à construção de um território apoiada nesse espaço. O território, para Raffestin (1993), é o produto dos atores sociais, os quais interagem com o espaço (físico), de forma transformadora (social e cultural), construindo-o de modo processual, pela manifestação das relações de poder. Ainda, nessa perspectiva, o território ocorre pela aglomeração de pessoas que, juntas, se apropriam de um espaço e criam sua identidade.

Nessa linha, pode-se referendar que o desenvolvimento territorial “apoia-se, antes de tudo, na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de uma certa região” (ABRAMOVAY, 1998, p.13). Dessa maneira, requer uma organização institucional que determine o tipo de humanização que a paisagem poderá comportar e, ao mesmo tempo, gerar a apropriação social do território.

Independente do tipo geográfico que caracteriza um território, a ocupação urbana só acontece com as limitações de ordem política que institucionalizam sua construção e das relações de governança estabelecidas.

Nesse sentido, ao considerar a ocupação urbana em territórios cuja concretude se estabelece em espaços insulares, deve-se também, incluir aspectos que ultrapassem as políticas sociais e econômicas, uma vez que sua territorialização é regida pela institucionalização de políticas ambientais, ora mais, ora menos, restritivas.

Quando territórios insulares são incorporados a uma rede de conservação ambiental, passam a ser monitorados pela institucionalização de um sistema em que um dos seus objetivos é proteger sua aparente fragilidade ambiental frente à expansão urbana, garantindo a manutenção da sua biodiversidade e limitando o uso de seus recursos naturais.

A partir dessas premissas, a formação de núcleos urbanos nesse tipo de território, se apresenta de forma contraditória porque a prioridade dessas áreas é a proteção da fauna e da flora, cuja institucionalização é definida claramente, por legislação própria. Fato que também contradiz ao próprio conceito de território que só se constrói pela existência de Grupos sociais.

Portanto, a territorialização de espaços insulares protegidos está atrelada à sua institucionalização, determinante para limitação da sua densidade demográfica. Isto se deve à busca pelo equilíbrio, entre os pressupostos da sustentabilidade em suas dimensões espacial, ambiental e institucional com seus aspectos relacionados aos âmbitos social, cultural e econômico.

Considerando os elementos da territorialidade indicados, visualiza-se a relevância deste estudo ao dialogar com a questão do urbano no viés dos territórios insulares, cujas características sociais apresentam desafios quanto à infraestrutura e ao desenvolvimento econômico e, o contraponto com relação à obrigatoriedade de conservação ambiental, a partir de restrições na ocupação e uso do solo.

O direcionamento, apontado no escopo deste estudo, demonstra-se instigante, pois tem um olhar de antecipação aos problemas urbanos que podem ocorrer em territórios insulares protegidos, ao detectar uma visão colaborativa que se estenda para realidades, nem sempre consideradas, uma vez que a pressão social e demográfica não é significativa para a escolha de prioridades da governança institucional.

Essa discussão se justifica porque os territórios insulares são visados como áreas de visitação turística, justamente, por sua singularidade paisagística, cujo interesse provocado pelo Turismo pode levar a uma expansão urbana desordenada e por atividades de exploração predatória.

Portanto, a inquietação relatada se deve pela possível pressão turística sobre tais territórios que são turistificados e modificados, não necessariamente, para atender às necessidades locais de urbanização, mas para ampliar o crescimento econômico, decorrente da atividade.

Para tanto, o delineamento metodológico adotado na pesquisa ocorreu pela seleção de casos emblemáticos brasileiros que retratem a relação, entre a urbanização e o Turismo, por meio de pesquisas empíricas, de cunho qualitativo, com visitas a campo, de forma observacional.

Para subsidiar o estudo empírico foram selecionados os parques de Fernando de Noronha, considerado um exemplo emblemático brasileiro na condução da legislação ambiental e uso turístico, localizado na região Nordeste, distante 545 km do litoral pernambucano e, o parque da Ilha do Mel, avaliado como um atrativo

turístico relevante e com tradição, nas discussões sobre sua ocupação e manejo, localizado na região Sul, distante 24 km do litoral paranaense.

Portanto, o estudo configurou-se em uma discussão sobre os territórios insulares protegidos, categorizados como casos emblemáticos, com dados coletados por meio de pesquisa empírica, fundamentada na análise de conteúdo dos planos de manejo dos parques selecionados, documentos oficiais, como diagnósticos e resumos executivos, complementados por entrevistas, realizadas nas Unidades de Conservação, além da observação *in loco* dos territórios.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

A territorialização de espaços insulares protegidos suscita discutir a questão institucional, referente à ocupação urbana e à sua relação com a turistificação, uma vez que retratos pessimistas sobre a produção do urbano, em zonas costeiras, é recorrente em estudos que tratam de impactos ambientais, em especial, em função da pressão turística.

Para tanto, foram selecionados dois casos emblemáticos brasileiros que personificam a discussão e que sugerem os seguintes questionamentos:

- a) Qual a relação entre a produção do espaço urbano e a turistificação em territórios insulares protegidos?
- b) Qual a percepção dos Grupos sociais sobre a produção do espaço urbano e sobre a turistificação desses territórios?
- c) Quais boas práticas poderiam ser replicadas em territórios insulares protegidos, em fase de ordenamento e uso turísticos?

Para responder às reflexões apontadas, levou-se em consideração as características de formação dos territórios que Haesbaert (2006), classifica como uma construção multidimensional que deve identificar três vertentes:

- a) Política: relações de espaço-poder institucionalizadas.
- b) Cultural: apropriação/valorização simbólica de um Grupo em relação ao espaço.
- c) Econômica: território como fonte de recursos e na relação capital-trabalho.

Além dessas vertentes, Elkington (2012, p.33), recorda, do ponto de vista da sustentabilidade, que há tempos que se tenta harmonizar o pilar financeiro tradicional com o pilar ambiental: “Cada vez mais, estamos pensando em termos de

“três pilares”, com enfoque na prosperidade econômica, na qualidade ambiental e no elemento ao qual (...) tendem a fazer vistas grossas, a justiça social”.

Portanto, tratando-se de Unidades de Conservação, também foi considerada como vertente de análise, a dimensão ambiental, que, juntamente, com a política cultural e econômica, responderão aos questionamentos.

1.2 HIPÓTESES

- a) A produção do espaço urbano em territórios insulares protegidos depende das relações de espaço-poder institucionalizadas.
- b) Os Grupos sociais reconhecem que os recursos naturais e culturais são capazes de gerar desenvolvimento social e econômico, por meio da turistificação do território.
- c) A turistificação territorial implica no aumento da urbanização, em espaços insulares protegidos.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Estabelecer a relação entre a produção urbana em territórios insulares protegidos e a turistificação, a partir de casos emblemáticos brasileiros na qualidade de parques.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Contextualizar elementos da ocupação urbana para além da formação de cidades com a questão da produção dos territórios insulares protegidos.
- b) Relacionar a turistificação territorial com o incremento urbano.
- c) Analisar casos de Unidades de Conservação existentes em territórios insulares, no Arquipélago de Fernando de Noronha (PE) e na Ilha do Mel (PR).

- d) Sistematizar os aprendizados quanto à coexistência entre atividade turística, território insular protegido e suas implicações na urbanização, dos parques investigados.

1.4 JUSTIFICATIVA

Discussões sobre a ocupação urbana e a busca por cidades sustentáveis é recorrente, principalmente, relativos aos grandes centros. No entanto, esse debate deve se estender para diferentes contextos de urbanização e incluir territórios, ora pouco considerados nesse quesito, como as Unidades de Conservação insulares.

Esse tipo de território protegido convive com populações tradicionais, nem sempre incluídas no processo de planejamento e ordenamento de sua área, fato que leva a uma reflexão contundente e muitos conflitos sociais.

Outro fator que pressiona esses lugares se refere ao apelo turístico, levando a urbanização, não apenas, para atender às necessidades sociais de sua população, mas, muitas vezes, priorizando os benefícios econômicos que o Turismo produz. Nesse sentido, pode-se identificar que os relatos preventivos para o planejamento urbano de tais espaços são incipientes frente ao potencial de impactos e desafios que se apresentam.

Diante de tais considerações, constata-se a importância da contextualização da costura entre os fundamentos teóricos do planejamento e da gestão urbana, ora aplicados em cidades médias constituídas, que se valem do instrumento de organização, preconizados em planos diretores, mas que em outras realidades, não se evidenciam.

Nesse aspecto, vale ressaltar, especialmente, a responsabilidade institucionalizada quanto à proteção de espaços ambientais delimitados geograficamente, mas que sofrem pressões variadas de uso, seja pela necessidade da qualidade de vida de seus moradores, seja em relação à vocação turística oriunda da singularidade de seus recursos naturais.

Considerando a problemática em torno da urbanização, entendida como inevitável em territórios insulares, apesar de estarem inseridos em Unidades de Conservação e sob as restrições inerentes à legislação ambiental, constata-se a importância de uma discussão que reflita sobre a questão urbana em tais realidades.

Esses espaços ainda devem levar em conta sua fragilidade e relevância como legado ambiental, assim como, devem prover as comunidades locais, com elementos estruturais compatíveis e que atendam, em sua maioria, às necessidades da demanda de visitantes, comumente advindos de grandes centros urbanos, em um desafiador mosaico institucional de aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos.

Nesse cenário, justifica-se a eminência de se compreender as implicações decorrentes da turistificação de territórios insulares protegidos, a partir da institucionalização desses espaços e as relações existentes entre os atores sociais envolvidos e as vertentes multidimensionais de sua construção.

Para tanto, o Parque Nacional de Fernando de Noronha e o Parque Estadual da Ilha do Mel pretendem personificar as relações em discussão por meio de estudos exploratórios nos dois casos, considerados emblemáticos no contexto brasileiro.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 TERRITORIALIDADES NO ÂMBITO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

A abordagem institucionalista constitui-se como um dos fundamentos para explicar a reprodução e a regularização das relações na construção das territorialidades. Para tanto, a necessidade de valorização de determinados espaços é destacada, conforme as características que lhes são inerentes, assim como, o caráter de organização geográfica que influenciam o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, territórios são formados por sistemas, que, como as demais produções da sociedade, estão sujeitos a constrangimentos de comunidades políticas com valores, crenças e tradições, representadas por mecanismos de governança (HOLLINGSWORTH; BOYER, 1997).

Essas relações se concretizam em diversas combinações que se apresentam de modo articulado, ou não, cujas características são de base heterogênea e podem determinar a organização das capacidades produtivas e distributivas nas diferentes configurações de um mesmo espaço, de acordo com Peck (2013).

Diante de variáveis multiplicadas pela originalidade de cada território, precisa-se compreender os meios de ordenamento territorial e a urbanização de seus espaços, atendendo às economias regionais e urbanas, seus padrões de institucionalização e contextos sociais, em concordância com arranjos institucionais específicos e previamente estabelecidos pela regulação e classificação que os distingue da legislação vigente.

2.1.1 Ordenamento Territorial e a Urbanização: uma Distinção sobre Municípios, Vilas e Distritos

A compreensão da visão dinâmica entre as relações de produção do território e do meio, que se transforma pela ocupação humana, são objetos do ordenamento territorial, ao planejar a organização urbana dessas relações, respeitando as especificidades locais.

...toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Nesse sentido, a gestão territorial necessita considerar aspectos demográficos, seu controle, a distribuição populacional, a formação de infraestrutura básica e de áreas funcionais, o uso adequado de áreas de proteção ambiental, a qualidade de vida, entre outros elementos inerentes a um núcleo urbano, como premissas na condução do seu desenvolvimento.

Ainda, nesse contexto, o mesmo autor determina que a construção do território deve analisar múltiplas dimensões que contemplem as relações de espaço-poder institucionalizadas, a apropriação de Grupos sociais em relação ao espaço e a compreensão do território, como fonte de recursos.

Miragaya e Signori (2006, p.137) enfatizam que se deve reconhecer a “necessidade de se compatibilizar as formas de ocupação e uso do território com suas potencialidades”, ou seja, cada localidade precisa de um olhar sobre seu planejamento urbano, em relação às suas singularidades.

Assim, a padronização de condutas para a produção do espaço urbano, apenas para núcleos urbanos que atendam às dimensões mínimas pré-estabelecidas de maneira institucional, regulam apenas, a expansão desses espaços. E os demais? Já que o País possui uma diversidade de realidades de ocupação humana?

De um modo geral, os instrumentos legais, direcionados ao aspecto urbano são característicos de municípios, excluindo-se outros tipos de núcleos de urbanização, como vilas e distritos, mas cuja aglomeração humana, também exige o planejamento de sua ocupação porque fazem parte de algum município ou simplesmente, porque possuem uma ocupação humana com potencial de crescimento.

Vale, portanto, compreender que por “municípios”, entende-se um conjunto, formado pela zona rural e pela zona urbana. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) define zona rural aquela que se constitui pela população em toda a área, fora dos limites urbanos, e o urbano constitui-se da população recenseada nas áreas urbanizadas que correspondem às cidades ou às áreas urbanas isoladas, que podem ser vilas ou distritos.

Lembrando que, dos 5.572 municípios estabelecidos no Brasil, de acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, divulgada em abril de 2016, pelo IBGE, apenas metade deles possui um Plano Diretor. Essa situação se deve, provavelmente, à sua obrigatoriedade legal, em pensar a organização urbana de modo padronizado, somente para cidades consideradas médias, definidas pela Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, no que se refere ao Estatuto das Cidades. O objetivo desse Estatuto, portanto, “é garantir o direito à cidade como um dos direitos fundamentais da pessoa humana, para que todos tenham acesso às oportunidades que a vida urbana oferece.”

Apesar de Ribeiro (2011) definir “município” como a porção geral de um território que engloba a área rural e urbana, ao passo que as cidades remetem à sede administrativa e, geralmente, mais urbanizadas, não há um ordenamento territorial mínimo, padronizado, para todas as diferentes realidades do cenário brasileiro, incluindo o contexto de vilas e distritos ou áreas urbanas isoladas.

Portanto, não se considera que o substantivo “município” seja sinônimo de cidade, sem levar em conta aspectos relacionados à forma de apropriação dos Grupos sociais sobre o território, como sugerem Rezende e Castor (2005, p. 2 - 3):

Cidades são Grupos de pessoas reunidas em um determinado espaço físico para se protegerem mutuamente, onde trocam entre si os produtos de suas habilidades próprias, cumprindo em conjunto tarefas e trabalhos que não podem ou não querem realizar sozinhos. Municípios são mais que cidades obedecendo à mesma dinâmica. Resumindo, enquanto nas cidades vive-se associado, nos municípios vive-se em associação. (...). Quando, além disso, aprender a conviver harmoniosamente com a natureza, estará nascendo um município em que a vida em conjunto é sustentável.

Diante dessa reflexão, percebe-se que a construção de um território vai além dos conceitos que definem os núcleos urbanos e que considera, principalmente, as relações sociais que transformam o espaço.

Braga et al. (2004b, p.13) acreditam que:

Um município é considerado mais ou menos sustentável à medida que é capaz de manter ou melhorar a saúde de seu sistema ambiental, minorar a degradação e o impacto antrópico, reduzir a desigualdade social e prover os habitantes de condições básicas de vida, bem como de um ambiente construído saudável e seguro, e ainda de construir pactos políticos que permitam enfrentar desafios presentes e futuros.

Entre os mecanismos de ordenamento territorial, já existentes, citam-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Política Nacional de Meio

Ambiente (PNMA), a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável, o Programa de Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento, Programas de Agenda 21 Local, Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), entre outros, levantados em pesquisa documental nas páginas eletrônicas das instituições elencadas, as quais mencionam recomendações e diretrizes para organizar a ocupação e o uso de distintos espaços.

Entre os mencionados, inclui-se o Ministério da Integração Nacional que elaborou um documento base, cujo conceito de ordenamento territorial refere-se a:

regulação das ações que tem impacto na distribuição – da população, das atividades produtivas, dos espaços de conservação ambiental, das áreas consideradas como de interesse para a segurança do território nacional, dos equipamentos – e suas tendências, assim como a delimitação de territórios, segundo uma visão estratégica, considerando as ofertas e restrições, mediante articulação institucional e negociação de múltiplos atores (PNOT, 2006, p.19).

Muito embora haja uma gama de instrumentos para o ordenamento territorial, contemplado por políticas públicas, planos, programas e sistemas, percebe-se a ausência de uma articulação entre eles.

Por isso, se propõe uma política nacional que pressupõe a otimização da distribuição da população e das atividades econômicas e maior racionalidade no uso e ocupação do território, propiciando a melhoria da qualidade ambiental e da qualidade de vida quanto ao acesso à terra, ao trabalho e aos serviços públicos (MIRAGAYA e SIGNORI, 2006).

O ordenamento territorial deve se vincular à produção do espaço urbano, portanto, articular aspectos políticos, culturais, sociais, ambientais e econômicos, conforme defendem diferentes autores.

Borelli (2007) sustenta que a construção da paisagem urbana varia de acordo com as relações sociais e culturais em uma dimensão histórica, vinculada à visão da natureza que compactua com o conceito de cidade, de Lefebvre (1972), definida como a projeção da sociedade sobre o terreno.

Do ponto de vista técnico, tomar uma decisão sem fundamentação, resultará em uma ação ineficaz já que a “informação deve ser a primeira premissa a ser

considerada no planejamento estratégico municipal, pois sem informação não será possível elaborar e implementar esse projeto ” (REZENDE; CASTOR, 2005, p. 23).

2.1.2 Governança Territorial no Âmbito Institucional

Enquanto o institucionalismo clássico resultava em descrição de políticas formais e legais, de estruturas, de competências e de atividades oficiais, explicitadas pelo prisma instrumental e funcional, o neoinstitucionalismo remete a uma análise das relações comportamentais que ocorrem no processo de formulação e de implementação de políticas. Nesse sentido, para Skocpol (1985), o Estado deve ter controle de territórios e pessoas e alcançar objetivos que reflitam as demandas da sociedade como um todo, acompanhando as mudanças inerentes ao cenário político.

As instituições organizam as regras do sistema político, as normas e leis que condicionam a vida pública, a partir da cristalização de costumes enraizados, e que remetem a uma força de continuidade, dependentes de uma trajetória histórica.

Nesse contexto, Mello (1997, p. 106) afirma que:

As instituições são soluções intencionalmente criadas para problemas de ação coletiva, atuando por meio do suprimento de informações, promoção da transparência e do controle, redução dos custos de transação, desenvolvimento de expectativas convergentes e facilitação do uso produtivo de estratégias específicas. E podem até mesmo criar e manter princípios, normas, regras e procedimentos — novas instituições — que, por sua vez, facilitam a cooperação fornecendo diretrizes para o comportamento dos atores.

Elas afetam as preferências dos atores sociais e seus interesses, tanto em relação ao conteúdo, quanto à ordenação, as quais são fundamentais para a compreensão de decisões políticas, impondo limites ao processo decisório.

Como fundamento de empreendimentos analíticos, o novo institucionalismo se posiciona como agrupamento de esforços destinado a preservar um nível meso de análise e avaliar o nível de incorporação de papéis exercidos por estruturas institucionais, e a função de normas culturais como meios relevantes para influenciar a vida social (PROCOPIUCK, 2013, p.103).

A transformação de estruturas de crenças em estruturas sociais, econômicas e políticas está na modelagem das instituições e os atores respondem ao contexto institucional, de forma estratégica, ao interferirem na formação de interesses e na conduta social.

Assim, a distribuição do poder, de modo legítimo, ocorre por meio de uma governança institucional em diferentes níveis, pela determinação de regras e normas, claramente definidas a fim de gerar uma coresponsabilização entre os atores, desde agentes do Estado, a sociedade civil, a iniciativa privada, entre outros.

Em uma visão ampliada do conceito básico de governança que assegure equidade, transparência, *accountability* e responsabilidade pelos resultados, Almeida (2002) afirma que essas características devem alcançar a sociedade e o meio ambiente, atingindo todos os *stakeholders*.

Já Dallabrida (2005), o estende para a dinâmica territorial do desenvolvimento, aproximando-o de áreas como a Geografia Política, ao definir a governança como a maneira de gerenciar um território, envolvendo processos e instituições que, por meio dos cidadãos organizados em Grupos de interesse comum e agentes estatais, exercem o poder sobre ele.

O mesmo autor evidencia a expressão que retrata essas relações como “governança territorial”, que deve ser capaz de promover pactos cooperativos que contribuam para o desenvolvimento local, gerando um comprometimento entre os agentes sociais, econômicos e institucionais. No entanto, ele alerta que nenhuma ação concreta ocorre voluntariamente, mas sim, a partir de quem governa, e governa pelo poder.

Assim, na construção multidimensional do território, devem-se considerar as relações com a sustentabilidade e o atendimento a políticas ambientais em uma prerrogativa de governança ambiental a fim de contemplar “a discussão sobre desenvolvimento sustentável, alinhada a outras como negociação, participação, parceria, sociedade civil organizada etc.” (ZHOURI 2008, p.97).

Ainda, o mesmo autor destaca que esse tipo de entendimento sobre a governança, do ponto de vista ambiental, - ou pode-se dizer sustentável -, a premissa requer descentralização do poder, por meio de um consenso entre os atores que se valem dos recursos naturais disponíveis no seu território e deliberam sobre ações a cerca do seu uso e manejo.

Segundo o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - disponível na página eletrônica das Nações Unidas:

A governança ambiental a níveis nacional, regional e global é fundamental para o alcance da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento sustentável, em última instância. Considerando a natureza indivisível do meio ambiente e suas ligações inextricáveis com as dimensões econômica e social do desenvolvimento sustentável, os processos de tomada de decisão e os trabalhos das instituições devem ser bem informados, coerentes, não fragmentados, globais e integrados, além de contar com adequados quadros normativos e condições de habilitação.

Dessa forma, a transformação do espaço e seu empoderamento, ou seja, sua territorialização se concretiza pela justificativa da forma de uso de seus recursos por meio de projetos de exploração, como por exemplo, pelo extrativismo ou pelo Turismo.

Daí a relevância de instâncias de governança estruturadas, cujas iniciativas devem prever estratégias para o desenvolvimento territorial, alinhar interesses comuns, organizados em escalas locais de modo minimamente consensual, e vislumbrar cenários futuros numa visão prognóstica.

A essa assertividade denomina-se uma concertação público-privada, que, em um modelo ideal, requer a valorização da sociedade civil ao assumir “uma postura propositiva, sem, no entanto, diminuir o papel das estruturas estatais nas suas diferentes instâncias” (DALLABRIDA, 2011, p. 4).

Para tanto, a governança territorial e a ambiental precisam ser qualificadas, em que os atores compreendam suas obrigações, suas limitações e principalmente, sua responsabilidade na gestão e desenvolvimento do território. Nesse sentido, permite-se mudar a compreensão setorial da análise do urbano-rural para uma compreensão territorial, enfatizando as estratégias locais, em ambientes que promovam a inovação social e o comprometimento dos atores.

Como exemplo, no território brasileiro, diante da dimensão continental, instâncias de governança são organizadas em concordância com as características de cada localidade, as quais privilegiam aspectos relacionados à sua vocação, que compreendem os campos econômico, social, cultural e ambiental tais como, Arranjos Produtivos Locais, Agências de Desenvolvimento, Conselhos Distritais ou de Gestão, Consórcios e Regiões Metropolitanas, entre outras organizações político-institucionais.

Diante dessas considerações, vários autores, como Abramoway (2000) e Veiga (2002) relacionam o desenvolvimento territorial com o capital social disponível e com perfil de liderança, que, com atitudes proativas conseguem estabelecer o

comprometimento, entre os atores, de modo cooperativo, dando credibilidade e legitimidade às instituições.

Portanto, a institucionalização de Unidades de Conservação no Brasil, fatia em diversas porções territoriais, a gestão dessas áreas, as quais somente atingem graus de desenvolvimento sustentável, por meio de uma sensibilização significativa e participativa, entre os agentes públicos e os atores locais.

2.2 TERRITÓRIO INSULAR PROTEGIDO: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

A contextualização desse capítulo está pautada na compreensão dos aspectos relativos a Unidades de Conservação, com ênfase às áreas de proteção integral, em específico, parques nacionais e estaduais, situados em territórios insulares. Esta etapa estabelece a correlação entre o problema da urbanização e a ocupação humana para atender demandas sociais de comunidades tradicionais, porém, que mantenham suas características originais, inclusive, como recurso econômico por meio da utilização turística sustentável.

Nesse sentido, a Constituição Federal brasileira instituiu espaços territoriais delimitados e protegidos em todos os Estados da Federação como atribuição constitucional do Poder Público (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Capítulo VI – do Meio Ambiente, Art.225, § 1º, incisos I, II, III e IV).

Hoje, numa escala, aparece também a formação de territórios-reserva culturais da humanidade” podem ser considerados tipos específicos de território, produtos característicos da modernidade contemporânea. Seu valor ao mesmo tempo simbólico e concreto e seu papel conservacionista parecem a princípio contradizer o espírito mutável da sociedade moderna ou, pelo menos, impor-lhe limitações de ordem ao mesmo tempo cultural e natural para a transformação do espaço geográfico (HAESBAERT e LIMONAD, 2007, p.).

Essa atitude decorre do avanço da destruição e extinção dos recursos naturais em função da ocupação humana e seu uso para industrialização, agricultura, pecuária, lazer, urbanização e demais considerações econômicas inerentes à organização social.

Com o intuito de sensibilizar a sociedade e, cada indivíduo em particular, de sua responsabilidade sobre as pressões ao meio ambiente e a importância de se

manter áreas protegidas, fez-se necessário imbuir um valor eminente à conservação desses espaços, pois,

calcula-se que um terço da biodiversidade mundial esteja concentrado nos territórios brasileiros ainda mais bem conservados, em ecossistemas únicos, como a floresta amazônica, a mata atlântica, os cerrados, as áreas úmidas e os ambientes marinhos, entre outros (KINKER, 2002, p. 34).

Para alcançar o objetivo de conservação, o Ministério do Meio Ambiente constituiu o Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC), ao promulgar em 18 de julho de 2000, a Lei nº 9.985.

A Lei do SNUC representou grandes avanços à criação e gestão das UC nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), pois ele possibilita uma visão de conjunto das áreas naturais a serem preservadas. Além disso, estabeleceu mecanismos que regulamentam a participação da sociedade na gestão das UC, potencializando a relação entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente.

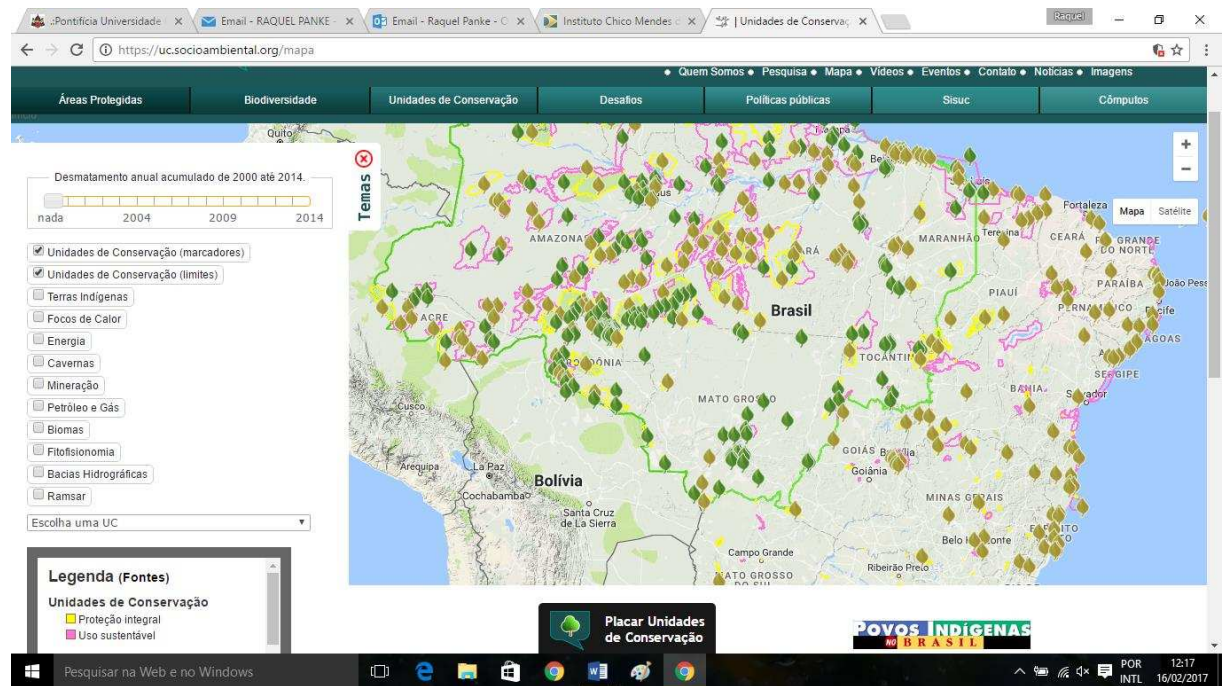
O SNUC também se configura como instrumento de gestão e ordenamento territorial ao estabelecer premissas de regulação de áreas previamente delimitadas que devem, a partir de sua instituição, seguir rigorosos padrões de uso e conservação do solo.

Como é de competência do Poder Público instituir os territórios protegidos, cabe ao SNUC disponibilizar aos demais setores da sociedade, mecanismos legais para sua criação e gestão - entes federados e iniciativa privada-, e para participação e regulação - no caso da sociedade civil -, possibilitando estratégias conjuntas e a potencialização da relação entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente.

Cerca de 20% de todo o território nacional está protegido por Unidades de Conservação federais, estaduais e ou municipais (ICMBio, 2014), as quais estão distribuídas por todos os biomas do País e são estratégicas para a preservação de nascentes, rios, espécies ameaçadas e ecossistemas frágeis.

Já a forma de uso desses espaços está categorizada de maneira diferenciada, sendo elas, de proteção integral ou de uso sustentável. Esse cenário se visualiza no mapa de distribuição das Unidades de Conservação, conforme demonstra a Figura 1:

FIGURA 1 - MAPA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



FONTE: Instituto Socioambiental, 2015.

As unidades de proteção integral, têm em comum, a função de preservar a natureza, não permitindo a exploração ou o aproveitamento dos recursos naturais de forma direta, conforme está descrito no Quadro 1:

QUADRO 1 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL		
Categoria	Domínio	Objetivo
Estação Ecológica	Público	Preservar a natureza e a realização de pesquisas científicas.
Reserva Biológica	Público	Preservar integralmente, a biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais.
Parque Nacional (Pode ser Estadual)	Público	Preservar os ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação, em contato com a natureza e o Turismo ecológico.
Monumento Natural	Público ou Privado	Preservar os sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
Refúgio de Vida Silvestre	Público ou Privado	Proteger os ambientes naturais em que se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local ou da fauna residente ou migratória

FONTE: Adaptado do Ministério do Meio Ambiente, 2015.

Com relação à responsabilidade pela gestão das Unidades de Conservação, as que estão na esfera Federal do governo são administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), as que foram definidas nas esferas Estadual e Municipal, são administradas pelos Sistemas Estaduais e Municipais.

As Unidades de Conservação de Uso Sustentável permitem o aproveitamento econômico direto dos recursos naturais, desde que compatíveis com sua conservação. Elas totalizam sete tipos distintos, de acordo com as definições, apontadas no Quadro 2:

QUADRO 2 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL		
Categoria	Domínio	Objetivo
Área de Proteção Ambiental	Público ou Privado	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais.
Área de Relevante Interesse Ecológico	Público ou Privado	Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, para compatibilizá-los com os objetivos de conservação da natureza.
Floresta Nacional*	Público	Usar o múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
Reserva Extrativista	Público	Proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais que sobrevivam do extrativismo e complementarmente, da agropecuária de subsistência. Assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
Reserva de Fauna	Público	Realizar estudos técnico-científicos sobre manejo econômico sustentável de recursos da fauna nativa, terrestre ou aquática, residente ou migratória.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Público	Assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais pelas populações tradicionais, bem como, valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvida por essas populações.
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Privado	Conservar áreas biológicas privadas, gravadas com perpetuidade.

FONTE: Adaptado do Ministério do Meio Ambiente, 2015.

De acordo com o documento “Pilares para o Plano de Sustentabilidade Financeira do Sistema Nacional de Unidades de Conservação”, a manutenção desses territórios e sua sustentabilidade, inclusive a econômica, é um dos gargalos para gestão e valorização, enquanto patrimônio natural, já que são mantidas financeiramente por meio de arrecadação de ingressos, concessão de venda de produtos e subprodutos florestais, quando for o caso, taxas de visitação turística e, principalmente, por acordos com instituições, agências e ONGs - Organizações Não Governamentais - internacionais como, *The Nature Conservancy*, *International Tropical Timber Organization*, *World Conservation Society*, entre outros financiadores (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007).

Portanto, apesar de alguns setores da sociedade entender as Unidades de Conservação como espaços intocáveis, “elas fornecem direta ou indiretamente bens

e serviços que satisfazem várias necessidades da sociedade brasileira, inclusive produtivas” (MEDEIROS; YOUNG, 2011, p. 6). Nessa afirmação concentra-se um grande desafio que envolve aspectos institucionais, culturais, naturais, sociais e econômicos, já que os territórios protegidos devem ser utilizados com parcimônia e planejamento, especialmente, no controle à pressão pelo mero crescimento econômico.

Para a viabilidade de expansão e de manutenção do sistema de Unidades de Conservação, é necessário ir muito além da determinação legal e das considerações ideais de uso, as quais ficam, muitas vezes, restritas a discursos esvaziados e a projetos engavetados, conforme reflete Diegues:

A fiscalização, muitas vezes indiscriminada acaba sendo a forma predominante de se impor um modelo de conservação fadado ao fracasso pois, na maioria dos casos, não conta com o apoio das populações locais e regionais que vêm nas áreas protegidas uma imposição do Estado e de um ecologismo de classe média urbana. Nesse sentido, as áreas protegidas têm sido concebidas como Ilhas naturais a serem defendidas contra todo tipo de seres humanos, principalmente dos moradores tradicionais que passam a ser considerados os vilões a serem reprimidos com rigor (DIEGUES, 1988, p.14).

Portanto, é preciso reconsiderar a imposição criticada por Diegues de que a única finalidade das Unidades de Conservação deva ser a manutenção da forma intocável de gerir os territórios naturais protegidos, mas sim, deve-se incluir as comunidades locais no processo de gestão e ordenamento a fim de garantir sua sustentabilidade.

Nesse ponto, também se reforça a importância de se estabelecer uma rede de governança que contemple o interesse de todos os atores sociais impactados pela territorialização de Unidades de Conservação. Para tanto, o Ministério do Meio Ambiente, desde 2006, preconiza um posicionamento metodológico, ilustrado na Figura 2, que contempla o planejamento e a organização de um Plano de Manejo.

Tem por objetivo alcançar e mediar a ocupação humana e a conservação da natureza, embora seja possível identificar uma série de inconformidades com o que realmente, acontece nas Unidades de Conservação, já que se percebe a predominância da dimensão ecológica sobre a questão social.

FIGURA 2 – DIRETRIZES METODOLÓGICAS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



FONTE: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

Desse modo, pode-se considerar que Unidades de Conservação dessa natureza, remetam a mais fragilidades e peculiaridades que lhes são inerentes e que talvez, não sejam alvo de uma reflexão mais específica, quanto ao seu manejo.

Segundo Brandon e Rylands (2005), a história ambientalista no País acentuou-se a partir da década de 1990. Nesse contexto, entre os biomas resguardados em Unidades de Conservação, verificou-se, no Brasil, a preocupação com a proteção de territórios insulares, como Ilhas e Arquipélagos, há mais de 40 anos, especialmente, devido ao interesse pelos efeitos do isolamento geográfico da fauna e da flora, relativos à especificação e/ou extinção biológica.

MacArthur e Wilson (1963), citados por Furlan (1996), explicam pela Teoria do Equilíbrio Insular, a importância desses territórios e alguns desses aspectos peculiares, voltados para suas características bióticas:

Existe uma relação entre o número de espécies e a área de uma Ilha. Os autores verificaram que Ilhas grandes têm, frequentemente, mais espécies do que Ilhas pequenas. Existe uma relação entre o isolamento geográfico e a diversidade biológica. Ilhas mais isoladas tendem a ter menores taxas de colonização por estarem mais distantes das fontes colonizadoras, como os Continentes. Existe um número de espécies constante para cada Ilha (FURLAN, 1996, p. 116).

No entanto, essa teoria não é unânime, notadamente, porque deveria considerar a heterogeneidade espacial, assim como, os aspectos históricos das Ilhas e o processo de ocupação humana, uma vez que cada uma, é entendida como

um microcosmo (FURLAN, 1996). Além desses aspectos, também é preciso categorizar as Ilhas quanto à sua origem, que podem ser oceânicas ou continentais.

As Ilhas oceânicas brasileiras compreendem um total de cinco conjuntos insulares - Arquipélago Fernando de Noronha, Arquipélago São Pedro e São Paulo, Atol das Rocas, Ilha da Trindade e Arquipélago Martin Vaz -, todos isolados e originados por formações vulcânicas.

Dentre as Ilhas oceânicas, Fernando de Noronha é a que apresenta o maior número de estudos realizados sobre a diversidade biológica. Isto se deve principalmente à longa história de ocupação e à existência de melhor infraestrutura em relação às outras Ilhas (SERAFINI, FRANÇA e ANDRIGUETTO, 2010, p. 287).

As Ilhas continentais recebem esse nome por terem se separado do Continente através de uma erosão, ou de uma fratura, ou ainda, de uma desarticulação. Também, são nominadas de “Ilhas acidentais ou derivadas” e caracterizam boa parte das demais Ilhas brasileiras, em que a maior parte se concentra na Região Sudeste.

As características das Ilhas remetem a estudos, especialmente direcionados aos aspectos ambientais, biológicos, geográficos e paleontológicos dos territórios insulares, justamente, pela originalidade de suas condições. Dias, Carmo e Polette (2010) afirmam que esse direcionamento se deve ao valor ambiental evidente e ao fato de estarem sob algum mecanismo ou estatuto de proteção que exige pesquisas focadas nesse tipo de temática.

Mas, os efeitos da ocupação humana, nesse tipo de território, também precisam ser considerados. Uma vez que, com a presença do ser humano, pode ocorrer a introdução de espécies de fauna e flora exóticas ao ambiente, além das modificações inerentes à sobrevivência de núcleos urbanos como moradias, modos de subsistência e mobilidade. Os mesmos autores ainda destacam:

Mas também é factual que as pressões exercidas sobre esses ecossistemas aumentaram para níveis que ultrapassam, por vezes, o da sustentabilidade, tal como é factual que as culturas específicas, normalmente muito ricas, que as populações desenvolveram ao longo de muitas gerações acabaram por transmutar e, nalguns casos, por se perder irremediavelmente (DIAS, CARMO e POLETTE, 2010, p. 252).

Alguns autores consideram que o meio insular ainda se destaca por suas especificidades territoriais ímpares no quesito formação de identidade cultural de

suas populações o que, para Diegues (2000), reforça a noção de lugar. A organização social do cotidiano insular é vivenciada de modo distinto do continental basicamente, por três aspectos geográficos: a influência do mar, a finitude do espaço terrestre que sobrevaloriza tudo o que existe em seu interior e a escala reduzida das Ilhas, cuja ocupação urbana, em todos os seus elementos, se distingue dos existentes no Continente (PERÓN, 1997).

Para Haesbaret e Limonad (2007, p. 49) “num sentido mais simbólico, o território pode moldar identidades culturais e ser moldado por estas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos Grupos sociais.” A gestão de uma Unidade de Conservação em Ilhas, necessita, portanto, considerar, além dos aspectos relatados, as comunidades tradicionais lá estabelecidas, as quais, nessa lógica da singularidade territorial, também apresentam características culturais e sociais únicas.

Considerando as ponderações apresentadas, Rylands e Brandon (2005, p. 33) lembram que “há um grande número de desafios frente ao sistema de Unidades de Conservação: alguns intrínsecos a cada unidade; outros do sistema; e, ainda, outros em oposição ao conjunto de ações humanas que as Unidades de Conservação são destinadas a bloquear”. A generalização institucional das práticas de manejo em parques nacionais, sem distingui-los quanto à insularidade, ou não, é dividido em zonas de uso, que são: a intangível, a preservação permanente, de uso extensivo, de uso intensivo, de uso especial, de recuperação e a histórico-cultural. Seu objetivo é contribuir para regulação e restrição no uso desses territórios: “as circunstâncias e o contexto social para a criação de uma Unidade de Conservação influenciam o manejo da área, mesmo anos após a criação” (BRANDON, 1998; RYLAND e Brandon, 2005, p. 33).

Para tanto, com o intuito de ordenar a gestão das Unidades de Conservação, o instrumento oficial denomina-se “Plano de Manejo”. Por “manejo”, Ceballos-Lascuráin (1996) entendem um conjunto de ações que operacionalizam as atividades humanas que ocorrem nessas áreas, em seu entorno e que podem interferir nos ecossistemas protegidos. Desse modo, o Plano de Manejo se constitui em um documento formal que atende à legislação ambiental em vigor, devendo ser revisado e atualizado a cada cinco anos.

De acordo com a página eletrônica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO):

O Plano de Manejo é elaborado sob um enfoque multidisciplinar, com características particulares diante de cada objeto específico de estudo. Ele deve refletir um processo lógico de diagnóstico e planejamento. Ao longo do processo devem ser analisadas informações de diferentes naturezas, tais como dados bióticos e abióticos, socioeconômicos, históricos e culturais de interesse sobre a Unidade de Conservação e como estes se relacionam.

Diante da recomendação do ICMBIO, percebe-se um alinhamento entre o que o Ministério do Meio Ambiente propõe na fase do diagnóstico, com a construção de um Plano de Manejo que deve apresentar características bióticas, abióticas, socioeconômicas e histórico-culturais, relacionados ao território protegido, para então, determinar algum prognóstico de uso.

A inserção das populações locais e a promoção de meios para sua sobrevivência tem que figurar com a mesma importância que a proteção dos recursos naturais, porém, sabe-se que as experiências e os resultados precisam ser melhor avaliados quanto a essa equação (MEDEIROS, 2005).

A repressão sobre atividades produtivas, ora tradicionais, dessas comunidades, como a pesca e a agricultura de subsistência, desencadeada a partir da implantação de um parque, que dirá insular, onde as alternativas pela busca de outras atividades são praticamente nulas, também causam estresse nas relações de poder. Essa situação é discutida por Acselrad (2004), ao citar as relações, por vezes conflituosas, decorrentes das formas de acesso e uso dos recursos naturais que deixam de ser de propriedade exclusiva da comunidade local e se tornam propriedade comum a todos, inclusive do poder público (DRUMMOND, 2001).

Na questão da insularidade, o mar, de fato, exagera a impressão de separação do Continente pela finitude do espaço. As Ilhas contêm sociedades territorializadas onde os limites são claros, tanto pela questão da evidente limitação geográfica, quanto pelas restrições ambientais impostas pela legislação quando da institucionalização de Unidades de Conservação. Por isso, Serafini, França e Andriguetto-Filho (2010, p. 297) relatam que “fica evidente a necessidade de programas de gestão em ambientes insulares que visem à conservação da biodiversidade local, bastante vulnerável com relação à continental, no que diz respeito ao uso e ocupação destes ambientes”.

Entre os tipos de Unidades de Conservação citadas, a pesquisa delimitou o aprofundamento em relação aos parques nacionais e/ou estaduais que foram criados em territórios insulares. As unidades que se caracterizam como Parque Nacional e como Parque Estadual comungam do mesmo fim e tem como objetivo básico, a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica.

Conforme dispõe a Lei Federal 9985, de 18 de julho de 2000, a qual “regulamenta o Art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências”:

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de Turismo ecológico.

Portanto, essa Lei possibilita a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e a prática do Turismo Ecológico. De acordo com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), a ideia de criação de parques ambientais não é recente ao citar que "as áreas protegidas existem desde o ano 250 a.C., quando na Índia já se protegiam certos animais, peixes e áreas florestadas".

No Continente Americano, foi somente no século XIX, que surgiram algumas iniciativas para resguardar os ecossistemas e as paisagens naturais, no formato de parques (GODOY, 2000). O marco histórico foi o Parque Nacional de *Yellowstone*, criado em 1872, nos Estados Unidos. Já no Brasil, somente em 1937, foi instituído o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro, criado com base no Código Florestal de 1934, conforme afirma Assis (2005, p. 74):

As iniciativas tendentes a criar áreas protegidas no Brasil remontam, no entanto, há mais de um século: inspirado pela criação, em 1872, do Parque de *Yellowstone*, nos Estados Unidos, o engenheiro André Rebouças sugeriu, já em 1876, a criação de Parques Nacionais em Sete Quedas e na Ilha do Bananal.

Medeiros (2006, p.?), ao tratar da “evolução dos instrumentos políticos e tipologias de áreas protegidas no Brasil republicano”, mencionando o Código Florestal, descreve que foram criadas as condições necessárias para a formalização

desse tipo de território, cujo decreto de criação nº1713, datado de 14 de junho de 1937, preconiza manter “perpetuamente conservada no seu aspecto primitivo e atender às necessidades de ordem científica”, bem como, “atender também às [finalidades] de ordem turística, que se apresentem em condições de fazer do Parque um centro de atração para viajantes, assim nacionais como estrangeiros”.

Nesse sentido, os parques constituem uma categoria de Unidades de Conservação que se destacam pelo interesse que despertam devido à paisagem e à relevância ecológica, motivando a busca por esses territórios para resgatar o contato do homem – urbano - com a natureza.

Os parques nacionais são a mais popular e antiga categoria de Unidades de Conservação. Seu objetivo, segundo a legislação brasileira, é preservar ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, realização de atividades educacionais e de interpretação ambiental, recreação e Turismo ecológico, por meio do contato com a natureza. O manejo dos parques, feito pelo Instituto Chico Mendes, leva em consideração a preservação dos ecossistemas naturais, a pesquisa científica, a educação, a recreação e o Turismo. O regime de visitação pública é definido no Plano de Manejo da respectiva unidade (PORTAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ICMBio, 2016).

Desde então, a criação de parques nacionais se espalhou por vários países, cada qual com a sua diversidade, porém, com uma denominação comum que os classifica enquanto Unidades de Conservação, como relata Medeiros (2006, p. 56):

A Convenção do Patrimônio Mundial foi oficializada pela UNESCO em 1972. Seu objetivo era garantir a proteção das obras e áreas de grande interesse para a história da Terra ou da cultura da humanidade. Dentre as categorias previstas pela convenção estão os bens naturais, selecionados por sua beleza excepcional ou sua importância geológica ou biológica.

Pádua (1978, s.p.), contudo, argumenta que nem todos os parques foram instituídos de maneira adequada:

as primeiras Unidades de Conservação foram criadas sem nenhum tipo de critério técnico e científico, ou seja, foram estabelecidas meramente em razão de suas belezas cênicas, como foi o caso do Parque Nacional de Itaguaçu, ou por algum fenômeno geológico espetacular, como o Parque Nacional de Ubajara, ou ainda, por puro oportunismo político como o Parque Nacional da Amazônia.

Apesar de alguns equívocos, houve um avanço perceptível em relação à institucionalização da proteção da natureza no Brasil, especialmente, por ser um País cujas ações conservacionistas começaram tardiamente pela demarcação

territorial, mas se ampliaram, tanto em extensão, quanto na diversificação de possibilidades protecionistas (ASSIS, 2005). Esse movimento se verificou em função de uma concepção conservacionista mundial que foi definida como desenvolvimento sustentável, o que levou a pressionar países, em especial, aqueles cujas reservas naturais ainda estavam preservadas (MEDEIROS, 2006).

Essa visão se refere à necessidade de se instituir territórios como reservas naturais para “ajudar na consolidação de uma identidade-mundo, capaz de unir numa mesma rede-território toda a civilização planetária, que pela primeira vez (desde a Segunda Grande Guerra) coloca em risco sua própria existência (...)” (HAESBAERT e LIMONAD, 2007, p. 50). Nesse sentido, torna-se, cada vez mais eminente, a garantia de manutenção de espaços naturais e, ao mesmo tempo, uma convivência harmônica com o ser humano, o que resultou na delimitação de territórios que representam a sistêmica da relação homem-natureza. Nesse viés, Medeiros (2006, p. 60) assevera, “da mesma forma, é preciso ainda estabelecer com maior precisão a integração das áreas protegidas com as diversas escalas de planejamento e gestão do território”.

Pois, ao mesmo tempo, em que são territórios divididos em nações distintas e espalhados pelo mundo, a identidade-mundo que representam deve ser compartilhada com toda a humanidade. Essa prerrogativa torna a todos, governantes, gestores locais, população, visitantes e estudiosos corresponsáveis por uma nova visão de território, em uma escala global de cidadania comum, a partir de uma cultura planetária (MORIN, 2001).

No contexto de Morin (2001), pode-se instrumentalizar a proposta de cidadão planetário ao relacioná-la a um ditado popular que diz que só se valoriza aquilo que é conhecido e nessa mesma lógica, só pode ser conservado o que é visitado e o torna significativo e assim, reconhecido como relevante de ser mantido.

Mas para tanto, foram estabelecidas diretrizes para organização da visitação em Unidades de Conservação, de acordo com um documento norteador, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (2006, p. 13):

O planejamento e a gestão da visitação deverão estar de acordo com os objetivos de manejo da Unidade de Conservação. A visitação é instrumento essencial para aproximar a sociedade da natureza e despertar a consciência da importância da conservação dos ambientes e processos naturais, independentemente da atividade que se está praticando na Unidade.

Devido a tantas influências e variáveis que interferem na organização de uma Unidade de Conservação, é preciso estabelecer a integração das áreas protegidas com as diversas escalas de planejamento e gestão do território. A gestão, sem dúvida, para Diegues (1988, p. 14) é, “marcada por um grande autoritarismo, pois os moradores não são previamente informados dos objetivos da chamada conservação e das mudanças drásticas sobre seu modo de vida advindas da implantação dessas áreas protegidas”.

Diante do exposto, deve-se refletir sobre o importante papel dos parques no sentido ambiental conservacionista e no desafio de incluir nesse papel, inclusive como protagonistas, as comunidades existentes, com destaque para aquelas que, assim como o território insular, é geograficamente isolado, também é distanciada da realidade urbana e social do Continente.

2.3 A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO INSULAR PROTEGIDO TURISTIFICADO

Um território é construído de maneira multidimensional, uma vez que é o resultado de ações dos atores sociais sobre um espaço físico. Portanto, a compreensão do espaço antecede o território, na perspectiva da ocupação humana e na transformação da paisagem, ora, natural, sem interferência, ora, em paisagem apropriada. Para Raffestin (1993, p. 143), “ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (...) o ator territorializa o espaço.”

Nesse entendimento, deve-se considerar a questão do território como parte de um espaço, onde pessoas se aglomeram e criam sua identidade, caracterizado pelos aspectos culturais que o distingue, pela manifestação de relações de poder.

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias (RAFFESTIN, 1993, p.7-8).

Ainda nessa perspectiva, há distintas vertentes para a concepção do território que pode ser naturalista, como imperativo funcional de um elemento da natureza, inerente a uma comunidade que se deve proteger e/ou conquistar, ou voltado para o indivíduo, ao seu espaço de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade.

Desse modo, considera-se que as paisagens se modificam pela necessidade de integrar interesses políticos, econômicos, culturais e naturais, marcados pelas relações sociais de poder sobre aquele espaço, tanto por parte de sua população fixa, quanto por uma eventual população flutuante. Entende-se por população fixa, os indivíduos que mantêm sua vida baseada em determinado território, valendo-se dele para seu sustento e permanência, interagindo com o espaço, de modo construtivo e identitário. População flutuante, define-se como indivíduos que usufruem do território por um tempo determinado, com a possibilidade de gerar modificações na paisagem, além do necessário para a população fixa (DIAS, 2003).

Os diferentes conflitos, mantidos na territorialização, não devem se restringir à sua institucionalização, tampouco, à produção urbana, uma vez que devem perpassar três âmbitos de Haesbaert (2005), mencionados na problemática, os quais são definidos, como:

- a) Político: jurídico-político – refere-se às relações espaço-poder institucionalizadas. É a mais difundida, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado.
- b) Cultural: simbólico-cultural - prioriza a dimensão simbólica mais subjetiva, e em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação ou valorização simbólica de um Grupo em relação ao seu espaço vivido.
- c) Econômica: economicista - enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, concebe o território como fonte de recursos, incorporado no embate entre as classes sociais, na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho.

Com relação às dimensões citadas, o aspecto político do território deve trazer seus marcos regulatórios, que, de certa maneira, pretendem manter o processo de territorialização sob o controle de uma dada instituição. Para tanto, deve-se optar por uma rede de governança que contemporize o cumprimento dos marcos regulatórios, as demandas da sociedade e os interesses econômicos.

Desse modo, visualiza-se que o sistema territorial é, muitas vezes, contraditório, desigual e combinado, pois Maia (1995, p.87) afirma que, “isso implica que qualquer agrupamento humano vai estar sempre permeado por relações de poder, posto que a existência deste tipo de relação é coexistente à vida social”.

Assim, por tais concepções, cada território deve ser pensado em rede, articulado a outros territórios, em interação. O território brasileiro, por sua dimensão continental e diversidade geográfica, “resulta da interação de temporalidades e de uma pluralidade de territórios, cada qual com especificidades políticas, econômicas e culturais” (SAQUET, 2003, p. 222). Ao incluir essa linha de pensamento, em um território insular protegido, as variáveis que influenciam sua territorialidade, na dimensão política, devem incluir na sua rede de governança, o consumidor da paisagem, que é responsável pela manutenção econômica daquela localidade, ou seja, o visitante.

Pecqueur (2000) complementa que o território, quando voltado para o desenvolvimento, é mais que uma rede. Caracteriza-se pela cooperação entre os atores sociais, cujas ações buscam a criação de recursos particulares a fim de alcançar soluções e resolver problemas. Nessa premissa, a dimensão política tem um desafio ainda maior, que é a promoção de arranjos produtivos, capazes de agrupar as pontas de construção do território, em uma perspectiva multissetorial e agregativa, por isso, direcionada ao enfoque da inovação social.

O território, sob essa ótica, é “o modo de estabelecimento de um Grupo, no meio ambiente natural, que na organização das localizações das atividades, instaura e faz prevalecer as condições da comunidade-linguagem e da aprendizagem coletiva” (PERRIN, 1992; GILLY, PECQUEUER, 1995, p. 304). Nesse viés, um projeto comum de desenvolvimento soma-se aos demais atributos territoriais, como a identidade coletiva, contemplada por elementos sociais, culturais, históricos, ambientais e políticos convergentes e que desencadeia em uma integração de ordem econômica de âmbito local e, portanto, sustentável.

Diante de tais considerações sobre a vertente política, citada por Haesbaert (2005), observa-se que o aspecto cultural está intrínseco ao processo de sua construção. A marca da comunidade local é impressa no território, mesmo que sua institucionalização seja carregada de sanções restritivas porque essa identidade é o que o torna singular.

De acordo com Pires, Müller e Verdi (2006), convém levar em consideração o território socialmente organizado:

A realização de uma nova política local constrói-se em relação com o novo contexto global: um desenvolvimento sustentável fundado na solidariedade converte-se em uma ferramenta indispensável para a construção de uma comunidade mais forte, mais equilibrada (e melhor compreendida pelos povos que a compõem) (PIRES, MÜLLER E VERDI, 2006, p.445).

Pecqueur (2000) acrescenta que os fatores explicativos para o desenvolvimento territorial advêm de três situações fundamentais: a capacidade de inovar, a de adaptar e a de regular, a partir de uma dinâmica conjuntural entre os atores sociais. Quanto à regulação, importa atender às prerrogativas legais pré-determinadas, as quais regem todos os atores sociais, independentemente, de sua anuência ou participação direta nas decisões.

O território, então, também incide em planejamento, com base nas formas de uso que lhe são instituídas e que o alteram ciclicamente, pela intervenção antrópica sobre o ambiente ocupado, revelando suas diferenças e as condições de vida de sua população.

Analisamos esse aspecto da realidade por meio do consumo de energia elétrica, dos equipamentos domésticos, do equipamento telefônico, da motorização, etc. O consumo educacional e dos recursos de saúde também são examinados, juntamente com a frequência em viagens, Turismo e lazer (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 225).

Nesse contexto, despontam aspectos urbanos que modificam o território para atender às demandas sociais e econômicas que remetem à capacidade de adaptação já mencionada e que se manifestam pela reação do local sobre as relações entre os atores sociais.

A capacidade de reação do local se mede pelo nível de solidariedade espacial que sustenta os atores no território, que não pode existir sem que o meio seja suficientemente denso para que as relações entre os atores possam se intensificar (estrutura urbana, redes de transportes, população e mão de obra disponível, ...). Por estas razões é que a solidariedade espacial não pode ser decretada nem instaurada pelos atores no curto prazo, pois as redes informais, mais ainda que as redes institucionais, só se constroem no longo prazo (PIRES, MÜLLER e VERDI, 2006, p.449).

Portanto, a percepção de território se contextualiza em variáveis que influenciam sua construção, por meio da argumentação de que a sua produção é balizada pelas modificações projetadas, relações de poder, transformada por redes,

circuitos, fluxos articulados, sempre que houver uma organização social de qualquer escala ou dimensão, de uma urbanização necessária. Nesse âmbito, as dimensões da inovação social contribuem para a compreensão desse fator explicativo, citado por Pecqueur (2000), quanto ao papel de cada ator social em um processo de transformação, ao incluir os indivíduos e as organizações no quesito das relações de poder que caracterizam um território.

Para tanto, o Quadro 3, sintetiza os principais indicadores de inovação social em duas dimensões, que se referem à institucionalização do desenvolvimento do território, indicando caminhos de ordenamento de redes de governança, conforme indicadores de inovação social e governança, descritos no Quadro 3:

QUADRO 3 – INDICADORES DE INOVAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA

Dimensões da Inovação Social	Indicadores
Indivíduos	Novos atores sociais. Novos papéis sociais ou rearranjo. Grau de inclusão da comunidade nos processos de decisão. Grau de inclusão da comunidade na concepção, desenvolvimento e entrega de bens e serviços. Grau de autonomia. Novas relações de trabalho e família. <i>Empowerment</i> , capacidade de conduzir sua própria vida. Mudanças duradouras nos indivíduos.
Organizações	Novas formas de divisão e coordenação do trabalho. Novas formas de cooperação. Geração de aprendizagem. Novas formas de governança. Empreendedorismo social. Grau de participação dos diversos <i>stakeholders</i> . Novas formas de acesso ao mercado. Modificação do papel das instituições para melhoria da qualidade de vida da comunidade.

FONTE: Adaptado de Rodrigues (2007); Crises (2010).

Diante do exposto, os indicadores apresentados no quadro acima, apontam para o desenvolvimento do território sob a perspectiva de melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos, coincidindo com os princípios de sustentabilidade, quanto à sua incidência nos aspectos: cultural, social, ambiental, política e econômica.

São consideradas práticas de inovação social associadas, especialmente, as formas de governança institucionais, além da identificação de um compartilhamento interorganizacional que participe efetivamente, do processo decisório como, associações de bairro, comunidades receptoras, órgãos de fomento e de capacitação, entidades de classe e comunitárias, organizações governamentais sociais e ambientalistas e também, instituições de ensino técnico e superior.

A inovação social é aqui definida como o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para Grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral. Analisam-se três focos principais sobre inovação social: empreendedorismo social, as organizações e os movimentos sociais (BIGNETTI, 2011, p. 4).

Considera-se que planejar a ocupação urbana de uma localidade, requer inovação, uma vez que, apesar da presença de parâmetros norteadores comuns, cada qual possui suas características e especificidades. Portanto, cada processo de gestão urbana, em maior ou menor escala, pode desenvolver propostas inovadoras ao agregar um valor social aos serviços prestados.

E, inovação, de acordo com Freemann (OCDE, 2002), é o processo que inclui as atividades técnicas, a concepção, o desenvolvimento e a gestão. Ela resulta na comercialização de novos - ou melhorados - produtos, ou, na primeira utilização de novos - ou melhorados- processos. Também, pode ser entendida em relação aos padrões de eficiência em processos, quer produtivos ou administrativos, capazes de potencializar a competitividade.

A construção do território está vinculada ao tipo de espaço físico onde ocorre e ao modo de posse de seus habitantes. Esses elementos se juntam às questões jurídicas e políticas para estabelecer o próprio espaço como recurso econômico.

Haesbaert (2007) denomina cada uma das premissas descritas, em seis percepções para a construção do território, fundamentado em todos os aspectos discutidos e ainda, propõe uma prerrogativa que deve ser integradora nesse processo, simplificado no Quadro 4:

QUADRO 4 – CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO

PERSPECTIVAS E PERCEPÇÕES	CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO
MATERIALISTA	Vinculado à terra e ao espaço físico.
NATURALISTA	Vinculado ao comportamento de posse natural daquele espaço habitado.
ECONÔMICA	Base da produção, enquanto força produtiva, como recurso.
JURÍDICO-POLÍTICA	Relações de poder (ligada à concepção de Estado).
IDEALISTA	Apropriação simbólica. O significado somente é compreensível por meio de códigos culturais inscritos naquele território.
INTEGRADORA	Considerado como um todo: natural, político, econômico e cultural.

FONTE: Adaptado de Haesbaert, 2007.

No contexto da construção de um território integrado, verifica-se a tentativa da correção de rumos, relativa aos processos decisórios como “um novo princípio organizador de um desenvolvimento centrado no povo”, capaz de “tornar-se a visão mobilizadora da sociedade civil e o princípio guia da transformação das instituições da sociedade dominante” (PCDF, 1992, s.p.). A visão de futuro remete à noção de sustentabilidade necessária ao território, favorecida por instâncias de governança local e regulatórias que considerem a questão ambiental e, em especial, a ambiental urbana pela sua capacidade de absorção e que superem sua vulnerabilidade ante a impactos, nem sempre passíveis de previsão.

No entanto, Santos (1998) coloca que, por outro lado, configurar o território, a partir da dinâmica socioeconômica, é atribuir um determinado valor quanto à sua utilização, ou seja, em termos de globalização, certas localidades se destacam pela capacidade de aumentar o lucro quando o espaço se torna mercadoria. Nessa ótica, percebe-se que o valor atribuído se relaciona ao valor percebido, não necessariamente pela população local, porém, por externalidades como, por exemplo, visitantes ou estrangeiros, naquele território.

Para Souza (2006, p. 86):

O território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ (o Grupo, os membros da coletividade ou comunidade, os *insiders*) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os *outsiders*).

Diante do exposto, considera-se que a produção territorial recaia sobre um processo complexo, o qual pode perpassar pelo seu planejamento e ordenamento com o objetivo de aperfeiçoá-lo ou de projetar os anseios de sua rede social. Suas características remetem à apropriação, à dominação, às identidades simbólico-culturais, às contradições e desigualdades, às diferenças, às mudanças e às continuidades, “a natureza interior e exterior ao homem como ser genérico (biológica e socialmente)” (SAQUET, 2009, p. 73).

O mesmo autor reafirma que a questão da territorialização está em constante movimento e, em um cenário ideal, precisa maximizar a justiça social, a conservação dos recursos naturais, a distribuição da riqueza, a valorização dos saberes populares e da autonomia, para potencializar projetos e programas de desenvolvimento, conforme a identidade de cada território, com suas especificidades geográficas, sociais e culturais, e de forma sustentável. Considerando as características inéditas, formadas no processo de territorialização, os territórios insulares são constituídos, genericamente, por Ilhas e Arquipélagos e permeiam impressões contraditórias que envolvem a ideia de isolamento e fantasia, na forma de paraísos.

Nesse sentido, há um antigo debate entre o isolamento e uma “necessidade” de cosmopolitismo sobre a estrutura e o uso do território, por uma comunidade. Gottmann (2012) lembra que essa discussão é tão antiga quanto as primeiras formas de vida política, como a que os filósofos gregos formularam para nortear os fundamentos da teoria política ocidental. Platão, em sua obra “Leis”, ao definir atributos geográficos de uma *polis* ideal, suscitou as vantagens relativas à ocupação central das Ilhas Gregas, pois as queria isoladas, especialmente do mar, para evitar a influência estrangeira.

Ao mesmo tempo em que há esse tipo de preocupação, também é preciso considerar a adequação do espaço territorializado para organização das atividades humanas, de modo equilibrado e atento às novas tecnologias que favoreçam esse tipo de equação, considerando o dinamismo das relações sociais e ambientais, inerentes à modernização da vida em sociedade.

O território é um espaço em movimento, formando e deformando-se sob o fluxo de movimento de interrelações entre os atores e o espaço. O território é uma configuração temporária de um arranjo espacial, sustentado e mantido pelas interações diferenciadas de poder dos atores sociais envolvidos (COSTA; ALMEIDA, 1998, p. 275).

Giovannini Junior (2001, p. 150) complementa essa posição ao afirmar que em certas localidades há a concentração dessas trocas sociais em espaços reduzidos, como pequenos centros urbanos, cuja efervescência cultural incorre na interação entre anfitriões e visitantes. As comunidades de territórios insulares são consideradas únicas, adaptadas ao ambiente natural em que vivem, cujas atividades tradicionais geralmente, são de subsistência.

A solução do isolamento em um território autocontido pode fornecer alguma estabilidade, mas apenas temporariamente, pois logo provoca relativo atraso e, finalmente, insatisfação popular. Apesar disso, houve épocas em que a ênfase na soberania territorial e na relativa separação do externo claramente prevaleceram (GOTTMAMM, 2012, p. 6).

Embora haja esse distanciamento geográfico, os canais de comunicação e os meios virtuais de contato, inserem os territórios insulares no contexto global e os sujeitam a transformações significativas.

As relações de poder envolvem a influência das externalidades na modificação dos territórios insulares protegidos, cuja conectividade resulta em despertar necessidades sociais e econômicas que, nem sempre, refletem as demandas reais daquele núcleo urbano. Corroborando com essas reflexões, ressalta-se que o território sugere uma subjetividade coletiva, baseada por distintos pontos de vista, o que implica serem avaliados de maneira contextualizada, articulando o desenvolvimento local, com os processos participativos (MARTIM, VAZ e CALDAS, 2010).

Assim, o contexto contempla a realidade socialmente construída:

O território pode ser relativo tanto ao espaço vivido quanto ao sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente em casa. O território é o sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI, ROLNIK, 2000, p.323).

Nesse aspecto, o sentimento de pertencimento, presente nas comunidades insulares, reflete sua identidade biográfica em decorrência das características geográficas que, de certa forma, protegem o território da homogeneização dos lugares em que o global se sobrepõe ao local (SOUZA; VIEIRA FILHO, 2011).

Considerando tais aspectos, o termo “territorialidade”, acrescido do adjetivo, “insular”, é diferenciado pelo uso do espaço, pelos significados que os sujeitos lhe

dão e que constroem suas experiências de vida, agrupando-se em núcleos urbanos peculiares e compatíveis com as limitações que lhes são impostas, entretanto, muitas vezes, essas limitações também causam restrições econômicas.

(...) crescente tendência de se tratar o território cada vez mais como uma plataforma para a oportunidade do que como um abrigo para a segurança. Num mundo cada vez mais interdependente, a importância econômica do território é gradualmente crescente. Nesse quesito, o tamanho é também de maior importância, porque o espaço na superfície terrestre conota um potencial de recursos (...) (GOTTMANN, 2012, p. 534).

Convém considerar também, a proximidade dos territórios insulares do Continente, uma vez que, quanto maior a acessibilidade, maior a interferência externa, tanto no uso do território, quanto na troca cultural. A concentração, em área bastante pequena, de uma certa diversidade de ambientes, de fauna e flora, sintetiza muitas das características ambientais de todo o litoral. Assim, as Ilhas destacam-se pelo seu patrimônio natural de valor inestimável, propiciando paisagens singulares as quais, são sistematicamente, modificadas pela ação antrópica, seja em consequência das práticas agrícolas iniciadas com a colonização, seja com o ciclo econômico, consolidado a partir dos anos de 1970, quando o Turismo, associado à formação de balneários e à construção civil, resultou na urbanização de extensas faixas do seu território (REIS, 2010).

As dificuldades colocadas à ocupação humana pelos ecossistemas costeiros, associadas ao processo histórico de ocupação de seu território, contribuem de forma expressiva, na consolidação descontínua dos territórios insulares, ainda mais, quando também abarcam áreas de proteção ambiental de diferentes categorias. Diante dessa perspectiva, mostra-se que a atual compreensão geográfica de território na sua vertente materialista, apenas como “apropriação” e “significado de identidade”, é restrita (SAHR e SAHR, 2009).

É importante lembrar que o meio rural não se restringe à agricultura, mas é um território permeado por relações sociais cuja cultura simples de seu povo, os remete à ruralidade. A valorização do modo de vida no campo não implica na rejeição da ocupação urbana que as cidades têm em termos estruturais, mas no dimensionamento ideal dessas estruturas para preservar a identidade territorial.

Significa incentivar, por meio de políticas territoriais, (...) a se articular e definir seu rumo, vivendo, conservando e recuperando suas paisagens menos afetadas pelas mazelas do desenvolvimento. Isso é muito diferente de pregar uma forma de "volta ao meio rural" ou de sugerir a fixação do homem no campo. A chave está na ampliação dos horizontes da vida social, econômica e cultural dos habitantes desse meio, o que leva à terceira fase rumo ao desenvolvimento sustentável: a cultura (VECCHIATTI, 2004, p.?).

Uma vez que os espaços geográficos são tomados pela ocupação e passam por transformações para formar territórios locais, com governanças próprias, o caso daqueles que são formados em Ilhas, intensifica a necessidade de alternativas que compactuem com a proteção ambiental que lhes são inerentes, contudo, permitam à população o acesso às práticas urbanas que cultivem seus direitos e estratégias de inovação social.

2.3.1 Turismo e Territorialidades

Nesse cenário de urgência, devido ao avanço do uso desordenado de tais territórios, já que possuem um grande apelo de atratividade natural e cultural, torna-se pertinente uma reflexão sobre a noção de sustentabilidade, associada à categoria de patrimônio. O termo patrimônio, para Dias (2006), remete à sua materialidade, como algo tangível a preservar ao longo do tempo, a qual permanece quase que imutável, por outro lado, é viável entendê-lo como um bem valioso que desperta o interesse e a admiração de muitos.

Acselrad (1999) levanta essa perspectiva ao ressaltar territórios, cujo patrimônio natural ou cultural, é simbólico e representativo, ao ponto de se inserir como estratégico para marcar uma cidade ou, nesse caso, um núcleo urbano, como promoção de uma imagem que é fortalecida pelo sentimento de pertença de sua comunidade, e mais, como Costa (1997, p.?) reforça, realizando um processo de promoção da "economia da beleza em nome da beleza da economia. "

Reportando novamente ao imaginário do senso comum, os territórios insulares instigam a curiosidade de uma parcela de pessoas que se desloca temporariamente, de seus locais habituais de residência com o intuito de novas experiências, vivências em áreas naturais ou, simplesmente, pela busca por momentos de lazer e descontração.

Com esse movimento que gera inúmeras relações, entre elas, a social, a econômica, a ambiental e a cultural, compõe-se o Turismo. Portanto, afirma-se que

o Turismo depende da aprimoração e exploração da natureza e das sociedades locais, fato que leva à atividade que gera transformações significativas no território onde ele ocorre.

O Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou Grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1992, p.19).

Então, pressupõe-se que a composição de um território turístico é determinada pela existência de recursos naturais e culturais conjugados, ou não, que estabelecem o potencial de atratividade que a localidade desencadeia. Também, constituem o patrimônio turístico, as variáveis urbanas, como a infraestrutura de acesso, o sistema de saneamento, de segurança, de saúde, além de equipamentos e serviços de hospedagem, recepção e alimentação (DIAS, 2006).

O pressuposto para a compreensão da formação de um destino turístico, ou seja, a turistificação do território, perpassa pela compreensão da história do pensamento geográfico, em relação à concepção do território.

Santos (1997, p. 36) define a turistificação do território, como:

Um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos mecanizados e depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina.

No contexto sugerido, o espaço é transformado para atender às necessidades humanas e essa transformação estabelece as relações de poder, de pertencimento e de identidade que formam o território, que como um todo, se torna urbanizado, não centrado na atividade turística, mas para contemplar a população lá existente, corroborando com a complexidade do entendimento sobre o tema. Pois, o território turístico é dinâmico a tal ponto que deve considerar, no seu ordenamento e organização territorial, além da comunidade local, a população flutuante que, periodicamente, usufrui o que o local oferta para sua permanência.

Conforme Fratucci (2014, p.10):

Assim, fenômeno e atividade, espaço e território e planejamento e gestão devem estar envolvidos em movimentos recursivos, circulares, complementares e dinâmicos. Não devem ser isolados ou contrapostos como contraditórios; pelo contrário, devem ser pensados e ordenados como pares dialógicos que carregam com eles muitas incertezas. A complexidade do território do Turismo abrange as territorialidades superpostas de cada Grupo de agentes sociais envolvidos nos seus processos produtivos, onde termos interesses, expectativas e subjetividades específicas que ora se complementam, ora se contrapõem, exigindo dos seus gestores visões mais ampliadas e dialógicas.

Portanto, à medida em que os recursos naturais e culturais chamam a atenção para áreas com potencial para o desenvolvimento turístico, é perceptível a força que a atividade exerce sobre o ordenamento territorial já que “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço” (TELES, 2009, p. 8).

Ao considerar as relações sociais, articuladas à dimensão espacial do território, as ações turísticas são influenciadas, de um lado, pelos recursos naturais disponíveis, de outro, pelo tecido social da comunidade local e, ainda, pelos interesses e motivações dos visitantes.

As diferenças naturais atuam em si mesmas como uma espécie de território – neste caso preferimos utilizar o termo domínio natural – que, com a modernidade e sua dinâmica tecnológica, acabaram bastante relativizadas. Hoje, entretanto, com a intensidade das transformações socioeconômicas, de efeitos imprevisíveis, essa relação volta a receber atenção. Ecossistemas, biomas, desenvolvimento sustentável e biodiversidade são concepções que, sob prismas distintos, evidenciam este retorno a uma natureza indissociavelmente ligada à dinâmica da sociedade (HAESBAERT e LIMONAD, 2007, p. 46).

Assim, se define um território turístico apenas se houver uma visão multidisciplinar dos fatores que o compõem, conectando nesse entendimento, as relações homem e natureza, cultura e identidade, política e economia, espaço e tempo, oferta e demanda, local e global. Os fatores pautados devem ser compreendidos em um ambiente que abarque, em qualquer dos casos, critérios mínimos de urbanização, inerentes a qualquer tipo de localidade, como Koga (2003, p. 55) afirma, “a partir do território vai-se além da visão micro ou do localismo reducionista”, e deve levar em questão “a situação do lugar e as políticas que se direcionam à manutenção ou à transformação das condições de vida. ”

Diante desses pressupostos, atribui-se ao Turismo parte da responsabilidade na mudança de visão da gestão territorial e seu ordenamento, quiçá, em territórios insulares protegidos, onde há uma certa dependência econômica dessa forma de

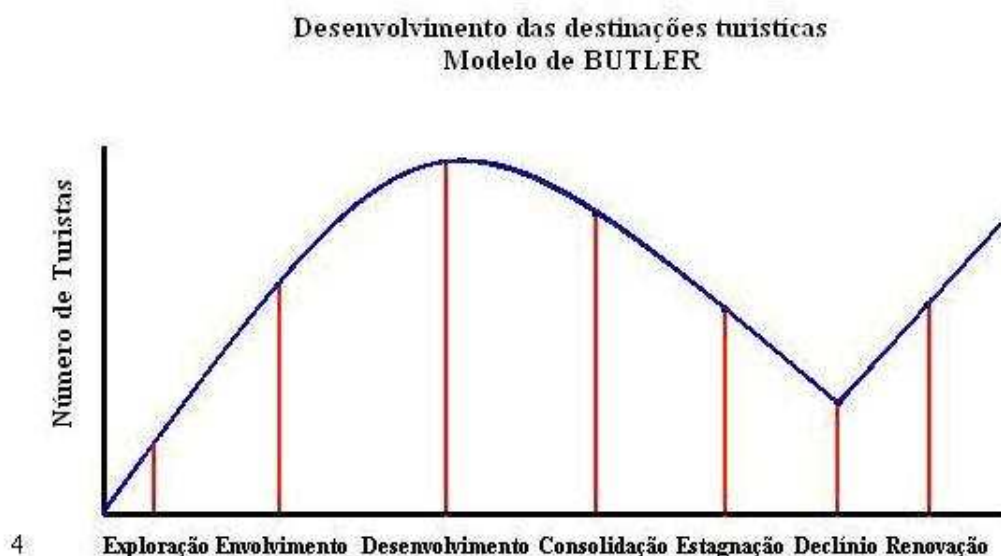
sustentação e que, inevitavelmente, será impactada pela atividade turística. Nesse sentido, o modelo de Butler (1980), é citado por vários pesquisadores como um clássico, ao indicar que o território sobrevém ciclicamente, por fases de transformação, independente de tipo, tamanho ou infraestrutura: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação, declínio e renovação.

No desenvolvimento desse modelo - Figura 1 -, tudo está integrado, desde a superestrutura que, tecnicamente, corresponde à dimensão político-institucional até à infraestrutura que inclui a questão urbana, assim como, os campos sociais, culturais, ecológicos e econômicos.

Entretanto, é possível a um território transpor diversas fases ao mesmo tempo, considerando que a demanda turística pode estar segmentada por mercados diferentes, dependendo da diversidade de oferta e de atrativos.

Butler (1980) elaborou a sequência de estágios de desenvolvimento turístico, com base em um ciclo de vida de um produto, a partir do crescimento da demanda, acompanhado de mudanças na composição do território. Já para Pearce (1988), os destinos mais expressivos para essa análise são as cidades, por serem polarizadas de atividades e serviços e de características de transformação urbana, demonstrados no Gráfico, apresentado na Figura 3:

FIGURA 3 – MODELO DE BUTLER



FONTE: Adaptado de Butler, 1980.

Ruschmann (2001) descreve as fases de desenvolvimento turísticos, de acordo com os estágios de Butler (1980), conforme segue:

A primeira fase se refere à exploração do espaço, onde a escala de visitação ainda é pequena. Os atrativos naturais e culturais são extremamente importantes, no entanto, não são totalmente aproveitados, quando o consumo turístico é prejudicado pela falta de infraestrutura.

A fase do envolvimento corresponde às decisões feitas pelas ações do poder público que ditarão como se desenvolverão os serviços de apoio turístico, assim como, as estratégias de divulgação aos turistas, que formarão um fluxo maior e mais regular. Nesse período de transformação, o cenário ideal preconiza que sejam estabelecidos os princípios de autonomia, como a capacidade de absorção e as Leis de Zoneamento para, principalmente, garantir o respeito à comunidade local e à sustentabilidade dos recursos naturais.

Na fase relativa ao desenvolvimento, o fluxo turístico se torna intenso, excedendo a população local em períodos chamados de “alta estação” ou “alta temporada” e desse modo, pressiona os equipamentos urbanos. O ordenamento territorial deve planejar o Turismo de modo equitativo entre os pequenos negócios locais e os interesses econômicos de larga escala, fato que, muitas vezes, gera conflito (TELES, 2009).

A gestão local deverá alinhar suas diretrizes de forma concreta e efetiva para não comprometer negativamente, o território.

Portanto ao pensar em desenvolvimento, deve-se ter em mente a dimensão socioespacial, pressupondo que a comunidade tenha autonomia para gerir os seus destinos. É indiscutível, nos dias que correm, que o Turismo deva ser encarado como importante motor de desenvolvimento com base local, contemplando as potencialidades endógenas (RODRIGUES, 2000, p.10).

A consolidação é a fase crítica da formação do território turístico, quando é plausível o início do declínio, pois, embora haja um aumento em números absolutos de turistas, demonstra sinais de enfraquecimento econômico porque os investimentos para 'consertar' os impactos negativos do Turismo, os recursos naturais e culturais, bem como, a infraestrutura urbana se sobrepõe aos seus benefícios. Assim, sua consolidação positiva somente será viável com um planejamento e organização sustentáveis, nas fases e estágios anteriores.

Com relação à fase da estagnação, também como resultado de falhas nos estágios de exploração, envolvimento, desenvolvimento e consolidação, os atrativos e estruturas, provavelmente, tiveram seu uso alterado, de modo desordenado e descontrolado. Esses fatos provavelmente, causam o crescimento dos problemas sociais, culturais, ambientais e econômicos, comprometendo, às vezes, de modo irreversível, o equilíbrio territorial.

Um crescimento desordenado agride e descaracteriza o meio natural e urbano, fazendo com que turistas busquem outras localidades, nas quais a originalidade das paisagens e a autenticidade das tradições ainda não foram afetadas pela adequação aos interesses comerciais da atividade (RUSCHMANN, 2001, p.163).

Como consequência, o declínio é o estágio seguinte a esse cenário, porém, uma retroalimentação no sistema de planejamento permitirá um reposicionamento e a descoberta de novos usos e caminhos para o ajuste de conduta na gestão territorial (SILVEIRA, 2014).

Essa preocupação sobre a sazonalidade turística se justifica, pois, se de um lado, há a concentração de demandas turísticas em períodos curtos do ano, promovendo, a sobrecarga de recursos físicos e sociais no território, por outro lado, há situações de grande procura que geram ineficiência na atividade turística. Em contrapartida, os períodos de baixo fluxo são mais extensos no período de um ano,

provocando certa inatividade local e por consequência, uma desaceleração econômica (LAGE; MILONE, 2000).

Portanto, é pertinente questionar o processo de ordenamento turístico que ocorre nos territórios insulares protegidos, pois, muito embora possuam mecanismos legais para sua organização, constituem-se em áreas de proteção (BOULLÓN, 2002).

Assim, não se deve subestimar o planejamento para promover uma reflexão criteriosa das escolhas de construção da infraestrutura urbana e da oferta turística, sua utilização por parte de turistas e das comunidades receptoras, contemplando as prerrogativas para a produção de territórios sustentáveis e com um posicionamento estratégico de inovação social.

2.4 CONSTRUÇÃO MULTIDIMENSIONAL DO TERRITÓRIO: DA URBANIZAÇÃO À TURISTIFICAÇÃO

A análise dos aspectos de ocupação urbana em territórios insulares protegidos, especialmente, quando se trata da aglomeração de comunidades tradicionais e a necessidade da gestão urbana e do seu ordenamento territorial, requer um debate sobre os pressupostos da sustentabilidade. Seus pilares de desenvolvimento: o econômico, o social, o ambiental, o cultural e o político-institucional devem fundamentar a organização de estratégias participativas, caracterizando iniciativas de inovação social, como por exemplo, o Turismo a partir de uma base comunitária.

O Turismo comunitário potencializa modos de vida tradicionais, arranjos socioprodutivos e políticos, de base comunitária, e mobiliza postos de trabalho pela produção artesanal. As idéias de comércio justo, solidário e sustentável animam modos de vida tradicionais e de capacitação para a produção artesanal, agregando valores solidários, a troca de bens, serviços e saberes produzidos por comunidades que sofrem conseqüências de dívida social herdada de desvantagens históricas (CORIOLANO e SAMPAIO, 2009, p.3).

Essa possibilidade na sociedade do conhecimento, indica a busca por soluções criativas e por novas tecnologias sociais que contribuam para a resolução de problemas e conflitos, as quais se destacam como prioridade nas áreas de pesquisa em inovação, na indústria e nos serviços. Como exemplo, os “socioempreendimentos, inerentes a esta modalidade, fazem parte do arranjo

produtivo local denominado APL-Com (Arranjos Socioprodutivos de Base Comunitária) e que oferecem aos visitantes, atividades denominadas vivências” (GRIMM; SAMPAIO, 2011, p. 2).

Moulaert (2007) define essa busca como uma visão alternativa, também ao desenvolvimento urbano, como uma ferramenta capaz de satisfazer as necessidades humanas e seu empoderamento, por meio de uma governança comunitária, através da inovação nas relações de vizinhança.

O panorama ainda se mostra fértil para um conceito recentemente evidenciado, especificamente, pelas discussões relacionadas à necessidade de promover indutores de desenvolvimento sustentável, em localidades cuja vocação está longe de ser tecnológica ou industrial (FACHINELLI et al., 2014).

O conceito se evidenciou a partir da década de 1970, quando o Estado começou a reduzir sua intervenção em certos setores e instituições da sociedade. A lacuna nos anos seguintes promoveu o desenvolvimento da cientificidade em torno do tema, contudo, todos se referem de alguma maneira, aos arranjos produtivos capazes de transformar as relações sociais por meio da inclusão, da geração de novas alternativas de trabalho e de renda e de melhoria na qualidade de vida dos envolvidos.

Na sociedade do conhecimento emergem problemas que as inovações tecnológicas não podem resolver por si mesmas. Abre-se espaço então para a inovação social (IS), que promove a transformação da realidade através de um processo de criação, aprendizagem e invenção que estabelece novas e práticas sociais sustentáveis (FACHINELLI, D'ARISBO; MACIEL, 2014, p. 276).

Entre as transformações que direcionam a uma inovação social, Castor (2007) elenca como exemplos, ações do Terceiro Setor que ampliam a cidadania por meio de atividades de interesse público, de trabalhos cooperativos que preconizam benefícios na infraestrutura social e, até mesmo, de ações organizadas pela sociedade civil, com o intuito de resolver uma situação imediata, urgente, mas temporária.

Diante dessas considerações iniciais, em 1986, Sachs já mencionava que o êxito de processos que considerassem a questão da inovação social seria a partir de uma abordagem de ecodesenvolvimento, com novas formas de planejamento contratual e participativo. Para tanto, o autor cita três ações necessárias, a saber:

- Empenho na análise comparativa de experimentos sociais reais em matéria de gestão local e urbana, organização de serviços sociais e de vida cultural, qualidade das condições de trabalho, gestão de recursos, proteção do ambiente etc. Dever-se-ia prestar especial atenção a situações em que surja um equilíbrio de poder entre a sociedade civil, as forças de mercado e o Estado, dando à primeira uma possibilidade nova de opinar sobre a formulação de estilos de vida e de desenvolvimento.
- Entrosar as comunidades engajadas em experimentos paralelos: uma coparticipação desse tipo pode vir a mostrar-se muito mais proveitosa do que estudos de gabinete.
- Encorajar por todos os meios novos experimentos ao vivo, que são, de longe, o fator mais dinamizante na busca de alternativas de desenvolvimento e de novos estilos de vida, o equivalente mais próximo para as sociedades (e as ciências sociais) (SACHS, 1986, p.153).

As tarefas elencadas remetem aos fundamentos que alicerçam a investigação proposta ao apresentar, de maneira metodológica, os passos necessários para alcançar os objetivos pré-determinados, com relação à compreensão das realidades, entre as unidades de conversação insulares selecionadas, e o posicionamento de suas comunidades tradicionais, frente aos processos de organização social. Para ele, o desenvolvimento “é um processo de aprendizagem social que não pode ser substituído pelo pensamento dedutivo ” (SACHS, 1986, p. 153).

Na questão ambiental e sua relação com a ocupação urbana, todas as concepções que cercam a inovação social discutem o aspecto econômico porque a valoração do meio ambiente se torna condição para que haja, efetivamente, sua conservação e desenvolvimento, paralelamente. É possível, portanto, considerar que a questão social e mecanismos de inovação social constituam elementos-chave para o entendimento da sustentabilidade em todos os demais pilares, inclusive o econômico. Dowbor (2009) faz essa conjugação, ao relacionar a pobreza com a degradação ambiental, e alerta para a urgência em procurar formas de gestão social que realmente, importem, em detrimento dessa ânsia por inovadores circuitos tecnológicos.

Assim, a agenda nos leva para a elaboração de propostas políticas proativas e a intervenção organizada dos diversos segmentos sociais, enfrentando as duas principais macrotendências do sistema que é a deterioração ambiental e a desigualdade, aliás fortemente articuladas. (DOWBOR, 2009, p.112).

Com relação à problemática ambiental brasileira, apesar da existência de uma legislação ambiental abrangente e teoricamente preocupada com a responsabilidade

de manter espaços territoriais representativos de diferentes ecossistemas, há que se prever, não apenas a sustentabilidade ecológica dessas áreas, como também, aspectos que abarcam as dimensões sociais e culturais, constituídas nesses lugares.

Nesse viés, Souza e Vieira Filho (2011, p. 09) ressaltam:

Em determinados casos, quando os espaços insulares são transformados em áreas de proteção, a comunidade que habitualmente vivia da pesca e dos recursos naturais é tolhida em seu modo de vida tradicional. Embora lhe seja permitido permanecer no território de origem, certos lugares que antes eram acessíveis a todos não podem mais ser frequentados pelos ilhéus, em função da preservação de espécies da fauna e da flora locais. Além das restrições impostas e da reestruturação socioeconômica, as comunidades insulares convivem com outros problemas, como a reconstrução da identidade sociocultural e a resistência à ocupação do espaço por pessoas do Continente, que alteram a reprodução social, ao introduzir novas formas de viver, e modificam os padrões comportamentais.

Por isso, o pensamento inovador relativo aos processos decisórios que envolvem as dinâmicas sociais deve ponderar sobre os dois dramas, aos quais Dowbor (2009, p. 115) se refere, “o social e o ambiental, balizam precisamente as inovações sociais que temos de empreender, pois é em função delas que temos de trabalhar”.

De modo pertinente à investigação relacionada à ocupação em territórios insulares, Viveret (2006, p. 221) contextualiza:

Uma praia limpa não contribui para o PIB, inclusive porque o lazer gratuito é considerado sem valor em termos econômicos, enquanto que uma praia poluída gera grandes contratos, e, portanto, preciosos pontos percentuais no PIB, que o político vai explorar devidamente como *sucesso* de sua gestão.

Ainda Dowbor (2005, p. 190) sinaliza para a necessidade de políticas que apoiem o desenvolvimento local por meio de tecnologias sociais, organizadas para permitir a autonomia pela descentralização e pela participação, cujo resultado, seria a construção de capital social. Para ele “o eixo das soluções está na articulação produtiva dos recursos existentes. Esta articulação não se obtém por decreto, e sim através de organização sistemática de programas de apoio (...).”

Diante dessas reflexões, as tecnologias sociais que favorecem o planejamento participativo se destacam como instrumentais valiosos para o fomento de redes de colaboração interinstitucionais, para que a qualidade de vida se conceba como um processo integral e não fragmentado, em diversas instâncias.

Muls (2008, p. 8) enfatiza que:

ao endogeneizar o papel do território, estamos querendo dizer que cada Grupo de instituições e de organismos locais responsáveis por estas trajetórias de crescimento – cada arranjo institucional bem sucedido – é específico ao território, sendo um produto de seu próprio contexto e o resultado de sua própria construção.

Por isso, entende-se que territórios com características tão distintas como os insulares protegidos, entram em confronto com a tecnificação e politização do espaço quando há a discussão entre o urbano e o ambiental, pois não devem apenas, reproduzir as práticas urbanas das cidades, mas sim, permitir que a ocupação humana seja organizada para promover inovações sociais e customizadas para sua realidade. Diante desses elementos, precisa se planejar o território, valorizando o potencial local e aproveitando as oportunidades do mercado global (ANPROTEC, 2005).

A partir dessas afirmações, a definição proposta por Phills et al. (2008), citada por Bignetti (2011, p. 6) argumenta que se trata do: “propósito de buscar uma nova solução para um problema social que seja mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa (...) para qual o valor criado atinge (...) a sociedade como um todo.” Ou seja, indicadores que despertem formas colaborativas na busca por novas ideias que beneficiem a todos os envolvidos, também podem potencializar a capacidade dessa sociedade para resolver seus próprios desafios, de modo mais autônomo.

O viés que pressupõe formas colaborativas de desenvolvimento em equilíbrio com os aspectos sociais e ambientais, pode ser materializado com iniciativas organizacionais que incluem instâncias de governança, ONG's, OCIP's, Conselhos e Câmaras de gestão participativa, conforme descrito em capítulo anterior, as quais procuram caminhos compartilhados para o processo decisório e, com isso, inovam na gestão pública.

No aspecto social, Bouchard (2011) aborda a inovação social, considerando dois pontos: o primeiro, concernente ao incentivo ao empreendedorismo para solução de problemas sociais, como a criação de organizações sem fins lucrativos; o segundo avalia a natureza coletiva de produtos e processos que, por meio de mudanças sociais e da ação de movimentos sociais, resultam em transformação.

A mobilização social espontânea, nesse caso, necessita de lideranças com postura prospectiva e flexível, dentro de um cenário ideal, para que as ações de governança sejam efetivas. Para Rezende e Castor (2006, p. 22), não basta apenas, desenvolver processos sociais inovadores se eles não forem aceitos ou absorvidos pela sociedade e seus gestores que “para facilitar essas atividades, é fundamental a elaboração e implementação do planejamento estratégico municipal de forma participativa, considerando os conceitos de aprendizagem organizacional e coletiva.”

O *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales (CRISES)* reúne pesquisadores que se dedicam a estudos sobre inovação social, justamente, considerando três eixos: território, condições de vida e trabalho e emprego.

QUADRO 5 – EIXOS DE INOVAÇÃO SOCIAL

Eixos	Território	Condições de Vida	Trabalho e Emprego
Inovação Social	Análise do papel dos atores sociais e suas práticas inovadoras na localidade.	Identificação de melhorias na qualidade de vida, renda, saúde, educação e moradia.	Relação dos aspectos organizacionais e institucionais com a regulação, governança, emprego e trabalho.

FONTE: Adaptado de *CRISES*, 2010.

Entretanto, a caracterização de novas formas de organização social que atente para tais eixos e dimensões citadas, requer, também, uma mudança no entendimento sobre a inovação direcionada para os territórios.

Para atender às demandas inerentes à gestão, as políticas sociais são essencialmente capilares. Nesse domínio, atinge-se um mínimo de sucesso, buscando efeitos multiplicadores de um grande número de pequenas iniciativas, muito afinadas com as condições locais. Articular um grande número de pequenas iniciativas diversificadas aponta para a formação e desenvolvimento de novas estruturas de informação que contemplem uma organização em rede (DOWBOR, 2005).

Por isso que a busca por alternativas de desenvolvimento é uma das preocupações que regem as discussões de gestão política em nível mundial. Especialmente, ao se ponderar sobre o processo de globalização e de urbanização premente, cujos direcionamentos devem estar preparados para a construção de

estratégias que apresentem reformulações de ordem política, social, econômica, tecnológica e ambiental. Acselrad (1999) cita Durazo (1997, p. 51), ao afirmar que a insustentabilidade decorreria das “crescentes assimetrias entre a localização espacial dos recursos da população, das pressões excessivas sobre o meio físico circundante e sobre os sistemas ecológicos regionais.”

O alerta mais evidente para tomada de novas atitudes se verificou durante o declínio do modelo de crescimento econômico que representou, contraditoriamente, um salto conceitual e evolutivo na história civilizatória, introduzindo o processo industrial, baseado na produção e acúmulo de capital definido como “Fordismo”.

Até a década de 1970, o Fordismo, tanto nos países industrializados do Pós-Guerra, quanto nas nações emergentes, estava solidificado porque detinha abundância de recursos naturais e havia um aumento da produtividade do trabalho, tendo em vista a ausência de Legislação Trabalhista e ainda, do ideal político, com a presença do Estado de Bem-Estar (BUARQUE, 1999).

Dessa forma, o Fordismo se caracterizou pela expansão do consumo, gerando dinamismo ao mercado, para atender à demanda e esta, absorver a oferta dos produtos industrializados. Tornou-se o modelo que produziu estilos de vida, pautados no mundo industrializado, gerando uma escala crescente nos processos de urbanização e alterações significativas na organização social dos territórios, conforme a afirmação de Monte-Mór (2004, p. 7):

A urbanização passou a ser vista cada vez mais como uma necessidade da transformação das sociedades em busca de um futuro moderno (e melhor), com aprofundamento da divisão do trabalho, libertação das amarras da vida rural, sua complexificação e integração à vida cidadina.

Buarque (1999) retoma a discussão quando cita a crise de petróleo que se sucedeu, levando a questionamentos quanto aos estoques finitos dos recursos naturais que, aliados à deteriorização do Estado do Bem-Estar e sua incapacidade de promover a equidade social, decretaram a falência do sistema centralizado e a desaceleração da industrialização.

O crescimento econômico dos países desenvolvidos - contrastando com o aumento da população e da pobreza nos países em desenvolvimento - exacerbaram desequilíbrios, que aliados à exploração desenfreada do meio ambiente, começaram a significar um retrocesso, tanto aos países tidos como ricos, quanto aos países considerados pobres, ocasionando custos sociais marcantes (MAX-NEEF, 2012).

Esses problemas e contradições geraram um período de transição, refletido em um aprofundamento da revolução tecnológica e organizacional e seus desdobramentos políticos e sociais ao se considerar o limite dos recursos naturais que pode, perceptivelmente, impor a necessidade de novos meios de produção e de novas formas de desenvolvimento.

Dias (2006, p. 21) descreve:

Esta crescente preocupação dos países industrializados transformou seu relacionamento com os países em desenvolvimento numa espécie de imperialismo benevolente, que passa a exigir ações voltadas ao meio ambiente, vinculando sua efetiva realização com empréstimos das agências de financiamento. Até o fim da década de 80, os únicos projetos de inversão que realizavam estudos de impacto ambiental na Argentina, por exemplo, o faziam porque era uma exigência das agências financeiras internacionais.

Durante a construção desses pensamentos, os conceitos de desenvolvimento até então aplicados, começaram a ser substituídos por pensamentos divergentes dos modelos econômicos até então em vigor (MAX-NEEF, 2012). No entanto, a construção de uma nova perspectiva econômica e ambiental provocou uma larga discussão em relação à igualdade na promoção do bem-estar social das populações envolvidas, pois nos países desenvolvidos, à custa da exploração de matéria-prima para industrialização, a qualidade de vida já era uma realidade para os padrões de consumo estabelecidos (FABRÍCIO, 2015).

Por outro lado, os países a caminho da industrialização foram freados na exploração da matéria-prima, recursos naturais, justamente, pelos equívocos em relação à degradação ambiental, provocada pelo seu uso desenfreado e com isso, restringindo, também, os benefícios sociais oriundos da modernização da época.

Romeiro (2010) lembra que a preocupação dos agentes econômicos sobre a necessidade de restrições de uso dos recursos naturais é recente e requer altruísmo:

Ainda assim, como foi visto, estas restrições regulatórias se concentraram fundamentalmente sobre aquelas atividades cujos efeitos degradantes atingiam a qualidade de vida das populações em seus locais de origem. A aceitação, por parte destas populações (concentrada nos países afluentes), de restrições ambientais que envolvam algum tipo de sacrifício em benefício de populações de outros países e/ou de um futuro longínquo implica, forçosamente, uma certa dose de altruísmo (ROMEIRO, 2010, p.18).

Diegues (1992) reflete sobre esses pontos ao criticar o desenvolvimento sob a égide de sustentado, pois se, por um lado, era necessária a mudança de paradigma

quanto à utilização dos recursos naturais e o investimento em novas tecnologias, por outro lado, era preciso considerar alternativas econômicas capazes de gerar desenvolvimento, sem que a industrialização fosse o único caminho.

Portanto, a partir dessas premissas, surgiu a expressão “desenvolvimento sustentável” utilizada como pressuposto para a implantação de novos paradigmas, conforme demonstra Buarque (2002), na análise comparativa, descrita no Quadro 6.

QUADRO 6: ANÁLISE COMPARATIVA

FORDISMO	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p>Crescimento econômico extensivo, com o aumento do consumo de massas.</p> <p>Economia de escala (padronização e produção em grandes quantidades).</p> <p>Competitividade baseada na abundância de recursos naturais, baixo custo da mão de obra e limitado controle ambiental (impactos ambientais externalizados).</p> <p>Estado de Bem-Estar e interventor com gerência burocrática e crescente participação no PIB e no investimento social.</p> <p>Aumento da produtividade, dos salários (participação na renda nacional) e do emprego.</p> <p>Dinamização da base industrial e do consumo de bens industrializados de massa.</p>	<p>Crescimento econômico seletivo, com diversificação do consumo.</p> <p>Flexibilidade da produção e ganhos na qualidade e na diversidade de produtos.</p> <p>Competitividade baseada em tecnologia, conhecimento, informação e recursos humanos qualificados no controle e na qualidade ambiental.</p> <p>Novas institucionalidades, reorientadoras do papel do Estado para a regulamentação e administração por resultados.</p> <p>Aumento da produtividade e da qualidade, com mudança das relações de trabalho e redução do emprego formal e do trabalho no valor do produto.</p> <p>Crescimento de novos segmentos e setores, especialmente terciário.</p>

FONTE: Adaptado de Buarque, 2002.

Depois dessa reflexão, o termo “sustentabilidade” começou a se destacar. Sua origem etimológica vem do latim *sustentare*, que significa “suster”, “suportar”, comumente, utilizado no âmbito das organizações ao se referir à possibilidade de garantir sua continuidade e perenidade (SICHE et al., 2007).

Nascimento (2012), na descrição da trajetória da sustentabilidade, relata que a publicação do primeiro Relatório do Clube de Roma intitulado “Os limites do Crescimento”, em 1969, já alertava para a questão da natureza inesgotável. E, em

seguida, em 1972, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, quando se iniciou o movimento ambientalista. Em 1987, com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Banco Mundial, a Comissão *Brundtland* e a decisão de que a transição para o desenvolvimento sustentável impunha desvantagens aos países mais pobres e responsabilidades especiais aos mais ricos, desencadeou uma gradativa mudança de entendimento das questões ambientais.

Embora a expressão desenvolvimento sustentável tenha sido cunhada somente em 1987, a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos foi forjada com a primeira grande conferência internacional sobre meio ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. Desde então, permanece inalterada e ainda é válida na recomendação da utilização de oito critérios distintos de sustentabilidade parcial: social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, político nacional e político internacional (SACHS, 2002, p. 54, 85-88).

Teve, então, o aval das forças econômicas, portanto, agregou valores capitalistas às questões ambientais. Esse movimento convergiu em um processo crescente para a realização da Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento e Meio Ambiente, em 1992, no Rio de Janeiro, a informalmente conhecida, como ECO 92 ou, RIO 92. Pode-se considerar que essa Conferência iniciou, com mais eficiência, os postulados centrais para um modelo de desenvolvimento sustentável, ao buscar o comprometimento das Nações com os preceitos abordados, levando em consideração benefícios às gerações futuras, traçando os caminhos para transição à sustentabilidade, exigindo o uso efetivo dos recursos e responsabilidades pelo meio ambiente e pelos impactos econômicos desse uso (OLIVEIRA, 2012).

Portanto, segundo Buarque (2002, p. 16), se entende que “o conceito de desenvolvimento sustentável resulta do amadurecimento de várias propostas acadêmicas e técnicas que surgem durante as três décadas - entre 1970 a 1990 - com críticas ao economicismo e defesa do respeito ao meio ambiente e às culturas”.

Assim, torna-se importante ressaltar que o conceito de desenvolvimento sustentável não pode ser imposto por pressões externas, mas se deve radicar na cultura, nos valores, nos interesses e nas prioridades da população.

Corroborando com essa ressalva, Boff (1999, p. 198) afirma que:

uma sociedade ou um processo de desenvolvimento possui sustentabilidade quando por ele se consegue a satisfação das necessidades, sem comprometer o capital natural e sem lesar o direito das gerações futuras de verem atendidas também as suas necessidades e de poderem herdar um planeta sadio com seus ecossistemas preservados.

Por isso, não se pode negar aos países em desenvolvimento, que escolham seu melhor caminho para o crescimento, reforçando a tarefa da comunidade internacional para que desempenhe um papel de cooperação global para o alcance das metas de sustentabilidade.

Camargo, Capobianco e Oliveira (2004) afirmam que a construção do desenvolvimento sustentável ainda apresentava grandes desafios, dez anos após a Conferência. Os eventos seguintes, como a RIO + 20, o Tratado de Kyoto e demais conferências temáticas, reconhecem a importância de trabalhar os pontos fortes dos países em desenvolvimento, reduzindo suas vulnerabilidades através do apadrinhamento de talentos locais, da contribuição ao acesso às tecnologias adequadas às questões ambientais, à correta exploração de recursos humanos e no fortalecimento de gerenciamento e de habilidade profissional, voltados à revitalização econômica desses países.

A mudança da estrutura produtiva, a redefinição das relações de trabalho, a redução das pressões econômicas sobre a natureza, caracterizam a construção dessa nova definição, baseada no respeito à natureza e fundamentada na criatividade e na cooperação. Nesse contexto, o Setor Terciário redefine novos padrões econômicos, com a expansão da necessidade de um crescente número de prestadores de serviços, ávidos em promover a satisfação das novas necessidades da sociedade contemporânea, como a busca pelo lazer.

Além disso, o desenvolvimento sustentável impõe a consideração de critérios de sustentabilidades social e ambiental ³ e de viabilidade econômica. Apenas as soluções que considerem esses três elementos, isto é, que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, mereceriam a denominação de desenvolvimento (SACHS, 2008, p. 36).

Em termos territoriais, o Brasil é cobrado pela comunidade internacional, para garantir a preservação de parcelas do seu território, muito embora o país ainda esteja em franca expansão, quanto à ocupação espacial. No entanto, compreende-se que o desenvolvimento econômico local, atrelado ao conceito de território, precisa

contemporizar-se como sujeito de uma ação coletiva e, dessa maneira, valorizar e fomentar a governança endógena (BARROS, 2013).

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável, que surgiu na segunda metade do século XX, propõe como estratégias fundamentais, dois caminhos que se bifurcam e, ao mesmo tempo, estão estreitamente vinculados e dependentes: orientar esforços e obter resultados concretos que melhorem o nível de vida da população; favorecer a evolução ecológica para manter a vitalidade e a biodiversidade dos recursos naturais ainda disponíveis. No entanto, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) recomenda que, “para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana” (PNUD, 2004).

Com essa afirmação, a questão da sustentabilidade não deve se concentrar, meramente, na dimensão ambiental, muito embora tenha sido a principal motivação de sua concepção. Atrelada a esse pensamento, apresenta-se também, a visão semelhante, a qual considera que, para uma análise abrangente do conceito precisam se considerar vários aspectos, como o econômico, o social, o político e o cultural. Diante dessas dimensões, as condições de vida e a qualidade da ocupação urbana não necessitam se descolar do ambiente natural, representadas por dados específicos de renda, emprego, saúde, educação, alimentação, segurança, lazer, moradia e transporte (CLEMENTE; HIGACHI, 2000).

Toda a estratégia direcionada ao desenvolvimento sustentável considera mudanças nas ações e no comportamento dos diversos atores da sociedade, não somente no campo ambiental, como também, nos campos econômico e social. Diante do exposto, ressalta-se a definição do Instituto Ethos (2002, p. 9), a respeito da complexidade da discussão sobre o desafio inerente “a sustentabilidade que só pode ser alcançada por meio de um equilíbrio nas complexas relações atuais entre necessidades econômicas, ambientais e sociais que não comprometa o desenvolvimento futuro”.

Uma vez que as relações que provocam o equilíbrio ou o desequilíbrio partem dos atores sociais, dirigentes governamentais, políticas públicas, organizações, evidencia-se que a conscientização ambiental é o principal viés para que se garanta o interesse na busca por outros modelos de desenvolvimento, focados no homem,

como parte da natureza e não acima dela. Para ser sustentável, portanto, Bellen (2002) lembra que essa relação deve assegurar que a vida humana continue indefinidamente, com crescimento e desenvolvimento da sua cultura, observando-se que os efeitos das atividades humanas permaneçam nos fronteiras adequadas, para não destruir a diversidade, a complexidade e as funções do sistema ecológico de suporte à vida.

2.4.1 Dimensões da Sustentabilidade e o Território Turistificado

A complexidade do conceito de sustentabilidade se expande para a definição de suas dimensões. Para Sachs (2004), pensar em sustentabilidade é pensar grande, pensar amplo, por isso, pode-se compreendê-la a partir de cinco dimensões principais:

- a) Sustentabilidade Social – pela criação de um processo de desenvolvimento sustentado com igualdade, por uma civilização, na distribuição de renda e de bens, a fim de reduzir as diferenças entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres. Alguns autores incluem aqui, na Sustentabilidade Social, os programas e ações de conscientização da sociedade que visam posicioná-la contra o consumismo exagerado e supérfluo, fortemente visível no presente século.
- b) Sustentabilidade Econômica – alcançada através do gerenciamento eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados.
- c) Sustentabilidade Ecológica – contraída por meio da limitação do consumo de combustíveis fósseis e demais recursos facilmente esgotáveis, da redução dos resíduos e da poluição, através da conservação de energia, de recursos naturais e da reciclagem. Inclui-se aqui, a busca pela substituição de recursos não renováveis, por alternativas renováveis e de menor impacto ambiental e social.
- d) Sustentabilidade Territorial – dirigida para a obtenção de um cenário rural-urbano equilibrado e com melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.
- e) Sustentabilidade Cultural – inclui a procura por raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, que

facilitam a geração de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Ainda, o mesmo autor (2008, p.11) sugere que ao considerar tais pressupostos, se visualize a ideia por ele proposta, de desenvolvimento endógeno, em que há a geração de empregos dignos, locais, e orientados para as necessidades sociais.

Nesse enfoque, responsabiliza o Estado por três funções fundamentais:

A articulação de espaços de desenvolvimento, desde o nível local (que deve ser ampliado e fortalecido) ao transnacional (que deve ser objeto de uma política cautelosa de integração seletiva), subordinada a uma estratégia de desenvolvimento endógeno;
A promoção de parcerias entre todos os atores interessados, em torno de um acordo negociado de desenvolvimento sustentável;
A harmonização de metas sociais, ambientais e econômicas, por meio de planejamento estratégico e do gerenciamento cotidiano da economia e da sociedade, buscando um equilíbrio entre diferentes sustentabilidades (social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política) e as cinco eficiências (de alocação, de inovação, a social e a ecoeficiência).

A fim de materializar a concepção de desenvolvimento sustentável, em ações palpáveis, as dimensões e funções elencadas remetem ao conceito de inovação social que implica no empoderamento das iniciativas locais, no estímulo ao empreendedorismo social, ao associativismo e à cooperação entre os atores sociais. Também, a profissionalização dos produtores locais em microempresários, dando mais condições competitivas ao implementar o crédito e o microcrédito para o fomento dos arranjos produtivos locais.

Gomes (2005, p. 13) destaca:

A constatação é de que a vontade de se unir, de se associar, pode desencadear um processo extraordinário de desenvolvimento equilibrado. Para tanto, deve-se rever o atual padrão de comportamento das organizações, que em sua maioria tem sido fundamentado no egoísmo e individualismo.

Essas perspectivas, portanto, não excluem nenhuma opção para se desenvolver econômica e socialmente, ao contrário, teoricamente, a ideia é justamente, integrar possibilidades em uma visão solidária e equitativa, pensando-se a partir da questão ambiental, em uma nova agenda de ordem econômica.

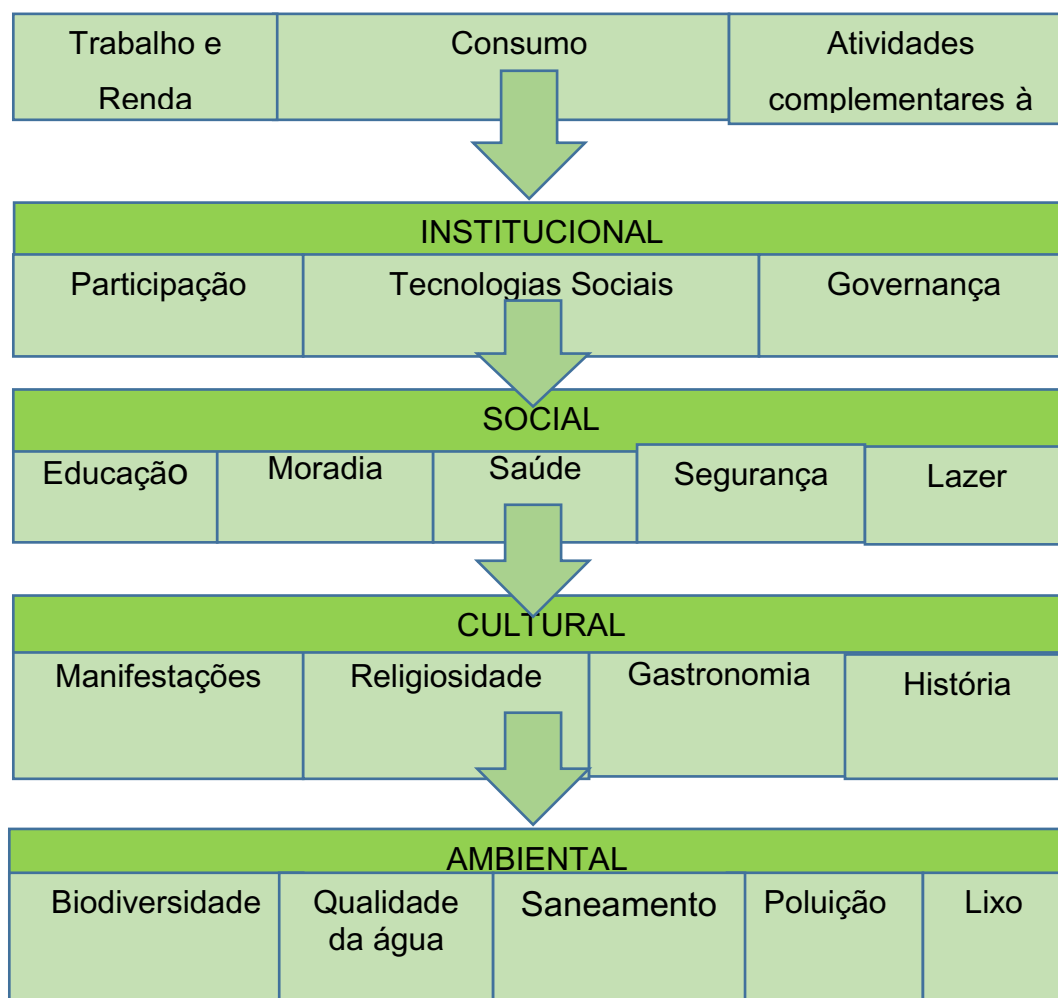
Há quem considere três níveis de sustentabilidade, como afirma Rodriguez (2006): a sustentabilidade fraca, a forte e a sensata.

A fraca, segundo o autor, privilegia o capital físico, ao natural, dando mais valor ao capital; já a forte, é o outro extremo, que preconiza a paralisação total do uso dos recursos naturais e a sensata permite a exploração do capital natural, porém, respeitando seus limites de uso.

Para validar a classificação dos níveis de sustentabilidade pelas dimensões que lhe são imbuídas, precisa-se também, prever quais indicadores devem ser observados e que podem gerar impactos no território e com isso, dar subsídios para o reconhecimento dos limites de desenvolvimento e conseqüentemente, o cenário ideal para o equilíbrio daquele ambiente (SEIFERT, 2011).

A indicação de componentes de avaliação das condições para o desenvolvimento de ações sustentáveis, é um caminho opcional na busca pela eficiência dos modelos de gestão ambiental em diferentes contextos, considerando, por exemplo, cinco fatores intervenientes, ilustrados na Figura 4:

FIGURA 4 - FATORES DE INTERVENIÊNCIA DE SUSTENTABILIDADE



FONTE: A autora, 2015.

Além dessas reflexões, pondera-se que uma avaliação da efetividade da sustentabilidade que ultrapasse o mero aspecto conceitual, por vezes, é concebida como solução em curto prazo, para substituir formas de desenvolvimento econômico, sendo que, na verdade, busca-se compreender a realidade sob vários escopos e só então, projetar alternativas em longo prazo: “ao criar o futuro, corremos o risco de cometer erros de percepção ou de ação” (MAX-NEEF, 2012, p. 21).

Nesse contexto, costura-se o Turismo como uma equação possível, referenciado ora, como fenômeno e ora, como indústria. Andrade (1999) argumenta que ele surgiu conceitualmente, em fins do século XIX e início do século XX, depois da década de 1930, com a criação do Centro de Pesquisas Turísticas, na Faculdade de Economia da Universidade de Berlim, cujos estudos, para sua compreensão,

englobaram em princípio, o seu efeito econômico e depois, acrescentados os aspectos culturais e sociais, admitindo novas motivações, além das recreacionais.

Fica claro, pois, que o Turismo é uma forma de consumir, algo como um canal para o qual conflui uma demanda especial de muitos tipos de bens e serviços elaborados por outros setores, além do consumo de alguns serviços especialmente desenhados para satisfazer necessidades próprias dos viajantes. Portanto, o Turismo pertence ao setor terciário, e não ao secundário, como deveria ser para que pudesse ser catalogado como pertencente à indústria (BOULLÓN, 2002, p. 34).

Entretanto, nem só fenômeno, muito menos indústria, o Turismo é considerado uma atividade que se inter-relaciona, transversalmente, com diversas ciências, entendido, atualmente, por sua definição holística, citada por Jafari (BENI, 1998, p.38), como: “o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sócio-cultural da área receptora.”

Sauer (1975) elencou diversos fatores que influenciam o crescimento da demanda turística como, o aumento do tempo livre com a criação das Leis Trabalhistas que estabeleceram jornadas de trabalho, com direito às férias remuneradas e descansos semanais; a redução e evolução dos meios de transporte, especialmente, a massificação do automóvel que facilita o deslocamento das pessoas; o aumento da renda familiar, em países desenvolvidos; o desenvolvimento de empresas prestadoras de serviços turísticos que organizam as viagens, agregando as atividades necessárias para sua realização; o estímulo às viagens internacionais, com unificação de documentos de viagens, facilitadores para vistos; o crescimento e evolução da urbanização, da automação, da tecnologia como consequência da industrialização; os impactos psicológicos da vida urbana, a falta do “verde”, incentivam as viagens de férias e fins de semana e a busca pela capacitação dos recursos humanos, aliada à qualidade de vida, abre alternativas de treinamento fora do ambiente de trabalho, preferencialmente, em áreas naturais.

Devidamente citadas algumas conceituações, Andrade (1999) reforça alguns elementos implícitos na prática da atividade turística, para assim, caracterizá-la: a viagem ou o deslocamento como elemento temporal e espacial; a permanência do sujeito do ato turístico como parte integrante, cujas variáveis classificam o fluxo turístico; o objeto do Turismo como elemento concreto, titulado como bem turístico,

sendo natural, artificial ou de produção dos serviços que, dotados de apropriabilidade, recebem um valor econômico.

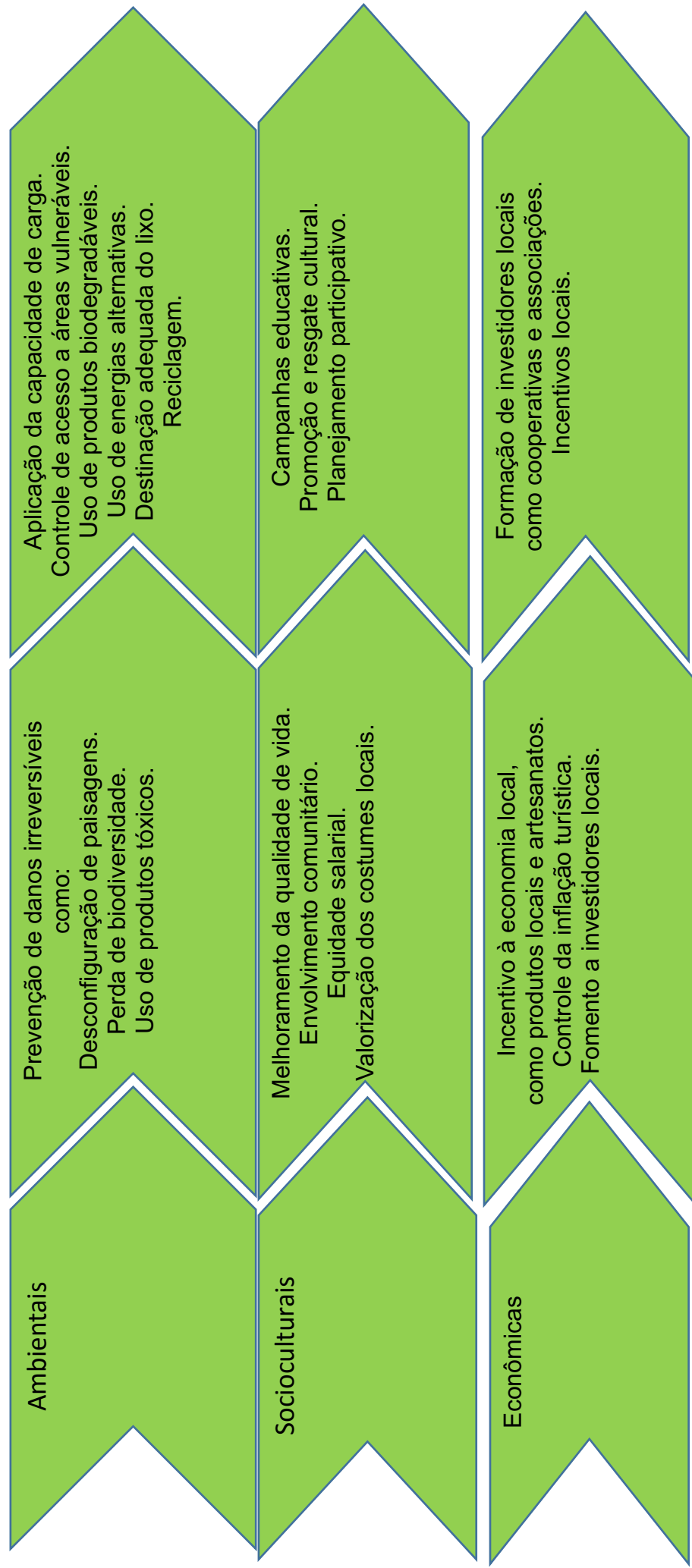
A transformação dos recursos naturais - rios, cachoeiras, montanhas, clima, florestas, praias, Ilhas - ou artificiais - patrimônio histórico, cultural, arquitetônico, folclore, gastronomia-, apropriados para a elaboração de produtos turísticos, é consumida através da compra de serviços que são viabilizados pelo envolvimento de uma significativa pluralidade de ações organizacionais e da interrelação entre fatores sociais, ambientais, econômicos, culturais, sistematizados estruturalmente, e assim, fazendo uma combinação entre bens, produtos e canais de distribuição turísticos (SWARBROOKE, 2001).

Dessa maneira, Dias (2003) indica que o Turismo, por sua característica estratégica de geração de renda e de emprego, avançou no cenário político nacional, a partir de 1994, com a implantação do Programa de Municipalização do Turismo e mais tarde, com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, e do Programa de Regionalização Turística.

No entanto, em um País de dimensões continentais, deve-se considerar a necessidade de planejar atividades turísticas para potencializar os benefícios socioeconômicos decorrentes em diferentes realidades, assim como, a valorização e conservação de recursos naturais e culturais dos municípios, em especial, daqueles que possuem limitações para o desenvolvimento industrial, como os que estão em áreas de proteção ambiental (NELSON; PEREIRA, 2004).

Nesse contexto, o espaço, o território e a paisagem, na atividade turística, aparecem como bens para consumir, mas de maneira planejada e organizada, portanto, justificada como atividade sustentável, conforme indica a Figura 5:

FIGURA 5 - ABORDAGENS, CRITÉRIOS E FERRAMENTAS PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL



FONTE: Adaptado de Nelson; Pereira (2004).

Ressalta-se, portanto, que o conceito de planejamento turístico deve ser investigado de forma compatível ao desenvolvimento sustentável e também, não pode ser imposto por demandas externas, mas sim, imbuído da participação da comunidade local, respeitando sua cultura, seus valores e seus interesses. Como bons resultados do planejamento sustentável, Magalhães (2002) cita exemplos como o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE) e Bonito (MT). Ambos os destinos recebem um fluxo significativo de turistas e possuem em comum, a valorização local e a conservação do destino, dentro de padrões que fundamentam o termo sustentabilidade.

Essa postura deriva da conscientização de profissionais, de planejadores de Turismo, de empresários, de visitantes e de visitados, de que a matéria-prima do Turismo reside na originalidade dos recursos oferecidos, na valorização do ambiente natural, com um mínimo de interferência, no contato com as peculiaridades culturais de cada região e de seu povo.

Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002) explicam que uma política de Turismo contempla um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes que propiciam o desenvolvimento de estratégias que fornecem uma estrutura capaz de discutir a atividade, com as Instituições públicas e privadas, a qual estabelece interfaces entre diferentes setores da sociedade e da economia, de maneira eficaz.

Assim, a viabilidade de visitação em uma determinada área atrativa é possível, “melhorando” a qualidade de vida local, uma vez que possibilita a implantação de certas comodidades urbanas, levando em conta métodos e técnicas do planejamento turístico, como o diagnóstico e o prognóstico de áreas a serem analisadas (BENI, 1999) O Turismo, nesse prisma, é um fator de desenvolvimento social, cultural, político, econômico e certamente, educativo que, ao considerar devidamente as questões ecológicas, influencia a criação de novos tipos de Turismo, com tendências direcionadas à especialização da oferta de seus produtos e na formação de cidadãos, preocupados com o mundo em que vivem.

Para Dias (2003), a política de Turismo, geralmente, está associada a uma política econômica mais ampla, justamente, por sua “capacidade de criação de empregos, à sua contribuição à diversificação de atividades econômicas regionais e aos vários efeitos indiretos causados pelos gastos dos turistas” (HALL, 2001, p. 174).

O crescimento do Turismo, nesse processo desse imenso caldeirão de mudança de valores, aparece com nova consideração, respaldado em um formidável potencial para agregar preceitos que sugerem a implantação de atividades turísticas, voltadas aos critérios de sustentabilidade, Beni afirma que, (1997, p. 54) com a utilização racional dos recursos naturais e com o papel de “injetar renovada energia e informação aos sistemas social e cultural, para efeito de promover novas atitudes e realizações humanas. ”

De acordo com o *Ministère de L'Environnement/Tourisme*, da França (1992, p.16) a atividade turística ocorreu em quatro fases distintas, que caracterizam seu relacionamento com o meio ambiente (RUSCHMANN, 1997, p. 20):

a. Primeira Fase - Século XVIII - caracterizada pela descoberta da natureza e das comunidades receptoras, estabelecendo a fase dos relacionamentos e dos primeiros equipamentos turísticos.

b. Segunda Fase - final do Século XIX e início do Século XX - caracterizada por um Turismo elitista, na qual a natureza é domesticada, estimulada pelo crescimento de construções, centros turísticos, cassinos flutuantes e estradas de ferro.

c. Terceira Fase - a partir dos anos de 1950 até 1970/80 - caracteriza o Turismo de massa, com o domínio brutal do Turismo sobre a natureza. É quando os excessos dominam os ambientes visitados, predominando o concreto, o crescimento desordenado e a total falta de planejamento. Corresponde ao período catastrófico para a proteção do meio ambiente.

d. Quarta Fase - a partir da década de 1980 - caracteriza a busca pela calma, aventuras sadias, ao conhecimento profundo das regiões visitadas. Corresponde à renovação do Turismo e ao resgate da valorização de todos os componentes naturais.

A retrospectiva e as perspectivas do Turismo, aliadas à preocupação mundial com as questões ambientais; ao aumento do tempo livre, favorecido pela evolução tecnológica; a busca por novos paradigmas de desenvolvimento e a constatação real de que os recursos naturais são a matéria-prima do Turismo, levaram estudiosos como Pearce (1988), Boo (1990), Whelan (1991), Cater (1994), Ruschmann (1997), entre outros, a questionarem formas de aplicabilidade real do termo “sustentabilidade” para reger a expansão do Turismo.

Por essas e outras constatações, é que o Turismo é apontado como uma atividade cada vez mais promissora, capaz de aliar desenvolvimento e sustentabilidade, guardadas as devidas prerrogativas e se constituindo como uma alternativa econômica, viável para a implantação, em territórios ambientalmente mais frágeis, ou institucionalmente construídos, como as Unidades de Conservação de proteção integral.

2.4.1.1 Tipologias do Turismo, sustentabilidade e inovação social

Torna-se redundante falar de Turismo, sem falar em sustentabilidade, uma vez que todas as modalidades da atividade deveriam estar vinculadas a um pensamento sustentável e que contemplasse o equilíbrio entre os pilares que o alicerçam. Conforme conceitos já mencionados, de Andrade (1999); de Swarbrooke (2001); de Ruschmann (1997) e de Beni (1997), o Turismo é compreendido como um fenômeno social e econômico que se apropria de recursos naturais, e ou, culturais para se desenvolver.

Nesse sentido, a atividade turística que ocorre em áreas naturais, protegidas institucionalmente, ou não, necessita intensificar o uso sustentável de seus recursos, utilizando-se de uma visão chamada “conservacionista”, como já citado.

A conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais é condição básica para o desenvolvimento sustentado. Nesse sentido, a conservação é um aspecto de um processo transetorial que engloba a preservação, a melhoria nas condições ambientais e o uso sustentado (TELES, 2009, p. 54).

Considerando que os atrativos naturais são relevantes para motivar o deslocamento de turistas, especialmente, quando a paisagem apresenta traços únicos e a oportunidade de experimentar a natureza de maneira singular, desenvolveram-se muitos tipos de Turismo.

Porém, além de classificar tipos de Turismo pela sua oferta, ou seja, dos atrativos que oferece, deve-se, também, atentar para os tipos de Turismo, decorrentes do perfil da demanda (BRAGA, 2007).

Por oferta turística, entende-se a atratividade do local e todos os bens e serviços disponíveis para o consumo turístico. Quando esses elementos são organizados e comercializados de modo sistemático, tem-se um produto turístico

(BENI, 1997). A oferta categoriza o tipo de Turismo que se desenvolve em dada região e influencia no tipo de turista que irá visitá-la.

Ainda, Beni (1997) define demanda turística, tanto pelo fluxo real ou efetivo de turistas, excursionistas ou visitantes de uma determinada localidade, a partir de uma estatística de frequência, pelo fluxo futuro ou por demanda reprimida que, devido a algum fator econômico ou social (momentâneo), não consegue visitar o destino turístico, mas não por falta de motivação.

Os resultados de uma pesquisa de demanda quantitativa, também geram dados qualitativos que revelam o perfil do consumidor do Turismo e assim, traçam seu perfil, não somente demográfico ou socioeconômico, como também, psicográfico. A segmentação psicográfica é citada por Swarbrooke e Horner (2002, p.139), como a abordagem moderna de categorização turística, pois leva em conta as convicções e atitudes dos turistas, como a preocupação com uma vida saudável e “são dotadas de consciência ambiental e cujo estilo de vida é influenciado por preocupações ambientais”.

No contexto das relações entre meio ambiente e Turismo, ele é segmentado em vários tipos e sub-tipos, os quais são mencionados por diferentes autores, tanto da área de marketing, quanto do Turismo, da Geografia e da Sociologia (SWARBROOKE et al., 2003). Derivados dessas variáveis pode-se citar o Turismo de Sol e Praia, Turismo Rural, AgroTurismo, Turismo Gastronômico, Turismo da Terceira Idade, Turismo Cultural, Turismo Religioso, Turismo Étnico, Turismo de Intercâmbio, Turismo de Compras, EnoTurismo, EspeleoTurismo, EcoTurismo, Turismo de Aventura, entre outros.

Nesse contexto, o EcoTurismo cujo Turismo ocorre na natureza, apregoa a tomada de consciência do visitante sobre os impactos que ele causa ao meio ambiente e o profundo respeito com o ambiente visitado. Lindberg e Hawkins (1999, p.18) definem EcoTurismo, ao afirmar que ele deve: “satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, evitando o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética dos lugares visitados. ”

A natureza mencionada, pode apresentar como atrativo turístico, tanto uma floresta imponente com trilhas instigantes, uma área montanhosa ou de mananciais, quanto zonas costeiras e ambientes marinhos, com praias e Ilhas. Classifica-se um

destino como ecoturístico, pela forma de organização do território e como os turistas interagem com ele. O Ministério do Turismo corrobora essa perspectiva ao conceituar o EcoTurismo como:

um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (BRASIL, 2006, p. 9).

Outro tipo de Turismo em que o visitante se relaciona de maneira intensa com a natureza, é o Turismo de Aventura, quando o turista busca a prática de esportes, radicais ou não, mas que ofereça, essencialmente, atividades recreativas e esportivas, em áreas naturais.

Praticar as atividades de Turismo de aventura pode ser a razão pela qual os visitantes optam por visitar um destino, criando uma demanda em função disso ou então pode aparecer como atrativo secundário relacionado ao contexto do local (FABRÍCIO, 2015, p.117).

Nesse caso, os destinos turísticos são divididos, na sede de apoio ao turista, geralmente, cidades de pequeno porte, mas que oferecem equipamentos de hospedagem, alimentação e recepção e os atrativos de aventura, que se classificam em terra, no ar e na água, e geralmente, se encontram afastados da sede. Nessa modalidade, também se exige o uso de normas de segurança, estabelecidas pela Associação Brasileira das Empresas de EcoTurismo e de Turismo de Aventura (ABETA), e guias, condutores e instrutores, devidamente treinados e capacitados para o desenvolvimento das atividades.

Os atrativos culturais, embora fatores, muitas vezes, secundários para a escolha de um destino turístico, sempre estarão presentes pois se relacionam à gastronomia, à religiosidade, ao patrimônio material e imaterial do local visitado e, por essa característica inerente, devem ser priorizados, tanto quanto, os atrativos naturais o são. (DIAS, 2006).

Nesse sentido, o Turismo, enquanto atividade econômica, independente da modalidade, precisa se desenvolver de modo planejado e sustentável a fim de garantir às gerações futuras, as mesmas condições que as vivenciadas atualmente, porém, sem se esquecer de promover o bem-estar das populações locais e a valorização de seus recursos, valendo-se da premissa de maximizar os benefícios e minimizar os impactos negativos decorrentes. Em conjugação entre os elementos

citados e a ideia de planejamento participativo, somado às instâncias de governança efetivas, e também, à sustentabilidade e à inovação social, deve-se destacar o conceito de Turismo de base comunitária:

O Turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de Turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de Turismo representa, portanto, a interpretação “local” do Turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do Grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização (IRWING, 2009, p.113).

Diante das possíveis segmentações, bem como, dos modelos de gestão do Turismo, planejamento e sua organização, torna-se necessário um olhar sobre as relações de poder, na perspectiva da turistificação, enquanto fator de interveniência na produção urbana e na compreensão da construção multidimensional do território.

3 METODOLOGIA

A sistematização dos conhecimentos possibilita o entendimento das relações dos estudos empíricos, pautados nos objetivos propostos que demandaram os questionamentos abordados.

A pesquisa pressupõe uma interrelação, caracterizada pela comunicação entre os elementos da composição analítica e os fundamentos teóricos que devem ser configurados na sua totalidade, de modo interdisciplinar, portanto, pautada em uma investigação qualitativa.

Ao considerar a trajetória metodológica, o presente estudo se enquadra na perspectiva de Triviños (1987, p. 133) ao definir o Estudo de Caso como “um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais”.

Entende-se por Estudo de Caso, uma estratégia metodológica que prevê a avaliação e a descrição de situações que envolvam fenômenos complexos e contemporâneos. Assim, esta pesquisa elegeu a discussão entre urbanização e turistificação de territórios insulares protegidos.

Portanto, o método adotado situa-se em um estudo comparativo de casos, com ênfase qualitativa, exploratória e descritiva cujas categorias de interesse surgiram à medida em se coletaram e se discutiram os dados, oriundos da investigação documental, bibliográfica e de campo.

Para organização da pesquisa, estabeleceu-se o protocolo de estudo, a preparação prévia para o trabalho de campo, a determinação da base de dados e principalmente, a seleção dos casos, como significativos e de interesse público.

O caso não foi considerado uma unidade de amostragem, mas sim, como casos únicos e singulares. Nesse aspecto, Yin (2005) enfatiza que o método de generalização se pauta em uma generalização analítica, estruturada por uma fundamentação teórica, baseada em um modelo comparativo que relaciona os resultados empíricos.

Por isso, entre as características do método qualitativo, está a flexibilidade quanto à adaptação do pesquisador às circunstâncias de pesquisa no campo de estudo, porém, mantendo a estruturação, previamente determinada para condução do estudo.

Para redação do relatório final foi imprescindível a discussão de diferentes e variadas fontes, a organização de um banco de dados e o encadeamento das evidências, consolidando assim, tanto os critérios de abordagem da pesquisa, quanto de coleta de dados e tratamento dos resultados.

A validade do constructo se apresenta na definição conceitual do arcabouço teórico e na descrição prévia dos casos, já a validade interna refere-se à coerência entre o desenvolvimento da pesquisa e os resultados. A validade externa trata da generalização dos resultados do estudo com outras pesquisas similares, mas que, nos casos investigados, o tema da ocupação urbana é conhecido, no entanto, a delimitação do território é singular. A confiabilidade se relaciona com a demonstração clara de que o estudo pode ser replicado.

Diante do exposto, o protocolo apresentado, de modo sumário, inclui o referencial que sustenta o estudo e um documento que informa os entrevistados sobre os objetivos a serem investigados.

A preparação dos estudos de caso perpassou pela antecipação de contatos com os entrevistados, relacionados ao poder público, à organização do material para observação de campo e de um cronograma das interfaces da pesquisa em campo.

Entre os tipos de estudos de caso, definiu-se como escopo, os aspectos causais, exploratórios e descritivos das Unidades de Conservação selecionadas. O primeiro permitiu um diagnóstico com perspectivas de generalização e o segundo tipo descreveu a urbanização e sua relação com o Turismo, como fenômenos contemporâneos do contexto real.

Os parques, enquanto casos em estudo, são únicos, devido às suas características geográficas e culturais singulares, foram descritos, embasados em várias fontes de evidências e se beneficiaram das proposições teóricas prévias.

Assim, a opção do paradigma qualitativo se posicionou para entender às razões e significados, resultantes da pesquisa, sem desconsiderar a medição de ocorrências e evidências, provenientes de métodos quantitativos, mas, de modo compreensivo e interpretativo sobre a ocupação urbana, nos territórios insulares protegidos investigados.

Para tanto, foram considerados os seguintes requisitos: o ambiente, como fonte direta dos dados e a pesquisadora, como instrumento chave; o caráter

descritivo; o processo como foco principal de abordagem; a análise dos dados de forma indutiva e a atribuição dos diferentes resultados, entre os casos.

Nesse sentido, as Unidades de Conservação, na modalidade de parques, selecionados como objetos de estudo, foram alvo de pesquisa de campo, como fonte primária para a ampliação do caráter descritivo, possibilitando a compreensão do processo de ocupação urbana desses territórios e sua turistificação, gerando a sistematização dos aprendizados empíricos.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com relação aos procedimentos metodológicos e às técnicas de pesquisa, para cada fase da pesquisa, se estabeleceram quatro etapas. Para tanto, o protocolo de atingimento dos objetivos organizou a construção do texto, conforme a matriz analítica, diposta no Quadro 7:

QUADRO 7: MATRIZ ANALÍTICA

Perguntas Norteadoras	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Procedimentos Metodológicos
Qual a relação entre a produção do espaço urbano e a turistificação em territórios insulares protegidos?	Compreender a produção urbana em territórios insulares protegidos e sua relação com a turistificação, a partir de casos emblemáticos brasileiros, na qualidade de parques.	1) Contextualizar elementos da ocupação urbana para além da formação de cidades com a questão da produção dos territórios insulares protegidos. 2) Relacionar a turistificação territorial com o incremento urbano.	Revisão Bibliográfica.
Qual a percepção dos Grupos sociais sobre a produção do espaço urbano e sobre a turistificação desses territórios?		3) Analisar casos de Unidades de Conservação existentes em territórios insulares no Arquipélago de Fernando de Noronha (PE) e na Ilha do Mel (PR).	Estudos de Caso, pesquisa qualitativa <i>in loco</i> , análise de conteúdo.
Quais boas práticas poderiam ser replicadas em territórios insulares protegidos, em fase de ordenamento e uso turístico?		4) Sistematizar os aprendizados quanto à coexistência entre atividade turística, território insular protegido e suas implicações na urbanização dos parques investigados.	Análise dos resultados. Retomada das hipóteses e cenário prospectivo.

FONTE: A autora, 2017.

Na primeira etapa, objetivou-se a contextualização dos aspectos da ocupação urbana, em territórios insulares, relacionando-os conceitualmente, com a questão da governança territorial e a institucionalização de Unidades de Conservação e a turistificação. Nas plataformas bibliográficas consultadas destacam-se autores como Saquet (2009); Haesbaert (2006); Santos (2001); Buarque (1999); Rezende e Castor (2005). No âmbito do território e do planejamento urbano, já Sachs (1986), Acsehrad (1999) e Elkington (2012) norteiam a discussão sobre a sustentabilidade. Dowbor (2009), é referência na área de inovação social e relacionada à governança, assim

como, Dallabrida (2005) e Procopiuck (2010) foram consultados sobre a institucionalização, além de Diegues (2002) que questiona a inclusão das comunidades tradicionais com as Unidades de Conservação. Também se ressaltam Pearce (2003) e Ruschmann (2001) sobre a questão do Turismo. Além da bibliografia citada, pesquisaram-se artigos nacionais e internacionais que trouxessem a temática, no campo da construção do território e na produção urbana em Ilhas, como a turistificação de espaços. Entre os periódicos consultados, podem-se citar as revistas brasileiras: Turismo, Visão e Ação; Turismo em Análise; Estudos Urbanos e Regionais; de Gestão Urbana, bem como, a Revista Internacional Interdisciplinar *Interthesis*.

Na segunda etapa, utilizaram-se duas ferramentas de pesquisa, a primeira refere-se à análise de conteúdo e a segunda, à pesquisa de campo. O objetivo referente aos casos emblemáticos de ocupação urbana, em parques nacionais e estaduais, em territórios insulares, foi construído por intermédio de pesquisa documental aprofundada, do Parque Nacional de Fernando de Noronha e do Parque Estadual da Ilha Mel, disponíveis em instituições públicas, como o Ministério do Meio Ambiente e o ICMBio – Instituto Chico Mendes de Meio Ambiente e Biodiversidade; o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, órgãos estaduais de meio ambiente, além de relatórios, encartes institucionais, análises diagnósticas e estudos secundários, cujos dados permitiram o levantamento histórico, geográfico e turístico e de informações significativas para responder às indagações e ao confronto com os relatos dos entrevistados.

Ainda, sobre essa fase e, respaldando a terceira etapa do trabalho, empregaram-se critérios para o desenvolvimento metodológico da pesquisa que seguiu determinadas ações, norteadas pela descrição de Chizzotti (1995):

- a) Seleção e delimitação dos parques, contendo referências significativas e, por comparações aproximativas que habilitaram a sistematização de informações, direcionadas às categorias analíticas, a fim de permitir a compreensão das realidades selecionadas. Conforme já mencionado, foram analisados os planos de manejo, documentos secundários, disponíveis na rede, como encartes institucionais e diagnósticos, além das páginas eletrônicas oficiais dos territórios selecionados.

b) Trabalho de campo, com visitação *in loco* nos parques, para organização de um conjunto probatório de informações, tendo como pressuposto, uma negociação prévia com os pretensos entrevistados, representantes do arranjo institucional para ter acesso a documentos complementares e dados necessários à concretização do estudo.

b.1) Para o enriquecimento da análise, efetuaram-se pesquisas de campo nos dois territórios-alvo, com permanência em cada destino, de 10 dias. Nesse período, observou-se a realidade de cada local, confrontando-a com as informações institucionais analisadas e entrevistando residentes e turistas, o que gerou conteúdo qualitativo, relativo aos territórios em questão. Ainda em relação ao item “b”, a pesquisa qualitativa, relacionada às entrevistas com representantes de Grupos sociais das Ilhas, eles foram selecionados aleatoriamente e com intervenção espontânea, mas que vivenciavam os territórios cotidianamente, isentos de pré-conceitos sobre a relação entre a urbanização e a turistificação. Considerando esse viés, abordaram-se: comerciantes locais, profissionais de diversas áreas, moradores tradicionais e temporários, turistas e representantes do poder público. Por isso, os Grupos foram classificados em: Grupo 1 – Autóctones - compreende os residentes; Grupo 2 – Turistas Qualificados – se refere aos indivíduos que já haviam visitado outras Ilhas e o Grupo 3 – Institucionais – referente a representantes de instâncias de governança. Nos dois casos entrevistaram-se representantes de cada Grupo de classificação: 17, de Fernando de Noronha e 13, da Ilha do Mel. Os entrevistados estão identificados, ao longo da análise dos resultados, pela classificação dos Grupos para não os identificar nominalmente. Um limitador na pesquisa foi a ausência de respostas dos órgãos públicos aos questionamentos da investigação, os quais informaram que os dados solicitados estavam disponíveis nos documentos oficiais. Pelo caráter qualitativo da pesquisa, uma vez que não se trata de uma amostra probalística, o número de respondentes atingiu a expectativa do método selecionado, ao mencionarem padrões de resposta semelhantes, em relação aos questionamentos da pesquisa.

- b.2) Outro método utilizado para complementar o processo de investigação *in loco*, foi a pesquisa observacional com a interação direta com a comunidade local e turistas, além do registro fotográfico diário de representações espaciais dos territórios investigados e relatórios do período de visitação, com a descrição das observações. Para tanto, a fim de orientar a observação, determinaram-se os instrumentos de coleta de dados, disponíveis nos apêndices que orientaram a compreensão da realidade social, em contrapartida com os discursos teóricos e os empíricos, derivados das entrevistas (FLICK, 2004). No caso de Fernando de Noronha, o primeiro contato real com a Ilha foi por meio da visita técnica, ocorrida entre agosto e setembro de 2016, a qual se fundamentou nas pesquisas em estudos secundários e entrevistas prévias, antecipadamente realizadas. Já no caso da Ilha da Mel, a pesquisadora já conhecia o território sob a ótica do turista, sem compromisso científico e em função da proposta dessa investigação, retornou à Ilha, entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017, com conhecimentos prévios advindos de análise documental e de entrevistas, igualmente realizadas, antes da visita, procurando uma visão isenta e focada na temática em questão.
- c) Organização e redação do relatório, de estilo descritivo e analítico, cujos resultados permearam o produto final da caracterização dos casos emblemáticos, que subsidiaram a sistematização dos aprendizados e geraram, na conclusão, uma projeção prospectiva. Para a redação do relatório de pesquisa se estabeleceram duas categorias de análise: a visão institucional - resultado da análise documental dos planos de manejo sobre os temas abordados e das entrevistas com seus representantes – Grupo 3, e a visão da sociedade - resultado das entrevistas realizadas com a população local e turistas – Grupo 1 e Grupo 2. Para nortear o processo, elaboraram-se questões prévias em formato semi-estruturado que, em contato com os entrevistados, foram didaticamente perguntadas e contribuíram para estabelecer uma linha de aderência entre os casos, os atores e a proposta de investigação (APÊNDICE A). Ainda, para desenvolver a ação de coleta e interpretação dos dados *in loco*, optou-se pela organização retórica das informações, a partir de um roteiro adaptado do formulário quali-quantitativo de

Sampaio (2015), por meio da análise de conteúdo de documentos institucionais, tanto do ponto de vista do contexto interpretativo, quanto da variabilidade dos dados levantados (APÊNDICE B).

Para tanto, a estruturação dos resultados da etapa descritiva dos estudos de caso, seguiu a matriz analítica proposta e assim, produziu conclusões provenientes do aporte teórico, da emergência da controvérsia, entre a posição dos diferentes atores entrevistados e da análise dos documentos investigados.

Portanto, o relatório final respondeu aos questionamentos levantados na problematização, considerando as vertentes: ambiental, social, cultural, política e econômica da construção multidimensional do território e sua relação com a urbanização e o Turismo, corroborando para uma reflexão crítica e prospectiva.

4 CASOS EMBLEMÁTICOS BRASILEIROS DE TERRITÓRIOS INSULARES PROTEGIDOS: ENTRE A URBANIZAÇÃO E A TURISTIFICAÇÃO

Entende-se como emblemáticos, aqueles casos que são considerados pelas comunidades acadêmicas e institucionais, como referência em pesquisas e como modelos cujas características configuram-se em estudos de casos singulares. A palavra **emblema** se originou do grego *emblema* e tem o sentido de "algo fora do comum" ou "marcante", de caráter simbólico (BUENO, 2007).

A ocupação urbana, em território insular, é um tema instigante pelas implicações que gera e pela busca da qualidade de vida para as comunidades litorâneas no seu sentido mais amplo, ou seja, na questão ambiental, social, cultural, econômica e político-institucional, justamente por abraçar Unidades de Conservação, em seu espaço.

Nesse sentido, faz-se necessária uma abordagem teórica que contextualize os conceitos de território, seu ordenamento e ocupação urbanas, os aspectos do planejamento urbano e as definições de território insular e território turístico. A empiria que ilustra a questão central da discussão teórica sobre a ocupação urbana, em Unidades de Conservação insulares, se caracteriza por casos emblemáticos brasileiros.

O Parque Nacional de Fernando de Noronha e o Parque Estadual da Ilha do Mel foram elencados devido ao seu destaque no cenário conservacionista, ao mesmo tempo, que convivem com a questão da urbanização de seus espaços pela evidência turística.

O Arquipélago de Fernando de Noronha, no Atlântico Sul Equatorial, situa-se a 545 km da costa brasileira, saindo da capital pernambucana, constituído por 21 Ilhas, ilhotas e rochedos e sua Ilha principal tem o mesmo nome do Arquipélago.

Ela é a maior Ilha do Arquipélago, com uma área de 17km² e uma população de 2.605 moradores permanentes (IBGE, 2010). Tais moradores possuem autorização da administração local, para residirem na Ilha. No entanto, há aproximadamente, 1.100 moradores sazonais, devido a algum vínculo empregatício com a administração local ou como prestadores de serviços temporários de empresas privadas.

Os territórios insulares são marcados pelo isolamento geográfico, portanto, com certa dificuldade de acesso. Talvez, por esse motivo, consigam manter-se ambientalmente resguardados da ocupação urbana intensa.

Nesse caso, essa prerrogativa levou o arquipélago a integrar, no final da década de 1980, a Área de Proteção Ambiental (APA) e do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PARNAMAR).

Convivendo com as restrições, inerentes a uma Unidade de Conservação, a Ilha buscou na exploração do Turismo, uma alternativa para manutenção do parque para subsistência de seus moradores e agregados. Atualmente, pode-se dizer que Fernando de Noronha tornou-se um destino conhecido em todo o Brasil - e no mundo -, por seus atrativos naturais e sua grande beleza cênica.

Diante dos registros históricos da ocupação desse território, a sua implementação, enquanto Parque, permitiu a permanência dos moradores tradicionais.

A situação se reproduz na Ilha do Mel, reduto de pescadores na sua origem e que, em 1975, foi tombada pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná, como Patrimônio Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Porém, como já era um destino de visitação turística, em 1981, foi elaborado o primeiro Plano de Manejo que estabeleceu um zoneamento para áreas de ocupação e de preservação. Dos 2.586,48 ha, 93.71% são destinados à preservação, contendo a Estação Ecológica, as áreas de proteção permanentes, como dunas, manguezais, restingas e morros e uma Reserva da Biosfera, conforme dados do Instituto Ambiental do Paraná.

Devido a esse cenário de proteção legal, concomitantemente à beleza cênica dos seus atrativos, a infraestrutura local e turística mudou com o crescente fluxo de visitantes. Esse fato nem sempre ocorre de maneira organizada, o que estimula um processo de degradação ambiental, além dos típicos problemas urbanos, como a produção de lixo, o destino dos efluentes domésticos, a perturbação da fauna e flora e conflitos com a comunidade local.

Segundo Silveira (1998), a intensificação da presença de turistas e a consequente ampliação de equipamentos e serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento, promovem modificações no padrão de uso e ocupação territorial, mesmo sob controle dos órgãos estaduais de meio ambiente.

A caracterização histórica e geográfica de cada um desses territórios insulares protegidos, juntamente com um diagnóstico do meio físico e biótico, da dinâmica socioeconômica e da organização jurídico-institucional, propicia uma análise comparativa que contextualiza os aspectos relativos à ocupação urbana sob a ótica da territorialização de Haesbaert (2006) e a interferência da atividade turística, por meio da turistificação das dimensões pautadas em práticas de sustentabilidade.

A realidade singular de cada caso emblemático pretende identificar em cada um, subsídios que indiquem processos sociais inovadores que permitam a participação das comunidades locais na tarefa preservacionista, porém, em compatibilidade, com a qualidade de vida dos moradores e o desenvolvimento sustentável.

Isto porque, em outros tipos de Unidades de Conservação, mesmo localizadas em Ilhas, como as estações ecológicas e as reservas biológicas, a ocupação humana é impedida, conforme as limitações determinadas em seu Plano de Manejo e em seus objetivos de uso, portanto, não têm indícios de urbanização e a visitação é restrita para fins educativos e científicos.

Os parques, as Unidades de Conservação, nacionais, estaduais ou municipais tem como um de seus objetivos atividades de educação, de interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e do Turismo Ecológico, por isso requerem, em seu princípio de criação, certa estrutura de visitação, a qual necessita também, da interação com a comunidade local e uma territorialização específica.

Portanto, a escolha dos parques mencionados, evidencia a influência do modelo conservacionista de parques norte-americanos, muito embora, a constituição ambiental e social da realidade brasileira esteja muito distante.

Também se deve ressaltar que, esse modelo se destina, claramente, ao uso turístico e, portanto, pensado para atender turistas, ecoturistas e esportistas. Diegues (1996) discute esse fato por considerar que o uso desses territórios privilegia a população externa que os visitam, em detrimento das necessidades das populações locais, situação recorrente na realidade dos parques brasileiros, cuja urbanização está mais associada à pressão turística do que às necessidades locais.

4.1 ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA: PARQUE NACIONAL MARINHO E ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

A criação da Unidade de Conservação, no Arquipélago de Fernando de Noronha, se justifica pela representatividade de seus ecossistemas naturais em função de um intenso metabolismo entre os ambientes terrestres e aquáticos.

Contrariamente à preocupação de preservação ambiental, evidenciada pelas limitações e restrições decorrentes de uma legislação rigorosa, a área antropizada que compõe o território insular “apresenta um baixo grau de efetividade do uso do solo: ausência de planejamento urbano, déficit habitacional de 100 moradias e padrões urbanísticos inadequados que espelham a crescente desorganização urbana dispersa em quinze assentamentos de baixa densidade” (ANDRADE, et al., 2009, p.105)

O Parque pressupõe que o Plano de Manejo priorize a ocupação dos vazios urbanos, desde que não ocupe espaços de fragilidade ambiental e que mantenha a taxa de 65% de solo natural. Porém, percebe-se o indicativo de conflitos entre as esferas de gestão desse espaço, com a proposta de um Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo que requer uma Zona de Expansão Urbana.

Diante desse cenário preliminar, vislumbra-se a necessidade de uma análise sobre os aspectos de ocupação urbana, a partir de um entendimento ecossistêmico que traga as dimensões de sustentabilidade e o caráter de construção multidimensional do território.

4.1.1 Caracterização do Território: Dimensão Histórica e Geográfica

O Arquipélago de Fernando de Noronha se configura como distrito do Estado de Pernambuco e se localiza no Oceano Atlântico Equatorial Sul, a 545 km do Recife (PE), 360 quilômetros da cidade de Natal (RN), 710 quilômetros de Fortaleza (CE) e cerca de 2.700 quilômetros do litoral da África, ocupando uma superfície de 26 km² (FIGURA 6). Está situado abaixo da linha do Equador, e as coordenadas geográficas do Arquipélago correspondem a 03° 45' S a 03° 57'S de Latitude e 32° 19'W a 32° 41'W de Longitude.

FIGURA 6 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA



FONTE: Disponível em: www.ilhadenoronha.com.br

Quanto ao relevo, apresenta áreas planas com baixas altitudes, típicas de áreas costeiras, assim como, picos e morros isolados, mas com encostas íngremes. Além dessas características, o relevo se destaca por suas falésias, que são abruptas, com platôs rebaixados de lavas ultrabásicas, as quais formam, com faixas arenosas, as famosas praias da Ilha.

O clima é tropical, quente oceânico e com estações bem definidas, com temperatura média anual, de 25,4°C. Os maiores índices pluviométricos concentram-se entre março e maio, já a estiagem, de janeiro a agosto.

Geologicamente, o Arquipélago advém de uma montanha marinha que se ergue a partir do assoalho oceânico, situada a 4000 metros de profundidade e teve sua origem no vulcanismo, a partir do derramamento de lavas de diferentes tipos, responsáveis pelas formações, chamadas de Remédios e Quixaba. Por ser decorrente de uma falha tectônica, é considerado um caso raro no mundo e o único conjunto brasileiro de Ilhas vulcânicas.

Ainda sobre sua formação geológica, o território se constitui de 21 Ilhas e ilhotas que representam o topo emerso de uma cadeia de montanhas, formada por rochas vulcânicas e subvulcânicas, essencialmente, alcalinas subsaturadas, produto de dois episódios vulcânicos distintos (WILDNER e FERREIRA, 2015).

A principal Ilha do Arquipélago que leva o seu nome: Fernando de Noronha, com 10 quilômetros de comprimento, 3,5, de largura, 60, de perímetro e 17 km² de

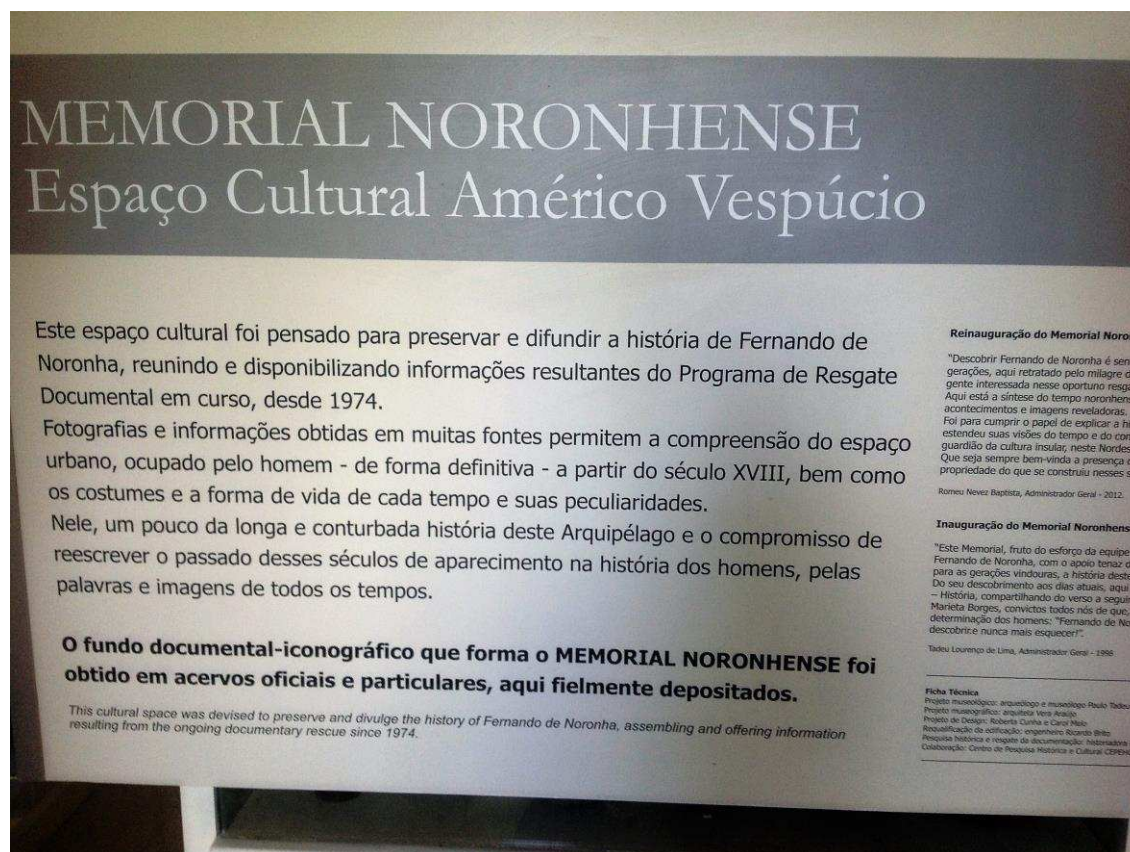
área exposta, acima do nível do mar, constituindo 90% do total do território do Arquipélago, é atualmente, a sua única Ilha vulcânica, parcialmente habitada, cuja ocupação urbana é regulada pelo ICMBio.

As demais Ilhas que constituem o Arquipélago são: Rata, do Meio e Rasa, já as ilhotas ou rochedos são: Sela Gineta, São José, Cuscuz, de Fora ou Viuvinha, Chapéu do Nordeste, Conceição ou Morro de Fora, Dois Irmãos, Morro da Viúva, Morro do Leão, Chapéu do Sueste, Cabeluda, dos Ovos e Frade. Historicamente, o Arquipélago foi passagem dos navegadores do Velho Mundo a caminho da América do Sul, sendo descoberto em 1503, por Américo Vespúcio.

Fernando de Noronha também guarda um patrimônio cultural que relata a história de sua ocupação humana, por meio de suas igrejas, casarios e fortes. No entanto, a ocupação pelos portugueses ocorreu somente, a partir de 1737, com a instauração da Capitania Hereditária de Pernambuco, embora o Arquipélago já fosse base de ocupação humana, de holandeses e franceses. Era um território disputado devido à sua localização estratégica, fazendo parte de uma importante rota comercial, entre a América do Sul, a Europa e a África. Devido à disputa por sua ocupação, foram construídas dez fortificações ao longo da costa da Ilha principal, mas atualmente, restam as ruínas do que foi um engenhoso sistema de defesa, interligado por estradas, pavimentadas com rochas vulcânicas.

Nesse contexto, sua principal construção histórica é o Forte dos Remédios, edificado sobre uma fortificação holandesa e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1961. Tais dados históricos foram organizados pelo Centro de Pesquisa Histórica e Cultural de Fernando de Noronha (CEPEHC - FN) e retratam as influências das escolhas políticas para a ocupação territorial da Ilha, como a opção de povoar o espaço com um presídio, quando em 1737, a Coroa Portuguesa percebeu o risco de perder essas terras para franceses e holandeses. Essas informações estão disponíveis ao público, dispostas em painéis explicativos, no Memorial Noronhense – Espaço Cultural Américo Vespúcio, conforme demonstra a Figura 7.

FIGURA 7 - MEMORIAL NORONHENSE



FONTE: A autora, 2016.

Naquele período, o Arquipélago pertencia à capitania de Pernambuco, no entanto, por mais de dois séculos, desde 1504, a Ilha era de propriedade da família de Fernando de Noronha, seu primeiro donatário, a qual deixou o território praticamente abandonado. Assim, povoar o território com criminosos, a exemplo de outros países que também faziam a opção de isolar presidiários em Ilhas, parecia uma solução para vários problemas. Portanto, a construção dos armazéns e das vilas foi feita pelos presos, conforme relata o Centro de Pesquisa Histórica e Cultural de Fernando de Noronha (CEPEHC – FN, 2011):

Se por um lado a infraestrutura era precária, por outro, podiam levar a família mediante autorização. Era quase impossível fugir, por isso não eram necessárias normas rígidas ou muitos guardas no presídio. Em 1839, havia apenas 40 soldados para tomar conta de 400 presos. Existiam códigos de conduta no presídio.

Alguns dos prédios construídos naquela época, permanecem até hoje, na Vila de Nossa Senhora dos Remédios, que é a sede da ocupação urbana e foi o núcleo de povoação inicial da Ilha, contendo, ainda, um antigo casario preservado, com

destaque para o Palácio de São Miguel - sede da administração da Ilha (FIGURA 8) e para a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios (TEIXEIRA et al., 2003). Esta última teve sua construção iniciada em 1737 e concluída em 1772, cujos ornamentos e bens culturais móveis, foram acrescentados até 1784. Em 1981, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

FIGURA 8 - PALÁCIO DE SÃO MIGUEL



FONTE: A autora, 2016.

O Palácio de São Miguel foi reconstruído, entre 1947 e 1948, “por sobre as ruínas da antiga *Directoria do Presídio*”, (TEIXEIRA, et al., 2003, p. 78) para sediar o governo do Território Federal Militar. No entanto, em algumas paredes, ainda há evidências da construção original, concretizada pela mão-de-obra carcerária, em contraste com telas ornamentais e um vitral, com a imagem do arcanjo São Miguel, em tamanho natural, que remete ao nome da edificação oficial.

Observou-se que, além dessas edificações históricas mais evidentes, há várias ruínas de fortalezas e espaços de relevância, construídas durante os 200 anos em que a Ilha abrigou o presídio, mas que foram modificadas ou até abandonadas. Essa constatação deixa nítida a impressão de que o patrimônio histórico-cultural é preterido pelo patrimônio natural, situação que, em termos de sustentabilidade, deveria ser equivalente. Esse contraste se visualiza nas Figuras 08 e 09.

FIGURA 9- FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS



FONTE: A autora, 2016.

No século XX, no início do Estado Novo (1937-1945), o presidente Getúlio Vargas determinou que também fossem para Fernando de Noronha, os presos políticos. Para Veríssimo, historiadora do Centro de Pesquisa Histórica e Cultural de Fernando de Noronha (CEPEHC - FN, 2011, s/p.), o objetivo era evitar qualquer ameaça ao governo Vargas, conforme descreve o Decreto-Lei, de 1938, ao afirmar que a Ilha seria destinada “à concentração e trabalho de indivíduos reputados perigosos à ordem pública ou suspeitos de atividades extremistas”

Alguns comunistas importantes passaram por lá, como Gregório Bezerra (1900-1910), que foi um dos líderes da insurreição comunista contra Vargas, e Carlos Marighella (1911-1969), que deu aulas aos presos comuns na escola noturna da Ilha. Os detentos foram instalados em alojamentos de acordo com seus Grupos políticos. Os comunistas ficavam no alojamento central, na Vila dos Remédios, enquanto os integralistas ficavam na horta dos Três Paus. Os presos comuns viviam em um terceiro alojamento, em Quixaba, e em casas espalhadas pela Ilha (CEPEHC - FN, 2011, s/p.)

Em 1942, chegou ao fim esse longo período, pois com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os presos foram transferidos para o presídio de Ilha Grande, no Rio de Janeiro e Fernando de Noronha se tornou um território estratégico para a defesa nacional até que, em 1986, um Decreto-Lei Federal a instituiu como Área de Proteção Ambiental. Em seguida, foi nomeado o primeiro administrador civil da Ilha, indicado pelo então presidente, José Sarney.

À época da administração civil, todas as decisões sobre a organização da Ilha eram tomadas em conjunto com seus cidadãos, de forma participativa e por meio de assembleias, porém, esse modelo político durou pouco tempo porque quando começaram os debates para a Constituição de 1988, houve a proposta de anexar a Ilha ao governo pernambucano (REVISTA DE HISTÓRIA, 2015).

No entanto, vale lembrar que há um preceito constitucional de que toda Ilha oceânica deva ser considerada parte do território federal. Contudo, apesar da resistência dos seus moradores e de um manifesto, assinado por cerca de 1.200 habitantes da época, e do preceito federal citado, Fernando de Noronha integrou o Estado de Pernambuco e foi denominado Parque Nacional Marinho, a partir de 14 de setembro de 1988.

Até 2014, o administrador era um empresário do ramo turístico, do Recife, indicado pelo governador e que visitava a Ilha apenas para despachar. Mas, em 2015, foi aprovada uma mudança institucional que permitiu uma maior centralização do poder, antes subordinado à Secretaria de Ciência e Tecnologia, passou, então, para o Gabinete do Governador. Diante da rica história de ocupação e disputa sobre o território do Arquipélago de Fernando de Noronha, constata-se que, muito além da discussão ambiental sobre o uso e o ordenamento territorial, urge ponderar sobre sua organização política, qualidade de vida de seus moradores, desenvolvimento sustentável e a construção de um processo de inovação social.

4.1.2 Caracterização do Território: Dimensão Sociocultural e Econômica

Conforme a descrição histórica do povoamento do Arquipélago, os moradores tradicionais são resultantes dos diferentes ciclos de ocupação da Ilha e com a instauração da Unidade de Conservação, foram criados mecanismos para controlar o ingresso de habitantes e visitantes. Em Fernando de Noronha, há um controle migratório que permite estabelecer o seu retrato populacional, que além do censo demográfico do IBGE, também acompanha a entrada e a saída de indivíduos do território.

Considerando que há um grande interesse turístico pela Ilha, a chegada diária de turistas é constante. Na chegada, eles preenchem um formulário com seus dados cadastrais, bem como, o tempo de permanência na Ilha e a indicação do local de hospedagem. Essas informações determinam a TPA – Taxa de Preservação Ambiental – paga antes, ou na entrada da Ilha, no valor de R\$ 64,00 por dia de permanência. Portanto, para uma semana, o valor é de R\$ 408,00 e para a temporada de um mês R\$ 4.530,00, mais do que uma passagem de ida e volta para um destino internacional. A cobrança da taxa, além de ser uma estratégia para frear a visitação turística diante da fragilidade ambiental do ambiente, é um mecanismo de controle e arrecadação.

A população local, entretanto, questiona o destino das taxas arrecadadas, que segundo um ex-conselheiro distrital, “o montante é direcionado para o caixa único do Estado e não é repassado para benfeitorias na mesma proporção da contribuição da Ilha”.

Para controlar esse fluxo, a Ilha possui uma Comissão de Controle Migratório da Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha que também, mantém um registro dos moradores permanentes, os quais somam 2.605 habitantes (IBGE 2010) e da chamada população flutuante, que corresponde a indivíduos que visitam parentes ou que estão a trabalho, na Ilha. Essa população flutuante é composta por aproximadamente, 1.100 pessoas que podem ficar na Ilha até 30 dias. Estes últimos, e pesquisadores previamente autorizados pela administração da Ilha, são isentos da TPA.

Para líderes locais e moradores tradicionais, conforme relatos dos entrevistados, dos Grupos 1 e 2, os dados populacionais não estão plenamente corretos, principalmente, no que tange à população flutuante, pois há aqueles que

“acabam ficando”, em especial, os que permanecem a serviço ou que supostamente tem residência fixa no Recife e vão, regularmente, trabalhar na Ilha.

Portanto, a população total, aproximada é de 3.705 pessoas, mais turistas e pesquisadores que permanecem temporariamente, mas que igualmente, usufruem da infraestrutura local. Com relação à educação, a Ilha atende à população, com escolas e creches. Os dados do Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB, 2.003) apontam que 94% da população é alfabetizada e mais de 95% das crianças, entre 07 e 14 anos, frequentam a escola regularmente. Embora esses indicadores sejam positivos, frente à média nacional, a população local, em reuniões comunitárias, aponta preocupação com a educação, principalmente, com relação à qualidade de ensino e às recorrentes greves.

Quanto ao quesito saúde, a Ilha possui um hospital que atende toda a população fixa e flutuante. Fato que, segundo os moradores locais, do Grupo 1, nem sempre tem capacidade suficiente de atendimento devido à falta de médicos, dentistas e equipamentos.

A partir da pesquisa observacional, constatou-se que o setor de comunicação da Ilha disponibiliza a agência de correios, o sistema de TV por assinatura, via satélite, internet *wifi* livre, na área central, e telefonia fixa e móvel. Embora haja esse leque de opções de comunicação, a internet é instável, o acesso é precário e as operadoras de telefonia móvel também não operam regularmente. Mas esse aparente isolamento virtual não afeta a população local que vive em um ritmo bem diferente do vivenciado no Continente e nas grandes cidades.

A Companhia de Energia Elétrica de Pernambuco (CELPE), por meio de sua Unidade de Suprimento de Energia a Fernando de Noronha, é responsável pelo fornecimento de energia a toda a área urbana da Ilha, inclusive, para as estações elevatórias e de dessalinização. Somente o Destacamento de Proteção de Voo, vinculado à Aeronáutica é independente. Notou-se também, a existência de placas solares instaladas estrategicamente, as quais contribuem para o abastecimento de estabelecimentos locais, além de placas informando os projetos da CELPE (FIGURA 10).

FIGURA 10 - PROJETOS CELPE



FONTE: A autora, 2016.

A coleta de lixo realiza-se regularmente e se percebe uma preocupação com a separação do lixo e com o depósito adequado dos resíduos. Em toda a visitação à Ilha encontraram-se, nos espaços públicos, lixeiras seletivas, vias de acesso e ruas

limpas. Segundo a Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (ADEFN), o lixo residencial e comercial é coletado regularmente, e encaminhado para a Usina de Tratamento de Resíduos. Lá, o lixo é selecionado, parte é decomposto e parte, enviado de navio para o Continente, o que gera grande despesa para a administração local. Esse fato se deve à inexistência de uma usina de reciclagem, que, conforme o depoimento de um guia de Turismo, pode ser “pela falta de envolvimento da população local em programas de educação ambiental para o reaproveitamento de materiais”.

A Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) tem a responsabilidade de atender à coleta, armazenamento e tratamento do esgoto, e do abastecimento de água. A questão da água e do esgoto sempre são desafios em zonas costeiras, quiçá para territórios insulares e ainda por cima, protegidos.

Boa parte das edificações possui cisternas para captação da água da chuva, e/ou caixas d'água, com capacidade para o armazenamento de grande volume de água fornecida pela companhia. Com relação ao tratamento de esgoto, notou-se que um percentual considerável da área urbana tem conexão com a rede de esgoto, totalizando aproximadamente, 65% das moradias. No entanto, esse número deveria atingir 100% das edificações, especialmente, por se tratar de uma Unidade de Conservação, teoricamente, modelo ambiental em todos os quesitos.

A dimensão econômica do território é dominada pela atividade turística, a qual foi apontada por todos os moradores consultados, como a principal fonte de renda, direta e indiretamente, tanto da população fixa, quanto a flutuante. Em 2015, a Ilha recebeu cerca de 89.000 turistas, que segundo o governo pernambucano, 27% a mais do que em 2014. Além do Turismo, que envolve o setor de hospedagem, transportes, agenciamento e alimentação, são fontes geradoras de emprego atividades administrativas da Ilha, representando 30% da população. As demais atividades econômicas estão relacionadas à prestação de serviços, ao comércio em geral e à pesca.

Com relação à pesca, ela é praticada de forma artesanal, em embarcações de pequeno porte e permitida somente, em áreas previamente delimitadas, como zonas de pesca.

Um dado significativo do aspecto econômico da Ilha é a renda familiar que ultrapassa, em mais de 60%, a média estadual. Outro aspecto que chama a atenção

é que somente 1% da população não exerce atividade remunerada, o que indica baixo índice de desemprego. Esses indicadores, confirmados pelos moradores entrevistados, levam também a possíveis contratações temporárias, tornando a Ilha um local atrativo para profissionais dos mais diferentes setores. Essa situação foi comprovada por um morador temporário, motorista de transporte turístico que relatou: “no Continente não tem emprego, então vim morar com uma tia que é da Ilha para ter um trabalho”.

4.1.3 Caracterização do Território: Dimensão Ambiental e Ecológica

O Arquipélago de Fernando de Noronha é um território reconhecido cientificamente, como berço de muitas espécies, além de um ecossistema único e com biodiversidade marinha singular. O território divide-se em dois tipos de Unidades de Conservação, a Área de Proteção Ambiental (APA), que ocupa 30% do local e o PARNAMAR - Parque Nacional Marinho, que corresponde a 70%.

A alta diversidade e produtividade biológica do Arquipélago tem grande relevância para manutenção, descanso, reprodução e alimentação de espécies da fauna migratória neártica, proveniente da América do Norte e as paleárticas, vindas da Europa, Ásia e norte da África. Entre as espécies de aves que são encontradas exclusivamente, na Ilha, citam-se a *Vireo gracilirostris* e a *Elaenia ridleyana*.

Também é considerado berçário para cetáceos - baleias e golfinhos - e quelônios – tartarugas -, muitos desses Grupos ameaçados de extinção. Nesse quesito, a Ilha de Fernando de Noronha possui uma sede do projeto TAMAR, que abriga um acervo referente às pesquisas já realizadas e é uma base de apoio aos pesquisadores de diferentes instituições. Ainda sobre a fauna, curiosamente, o Arquipélago tem espécies de répteis que também só ocorrem lá, como a *Mabuya Maculata* e a *Amphisbaena Ridleyi*. A *Mabuya Maculata* (Figura 11), uma espécie de lagartixa de cor escura, é muito comum na Ilha, avistada, tanto em sítios arqueológicos, quanto nos restaurantes e pousadas.

FIGURA 11 - *MABUYA MACULATA*

FONTE: A autora, 2016.

Em relação à vegetação local, a principal área arborizada, com dossel mais denso, situa-se em uma região chamada Quixaba, nas encostas do Morro do Pico, nas bordas do planalto dos Remédios, no vale do rio Mulungu, e no caminho da praia da Atalaia. No documento referente à Fase 1, do Plano de Manejo da APA, consta que a vegetação foi perceptivelmente alterada, em função do processo de ocupação humana ao longo da história, mas que na área que engloba o Parque, várias características primárias de vegetação foram conservadas.

Porém, ainda é possível visualizar no Arquipélago, o único manguezal oceânico do Atlântico Sul, bem como, vestígios da Mata Atlântica insular, bioma igualmente único. Ainda, entre as espécies endêmicas, ou seja, que só são encontradas nessa região, estão as plantas *Ficus Noronhae* (Figura 12), *Erythina Velutina* e *Apium Escleratium*.

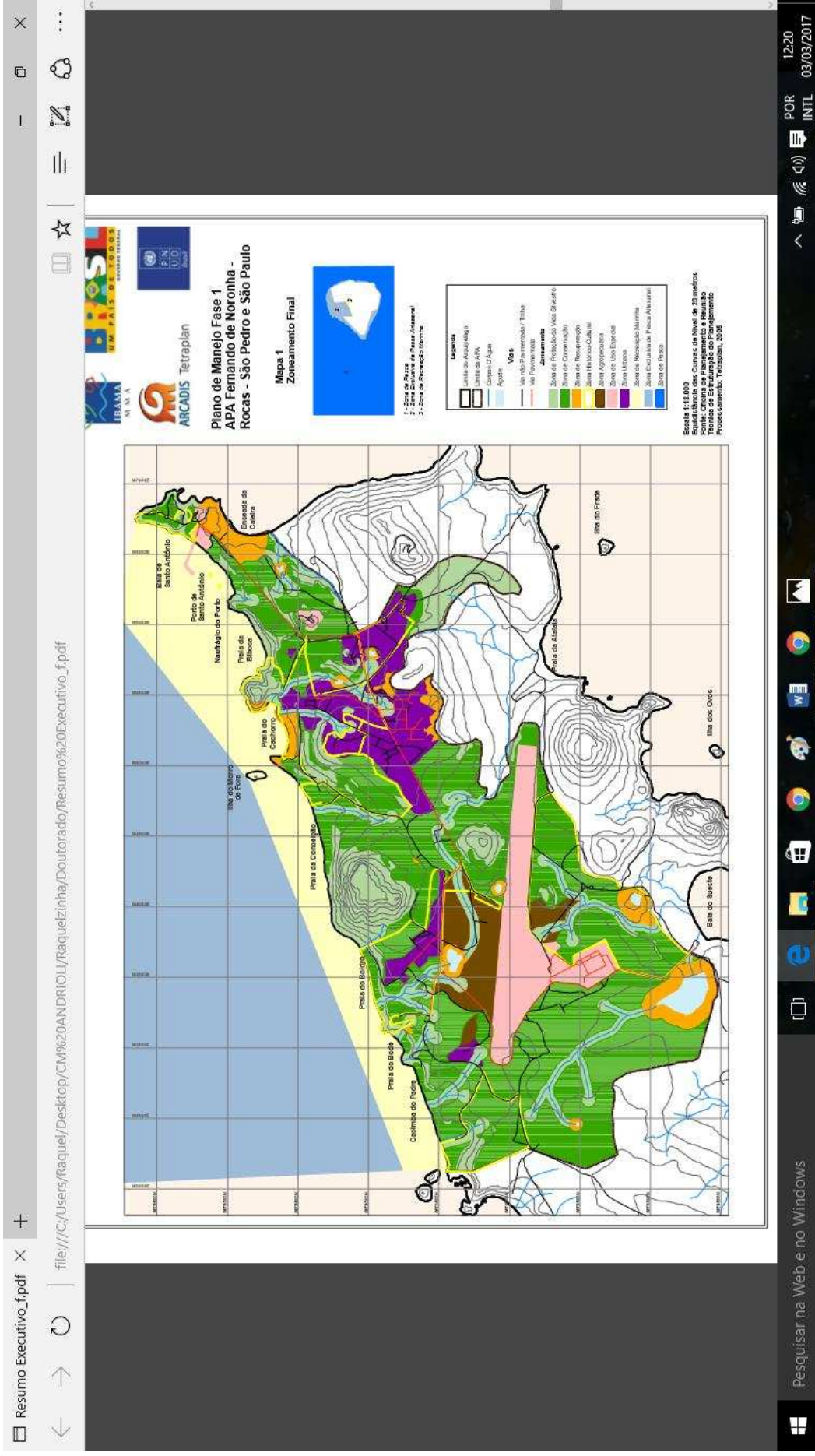
FIGURA 12 - *FICUS NORONHAE*

FONTE: A autora, 2016.

Considerando a dimensão ambiental e ecológica do território, é evidente a importância das Unidades de Conservação em questão, até porque o Ministério do Meio Ambiente, desde 2002, classifica o Arquipélago de Fernando de Noronha como área prioritária para conservação da biodiversidade das zonas costeiras e marinhas.

No Plano de Manejo constam os procedimentos orientativos que indicam as ações permitidas e as restrições necessárias, que regulam as práticas institucionais e comunitárias. Entre os mecanismos para organização territorial, está o Zoneamento Ambiental. Na Figura 13 é possível visualizar, no mapa de distribuição do Zoneamento da Ilha, as zonas que são nominadas como: Zona de Proteção da Vida Silvestre, Zona de Conservação, Zona de Recuperação, Zona Histórico-Cultural, Zona Agropecuária, Zona de Uso Especial, Zona Urbana, Zona de Recreação Marinha, Zona Exclusiva de Pesca Artesanal e Zona de Pesca.

FIGURA 13: MAPA DE ZONEAMENTO AMBIENTAL DA ILHA DE FERNANDO DE NORONHA



FONTE: Resumo Executivo - Plano De Manejo, Fase 1, APA de Fernando de Noronha.

4.1.4 Arranjo Institucional

O território de Fernando de Noronha foi construído, ao longo de sua história, por um 'misto' de arranjos institucionais que conviveram com outras culturas - francesas, holandesas, americanas e portuguesas -, cujas relações de poder institucionalizadas não se assemelham à maioria da realidade brasileira.

Após as ocupações históricas e de colonização do território, a Ilha de Fernando de Noronha, sob a tutela da União, a partir de 1938, a título precário, foi destinada à condição de Presídio Político, como anteriormente comentado, com o intuito de isolar os chamados 'subversivos' e 'comunistas' da época. Assim, várias benfeitorias, desse período, visavam atender às necessidades dos presidiários e dos oficiais, residentes na Ilha.

Pelo Decreto-Lei n.º 4.102, de 09 de fevereiro de 1942, o então Território Federal de Fernando de Noronha, foi subordinado ao Ministério do Exército, até 1981, quando ficou sob a tutela do Ministério da Aeronáutica, até 1986 e em seguida, do Estado Maior das Forças Armadas, até 1987 e depois, do Ministério do Interior, até 1988, quando foi reintegrado ao Estado de Pernambuco, por ocasião da Constituinte de 1988. Esse legado ainda se evidencia na localidade, como exemplifica a Figura 14.

FIGURA 14 - AEROPORTO E ÁREA MILITAR DA AERONÁUTICA



FONTE: A autora, 2016.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, Capítulo II, Artigo 20, Inciso IV, todas as Ilhas oceânicas são consideradas bens da União, assim como, os Terrenos da Marinha (Inciso VII). No entanto, devido ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Artigo 15, foi extinto o Território Federal de Fernando de Noronha e foi reincorporado ao Estado de Pernambuco.

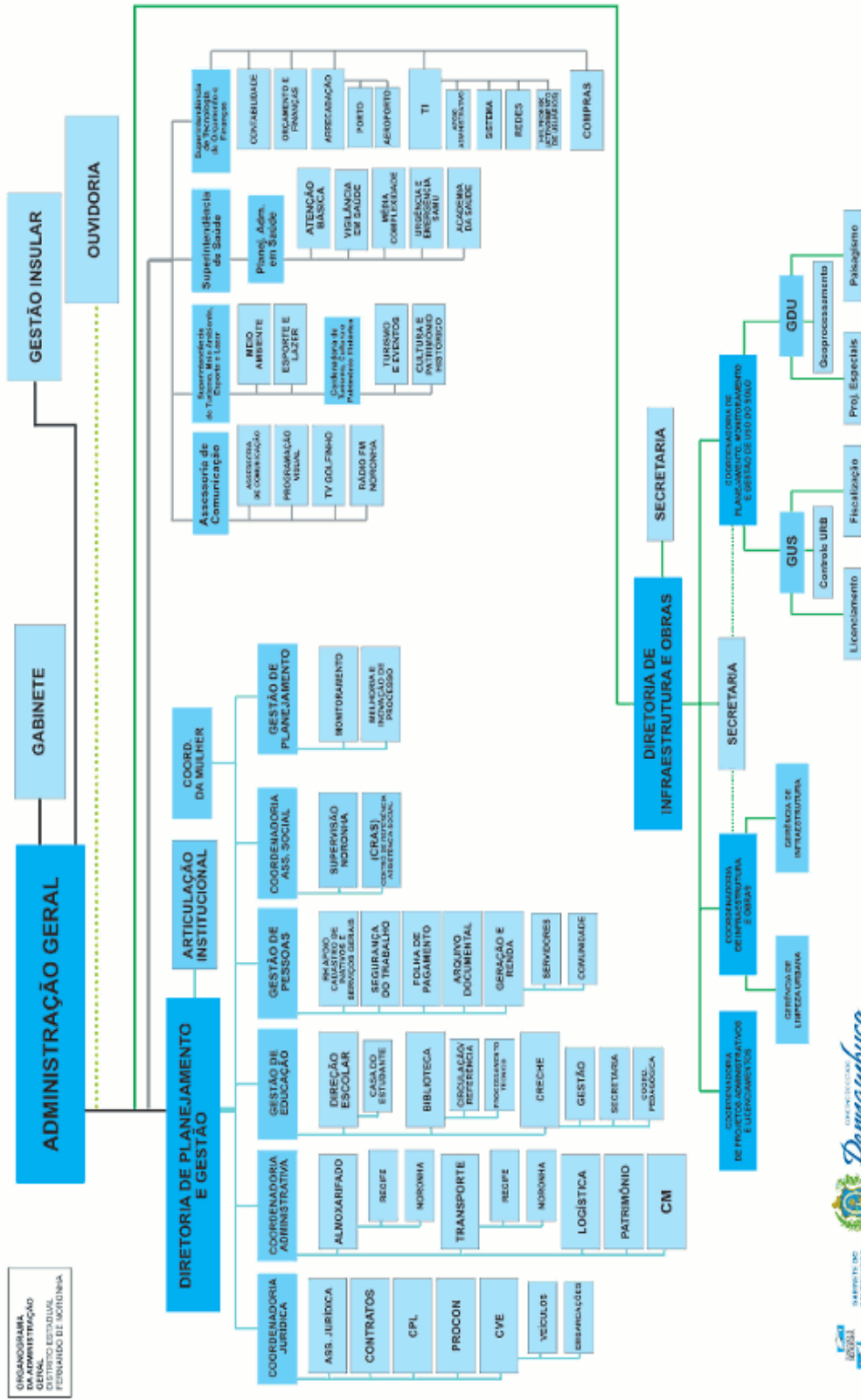
Até então, o comando da Ilha era exercido por um Governador Militar de alta patente e por isso, a maioria da infraestrutura necessária até aquele momento, foi realizada por soldados, Cabos e Sargentos. Inclusive, a Força Aérea Brasileira (FAB) alocou uma divisão, criada lá, em 1946, para “controle de voos e execução de serviços de meteorologia”.

Naquele período, o crescimento urbano se desenvolveu pela construção de vilas hierarquizadas para os Oficiais, com edificações pré-fabricadas e espaços de lazer que também seguiam as prerrogativas de Hierarquia Militar. Vários moradores da Ilha usufruem, atualmente, dessas edificações, como moradia e como negócio. Um número relevante pertence à Associação de Hospedarias Familiares que, conforme funcionários e a dona de uma dessas casas, entrevistada do Grupo 1, “é uma maneira de aliar o útil ao agradável. Recebemos os turistas e cobramos por isso e funciona bem. Pois repartimos os turistas em várias hospedarias para que todos possam ganhar! ”.

Com a reintegração, esses espaços foram adequados à perspectiva civil, ao lado da reestruturação administrativa da Ilha, sendo que o Arquipélago foi fragmentado entre o governo do Estado de Pernambuco, por intermédio da Administração do Distrito de Fernando de Noronha (ADEFN), o Comando da Aeronáutica e o ICMBio. A área da APA é gerida de forma conjunta pelo ADEFN e o ICMBio, já a parcela do território que está sob a jurisdição da Aeronáutica, está sob a responsabilidade do Segundo Comando Aéreo Regional.

Como o espaço destinado ao parque não permite a ocupação humana, a área delimitada para a APA sofre maior interferência antrópica e por isso, exige uma governança que abarque todas as nuances da produção urbana da Ilha. Percebe-se a complexidade dessa maneira de gestão pelo organograma (Figura 15), estipulado pelas instituições mencionadas, com as diferentes funções e responsabilidades de cada envolvido.

FIGURA 15 - ORGANOGRAMA



Fonte: Governo de Pernambuco, 2016.

A Autarquia Distrito Estadual de Fernando de Noronha está estruturada como instituição responsável pela gestão da Ilha, inclusive pelo planejamento urbano. Ela deve zelar pelo bem-estar da população insular, tendo como principais competências:

- Representar o Poder Executivo Estadual no papel de agente normativo e regulador das atividades desenvolvidas no âmbito do Distrito Estadual;
- Preservar e proteger o meio ambiente do Arquipélago de Fernando de Noronha, assegurando a integridade do seu ecossistema natural e a diversificação genética das espécies integrantes de sua flora e fauna, terrestre e marinha;
- Preservar e proteger o patrimônio histórico do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, garantindo a manutenção das características urbanísticas e arquitetônicas das correspondentes épocas históricas;
- Organizar, executar e manter os serviços públicos locais diretamente ou mediante regime de concessão, permissão ou autorização;
- Organizar, dispor e manter os serviços administrativos e de apoio operacional necessários ao contínuo e regular exercício das atividades sob a responsabilidade do Distrito Estadual;
- Assegurar, organizar e regulamentar o abastecimento da população do Arquipélago quanto às suas necessidades básicas. (ADEFN, 2016, s/p.)

Como o Arquipélago tem 100% de seu território distribuído em Unidades de Conservação (APA e PARNA), também deve atender aos objetivos de manejo, elencados em seu Zoneamento Ambiental e é de responsabilidade exclusiva do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade ICMBio). Cabe-lhe executar os programas de pesquisa, proteção, fiscalização e monitoramento de toda a área, em específico, a área do PARNAMAR.

O ICMBio é uma autarquia em regime especial, criado em agosto de 2007, pela Lei 11.516 e é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Tem o poder de polícia ambiental para a proteção de Unidades de Conservação Federal, como é o caso em estudo.

Diante da organização política de Fernando de Noronha, entrevistados dos Grupos 1 e 3 não se sentem representados efetivamente, no processo decisório de gestão da Ilha, como relatou um conselheiro distrital: “a estrutura é muito engessada e pouco podemos decidir sobre o que o povo quer. ”

Quanto à APA, em 1988, o Arquipélago de Fernando de Noronha foi reintegrado pela Constituição, ao Estado de Pernambuco. A Ilha, por muitos anos, sofreu interferências, tanto no patrimônio edificado, pelo abandono de muitas

construções antigas, ainda hoje perceptíveis, além da construção e do uso de casas pré-moldadas, quanto pela introdução de plantas e animais exóticos.

Considerando esse histórico, havia o receio de que a área fora do Parque Nacional Marinho, criado poucos dias antes da reintegração, sofresse ainda mais impactos e danos. Justamente, devido a essa preocupação e ao entendimento da necessidade de se desenvolver estudos sobre o uso racional do território, é que se determinou a criação, em 1989, da Área de Proteção Ambiental, pelo Decreto Estadual nº 13.555/ 89, como um espaço de uso residencial, espaço de atividades múltiplas e Zonas Especiais de Preservação.

Na Cláusula Quarenta, do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC de 2002, a ADEFN se comprometeu a articular a gestão do uso do solo, as políticas de meio ambiente e o patrimônio imobiliário da União para compatibilizar as ações, fiscalizar e aplicar a Legislação, em concordância com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Atualmente, há um mapa estratégico do Estado de Pernambuco em execução, que segundo entrevistados do Grupo 3, é cumprido dentro das exigências legais e em concordância com a sua projeção, no entanto, não disponibilizaram nenhum indicador de acompanhamento das metas propostas, à realidade local.

O mapa (Figura 16) está exposto no palácio São Miguel, no espaço reservado ao atendimento ao público que, quando questionados sobre as ações nele descritas, os entrevistados afirmaram que desconheciam o documento. Quanto ao planejamento participativo, os entrevistados do Grupo 1 disseram que “não sabem o que é um modelo integrado de gestão.”

FIGURA 16 - MAPA ESTRATÉGICO 2015 – 2018



FONTE: A autora, 2016.

Sobre a relação fundiária, no Arquipélago não há áreas particulares e sim, termos de permissão para uso de imóveis que são distribuídos entre moradores que residem na área do Distrito Estadual e aos Militares que vivem na área da Jurisdição da Aeronáutica, em uma Vila Militar. Essa situação é confirmada pelos entrevistados do Grupo 1 e 3 e também, é visualizada em grande parte das construções, que mantiveram suas características. Entretanto, depoimentos de entrevistados do Grupo 1, afirmaram que em troca de vantagens financeiras, há alguns imóveis que

são estabelecimentos comerciais, especialmente, de hospedagem e são os mais requintados.

Além da Instituição Federal Ambiental, os demais órgãos estaduais que contribuem para gestão da Ilha e o CPRH – Comando da Aeronáutica, a Ilha possui um Conselho Distrital da APA (CONDIMA) e o Projeto TAMAR, composto basicamente, por pesquisadores de diferentes instituições de ensino nacionais e internacionais.

O CONDIMA é constituído por moradores do Arquipélago, eleitos pelo voto direto e secreto, concomitantemente, com as eleições de Governador do Estado e sete conselheiros, com mandato de quatro anos, para formação do Conselho Distrital, órgão que tem funções consultivas e de fiscalização, na forma da Lei. Nesse aspecto, residentes, entrevistados do Grupo 1, relatam que os interesses individuais prevalecem sobre os interesses coletivos, embora, nos documentos oficiais, não tenham nenhum indicador de benefício a esse ou aquele grupo. Segundo um dos conselheiros distritais entrevistado, apesar de ser um instrumento de gestão participativa, há muitas controvérsias. Para ele “prevalecem os interesses individuais, o poder econômico de indivíduos que vem do Continente seduzir moradores locais com promessas de riqueza e com isso influenciar as ações do Conselho”.

O Projeto de Proteção às Tartarugas Marinhas (TAMAR – Figuras 17 e 18) iniciou suas atividades de pesquisa e conservação, no Arquipélago, em 1984. De acordo com a página eletrônica do Projeto, com o crescimento do Turismo na Ilha, no início da década de 1990, ele ampliou suas atividades e instalou um espaço atrativo para integrar os turistas a programas ambientais locais, relacionados à marinha brasileira.

FIGURA 17 - PROJETO TAMAR



FONTE: A autora, 2016.

As instalações físicas desse espaço foram elaboradas com madeira certificada, *containers* marítimos reciclados e com *pilotis* removíveis, para não impermeabilizar o solo. Porém, nem todas as construções locais são estruturadas e construídas de modo ecologicamente correto. No local, o Museu a Céu Aberto da Tartaruga Marinha recebe cerca de 40 mil visitantes/ano (2016). Apresenta “painéis explicativos, réplicas das 5 espécies de tartarugas marinhas que ocorrem no Brasil, silhuetas, exposições de esqueletos, maquetes e vídeos”. (TAMAR, 2016, s/p.). Desde 1996, junto ao Museu, tem um auditório com capacidade para 90 pessoas, onde ocorre regularmente, um Ciclo de Palestras Ambientais. A iniciativa foi e é um marco para ações de educação ambiental, tanto para moradores, quanto para turistas e pesquisadores convidados, com temas fixos diários.

Além da estrutura, o TAMAR também oferece um programa ecoturístico que inclui o acompanhamento da atividade que monitora, por meio de captura intencional, a marcação e a biometria das tartarugas marinhas que visitam a Ilha. De dezembro a junho, é possível aos turistas acompanhar o monitoramento noturno, na praia do Leão e a abertura de ninhos de tartarugas.

FIGURA 18 - PROJETO TAMAR



FONTE: A autora, 2016.

Segundo uma pesquisadora, entrevistada do Grupo 2, ancorada no projeto TAMAR, o apoio logístico oferecido em parceria com a sua Universidade, é fundamental para o avanço de pesquisas, especialmente, de questões marinhas, biológicas e ambientais. Questionada sobre seu objeto de estudo, relatou: “pesquisei a pesca do albacora, uma espécie de atum que ocorre na região, mas que os pescadores tradicionais tem deixado a pesca de lado para trabalhar com a atividade turística, que segundo eles, é mais rentável.”

Diante do exposto, entende-se que a governança institucional do território noronhaense é complexa e que deve ser realizado um monitoramento anual pelo ICMBio e CPRH, para avaliar o processo de desenvolvimento sustentável da Ilha, com acompanhamento do CONDIMA.

4.1.5 Categoria de Observação A: Turismo

É indiscutível o apelo turístico do Arquipélago de Fernando de Noronha, lembrando os diversos tipos e classificações atribuídas ao Turismo, conforme destacado por todos os entrevistados do Grupo 2, que disseram que iriam praticar o EcoTurismo, o Turismo de Sol e Praia e o Turismo de Aventura. Mesmo porque,

trata-se da única atividade econômica permitida na Ilha principal e que se reflete nos demais segmentos da cadeia produtiva. Em termos de atratividade, os pouco mais de 16km² concentram uma série de belezas naturais, fato que reforça a importância de que pequenas porções de terra não podem ser subestimadas.

A partir da segunda menor rodovia do país, com cerca de 7 km, é possível visualizar, na chegada, o ambiente paradisíaco da Ilha. Esse adjetivo não é uma hipérbole a esmo, mas retrata realmente, a atmosfera presente. Na chegada à Ilha, no aeroporto, há uma estrutura de controle dos visitantes cujos atendentes entendem a importância dessa medida e relatam: “aqui o turista recebe algumas recomendações de conduta para visitar nossa Ilha”.

A entrada de turistas é controlada, tanto pelo número de passageiros advindos do transporte aéreo para a Ilha, quanto é principalmente, conforme relato anterior, pelo pagamento de Taxa de Permanência (TPA – Figura 19), preenchimento de uma ficha cadastral e o controle de hospedagem. Agentes aeroportuários entrevistados afirmaram: “todos, na Ilha, trabalham, de alguma forma, com o Turismo”. Essa afirmação torna-se perceptível à medida em que se conhece o cotidiano dos residentes.

FIGURA 19 - TAXA DE PERMANÊNCIA

TPA - TAXA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

SR. CONTRIBUINTE

TPA - TAXA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL é legalmente destinada para investimentos que assegurem a manutenção das condições ambientais e ecológicas de Fernando de Noronha, incidente sobre o trânsito e permanência de pessoas. As despesas incluem pessoal, infraestrutura e demais aparatos físicos móveis e imóveis que direta e indiretamente estão associados aos serviços destinados especialmente para você.

Você pode tirar o bilhete pela internet (www.noronha.pe.gov.br) e pagar na rede bancária ou no aeroporto de Fernando de Noronha com cartão de débito/crédito, dinheiro ou cheque para o dia. Telefone: 55+(81) 3619-0951 - FAX: 55+(81) 3619-0952.

(Art. 82 da Lei nº 10.493/02 com alterações introduzidas pela Lei Estadual PE/BR nº 11.305/05, pela Lei nº 11.704/09, pela Lei nº 11.923/00 e pela Lei nº 11.949/01).

TPA ENVIRONMENTAL PRESERVATION TAX

DEAR CUSTOMER

TPA ENVIRONMENTAL PRESERVATION TAX is committed to ensure Fernando De Noronha Ecological Balance maintenance. It is based upon legal determination to the permanency or transit of individuals in its territory. Personnel, infrastructure, facilities and services are also included in the fee.

QUEM ESTÁ ISENTO DA TPA:

(Lei nº 10.493 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2002)

Art. 83

§ 2º Não incidirá a Taxa de Preservação Ambiental relativamente ao trânsito e permanência de pessoas:

a) que estejam a serviço da Administração Pública ou de pessoas físicas ou jurídicas, residentes no território do Distrito Estadual, desde que comprovado o respectivo vínculo para a prestação do serviço, observados os prazos e as condições previstas em ato normativo do Administrador Geral;

b) que estejam realizando pesquisas e estudos de caráter científico sobre a fauna, a flora e os ecossistemas naturais do Arquipélago, quando vinculados ou estivo ou de pesquisa, observada a parte final da alínea anterior;

c) que estejam na região do Arquipélago de Fernando de Noronha a título de visita a parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau, residente no Distrito Estadual, quando o tempo de permanência não for superior a 30 (trinta) dias;

d) que estejam em trânsito no Arquipélago de Fernando de Noronha a serviço de empresas de transportes aéreo ou marítimo, quando o tempo de permanência não for superior a 72 (setenta e duas) horas;

e) que sejam detentores de Título de Cidadão Noronhense, outorgado pelo Conselho Distrital de Fernando de Noronha, quando em visita à Ilha por prazo não superior a 15 (quinze) dias; e,

f) que possuam idade inferior a 55 (cinco) anos.

§ 3º Relativamente ao disposto no parágrafo anterior, mediante solicitação do interessado e nos termos e condições estabelecidos em ato normativo do Administrador Geral, o trânsito e permanência das pessoas, com a não incidência da Taxa de Preservação Ambiental, conforme prevê o referido parágrafo, dependem do reconhecimento prévio do benefício, pela Administração Geral.

§ 4º Extingido os prazos previstos no § 2º, permanecendo a pessoa no Distrito Estadual, descaracteriza-se a hipótese de não incidência da Taxa de Preservação Ambiental ali referida e a pessoa adquire automaticamente a condição de turista, ficando sujeita à mencionada taxa e às normas da legislação pertinente.

Nota: Para melhor compreensão no cidadão ou cidadão, por favor, para facilitar os serviços, não qualificar o ingresso e a permanência de TPA, desde que comprovado o vínculo em qualquer modalidade de ingresso ou permanência justificadas.

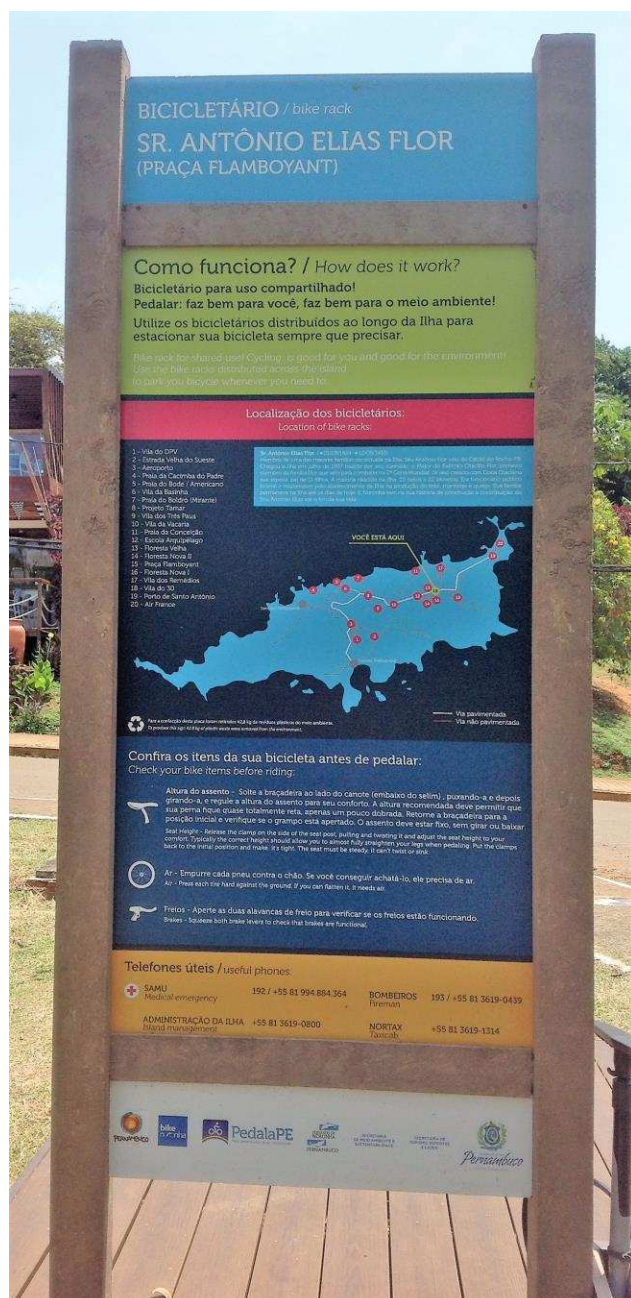
(Lei nº 10.493/02 com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 11.305/05, pela Lei nº 11.704/09, pela Lei nº 11.923/00 e pela Lei nº 11.949/01)

Governo de Pernambuco

FONTE: A autora, 2016.

A Ilha possui uma ampla frota de táxis, *bugies* e bicicletas para locação (Figura 20), transporte coletivo, com uma linha de ônibus que corta a Ilha de norte a sul, além dos serviços de receptivo com *vans*, ônibus e demais meios de transporte veicular. Todas as opções demonstram a facilidade de locomoção pelo território e exprimem a vocação de visitação turística.

FIGURA 20 - PLACA DO BICICLETÁRIO



FONTE: A autora, 2016.

Para incentivar a qualidade da estrutura de hospedagem, a Administração de Fernando de Noronha (ADEFN), em parceria com a Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR), Corpo de Bombeiros, Conselho Distrital e Vigilância Sanitária, classificou as Hospedarias Domiciliares, com golfinhos, de acordo com sua categoria. As pousadas com melhor classificação são identificadas com “três golfinhos” (FIGURA 21).

FIGURA 21 - SELO DE HOSPEDARIA DOMICILIAR



FONTE: A autora, 2016.

Além das pousadas e hospedarias domiciliares, também se identificaram outros meios de hospedagem, classificados como pousadas, porém, com infraestrutura hoteleira requintada e serviços compatíveis com as categorias mais elevadas das estabelecidas, pelo Ministério do Turismo. Elas são criticadas pela população local pela característica de empreendimentos de investidores externos e

que, segundo eles, são incompatíveis com as normas vigentes do controle ambiental exigidos na Ilha.

Um guia de Turismo expôs seu descontentamento que, segundo ele: “há pastor de uma igreja do Continente que construiu uma pousada enorme e luxuosa que tira hóspedes de hospedarias domiciliares, tem um ator da Globo que é ‘sócio’ de um morador e também está construindo uma pousada de luxo...” Quando questionado se, apesar de serem investimentos externos, não gerariam empregos, ele foi categórico: “Não! Todos na Ilha já têm uma ocupação e será necessário trazer gente de fora para trabalhar e isso não é bom...”

No quesito gastronomia, a Ilha oferece ao turista, uma gama de restaurantes para desfrutar a culinária regional, com forte influência nordestina, do Continente, como o baião de dois, ou, desde os mais simples aos mais requintados pratos, com frutos do mar. Nesse aspecto, destaca-se o albacora, uma espécie de atum, muito comum naquela região. Com relação à diversão noturna, também é diversificada a oferta de bares.

Entre os empregados e proprietários de restaurantes e bares, há os nativos da Ilha cujos empreendimentos, notadamente, são mais simples dos que os dos indivíduos que vieram do Continente. Uma funcionária de um desses estabelecimentos disse: “Sou nascida na Ilha e minha mãe é a dona (...) sugiro como prato a albacora, que é peixe típico da nossa região”. Em outro, ao questionar o funcionário, disse: “Sou do Continente, não tinha emprego lá e aqui tem de sobra (...) sugiro um baião de dois”.

Portanto, em termos de equipamentos e serviços turísticos, a Ilha contempla todos os elementos necessários à caracterização de um destino turístico, já que apresenta o tripé básico do Turismo - transporte, hospedagem e alimentação -, de forma diversificada e organizada, como demonstram as Figuras 22.

FIGURA 22 - VILA DOS REMÉDIOS



FONTE: A autora, 2016.

Além dos atrativos naturais, Fernando de Noronha é considerada um dos principais destinos turísticos brasileiros e recebe visitantes nacionais e internacionais, por apresentar características urbanas que comportam a demanda de visitantes. De acordo com o balanço, divulgado pelo setor de Turismo da

Administração da Ilha, foram 7.557 turistas no mês de dezembro de 2016: 92% brasileiros e 8% estrangeiros. A taxa de crescimento anual foi de 0,75% em relação ao ano anterior. Dados curiosos levantados indicaram que pelo primeiro ano, o fluxo de americanos foi maior do que de argentinos e, entre os brasileiros, os paulistas superaram os pernambucanos. Essas informações demonstram que a distância do polo emissor não é fator impeditivo para visitação, categorizando o destino como de alta atratividade e consolidado como produto turístico. Ainda, a mesma pesquisa, disponível na página oficial da Ilha, constatou que a média de permanência dos turistas é de 05 dias, cujos gastos com atividades de lazer, alimentação, transporte e hospedagem chega a mais de R\$ 6.000,00. O administrador geral da Ilha, Luís Eduardo Antunes, afirma a importância que o Turismo tem, em todas as épocas do ano: “Certamente teremos um 2017 excelente para toda cadeia econômica e para o trade turístico”.

Entre os atrativos, cita-se o Parque Nacional Marinho, com praias e falésias, incluindo a praia do Sancho, considerada uma das mais bonitas do mundo, a Baía dos Porcos e o Morro Dois Irmãos. Para se ter acesso às trilhas e demais praias é necessário outro cadastro, com apresentação de documentos oficiais e pagamento de outra taxa, no valor de R\$ 89,00, com validade de 10 dias consecutivos (FIGURA 23). O parque é administrado pela concessionária EcoNoronha, que mantém os postos de informação turística, as trilhas e a acessibilidade para cadeirantes.

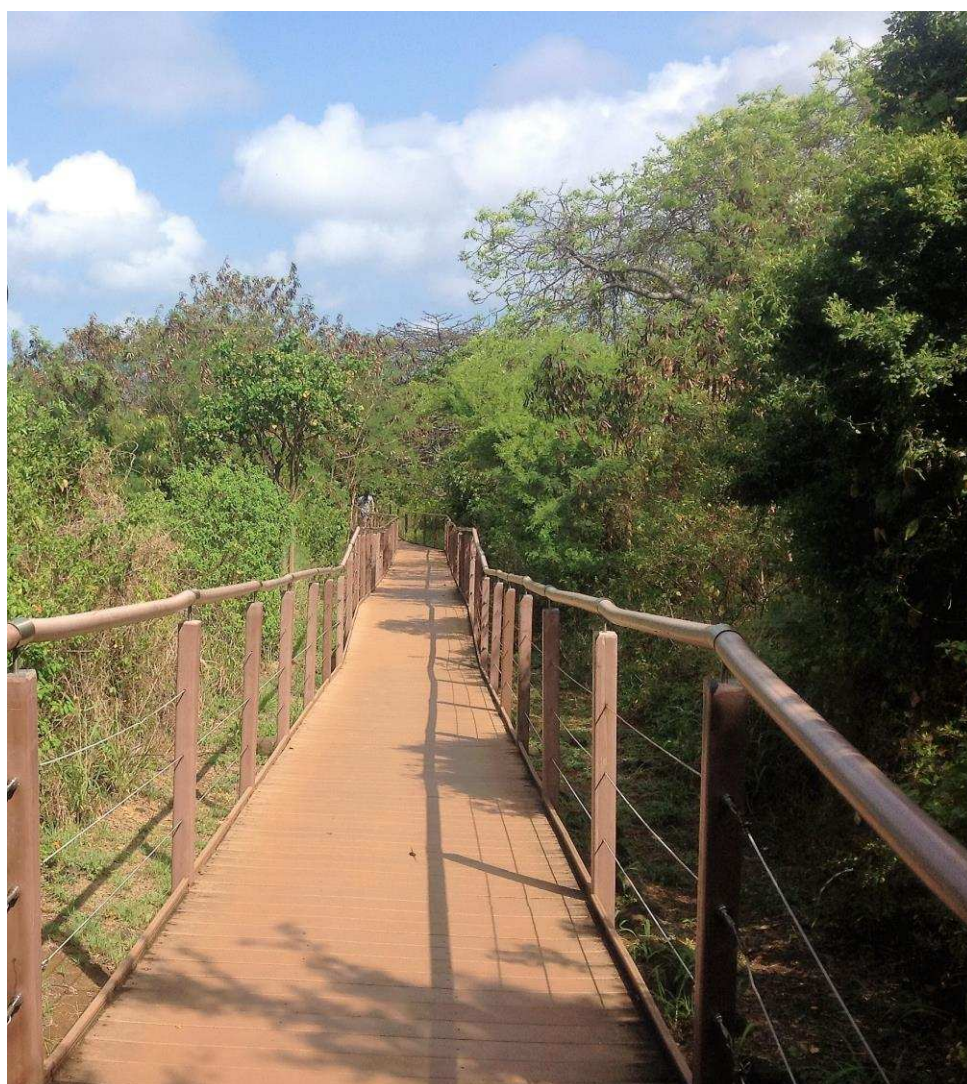
FIGURA 23 - ENTRADA DO PARQUE NACIONAL MARINHO



FONTE: A autora, 2016.

A estrutura é bem controlada em todos os acessos ao parque, em que é preciso apresentar um cartão de visitação às áreas do Parque. Entretanto, nem todos os locais são adequados a portadores de necessidades especiais, a crianças e a idosos, pois exigem um esforço moderado e também, uma certa facilidade com os esportes marinhos. Outro aspecto que merece destaque se refere à delimitação das trilhas (FIGURA 24) que levam a um dos cartões postais da Ilha, que é a praia da Baía do Sancho, as quais foram construídas com o reaproveitamento de garrafas pet, garantindo durabilidade e conforto aos visitantes, além do aspecto sustentável que lhe é inerente.

FIGURA 24 - TRILHA

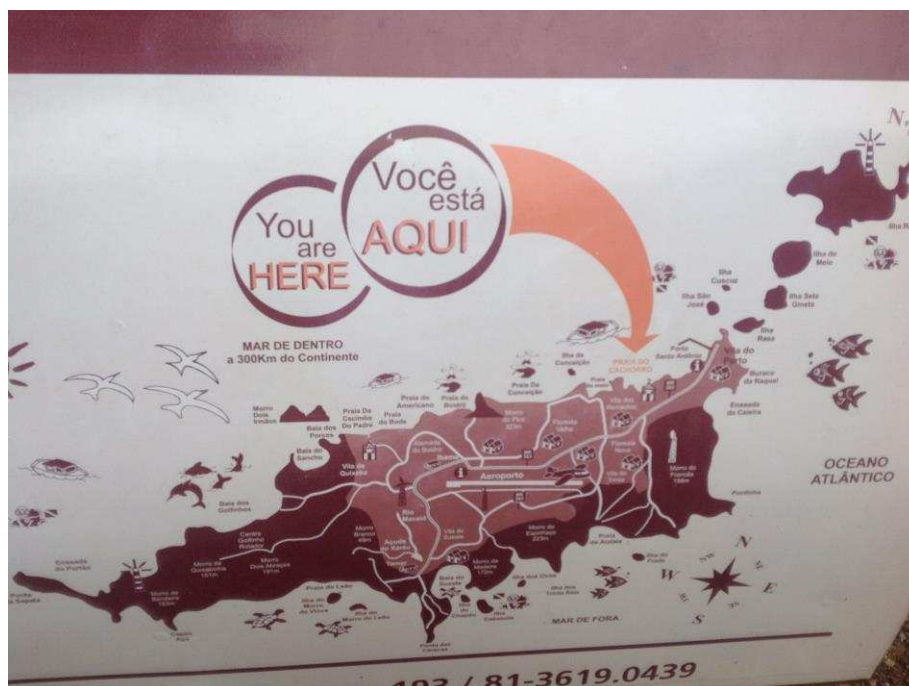


FONTE: A autora, 2016.

Nenhum dos turistas entrevistados se mostrou contrário à cobrança das taxas, de permanência e de visitação, embora as considerassem caras. Para um turista paulista: “Acho que vale a pena pagar porque tudo é bem conservado e as visitas são organizadas. E o povo é muito hospitaleiro”. Já um casal de turistas alemães, não se queixou dos valores pagos, mas da dificuldade de comunicação, já que a maioria das pessoas não fala inglês, mas são muito prestativos, de acordo com o casal.

Também há praias na área de proteção ambiental que são acessadas pela parte urbana da Ilha, como a do Cachorro, a do Meio e a Conceição. Para visitação desses atrativos, não são necessários guias e outras taxas e há placas indicativas ao longo do percurso (FIGURA 25).

FIGURA 25 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO ÀS PRAIAS ABERTAS À VISITAÇÃO



FONTE: A autora, 2016.

Um número considerável de turistas opta pelo chamado “Ilhatour” que dura o dia inteiro, quando se conhecem os principais atrativos da Ilha, incluindo um mergulho para ver naufrágios e tartarugas marinhas, como as tartarugas pente, as trilhas e a praia. O roteiro inclui os principais produtos da Ilha, movimentando a cadeia produtiva do Turismo, desde a contratação do guia, o aluguel dos equipamentos de mergulho, o transporte, a compra de artesanato e a alimentação.

O acervo marinho também se observa em um passeio de barco, na costa da Ilha, com a contemplação de golfinhos rotadores e demais animais da fauna marinha, como cardumes de xaréus, tesourinhas, cirurgiões e sargentinhos. O local de partida é o porto de Santo Antonio (FIGURA 26), de onde saem os barcos de turistas e onde chegam os barcos, trazendo os insumos para a Ilha. Segundo entrevistados do Grupo 1, trabalhadores portuários, um barco com mantimentos ou produtos de consumo “pode levar até 48 horas de viagem do Continente para a Ilha e a maioria das mercadorias que são comercializadas na Ilha vem de barco”.

FIGURA 26 - PORTO DE SANTO ANTONIO



FONTE: A autora, 2016.

Assim, o Porto comporta, além da estrutura de desembarque de mercadorias, uma estrutura de locação de equipamentos de mergulho e de passeios turísticos, compondo a rede de prestadores de serviços, organizada em um sistema de governança próprio de receptivos, guias e serviços agregados ao Turismo, tendo como principal marca, a hospitalidade inerente à comunidade local.

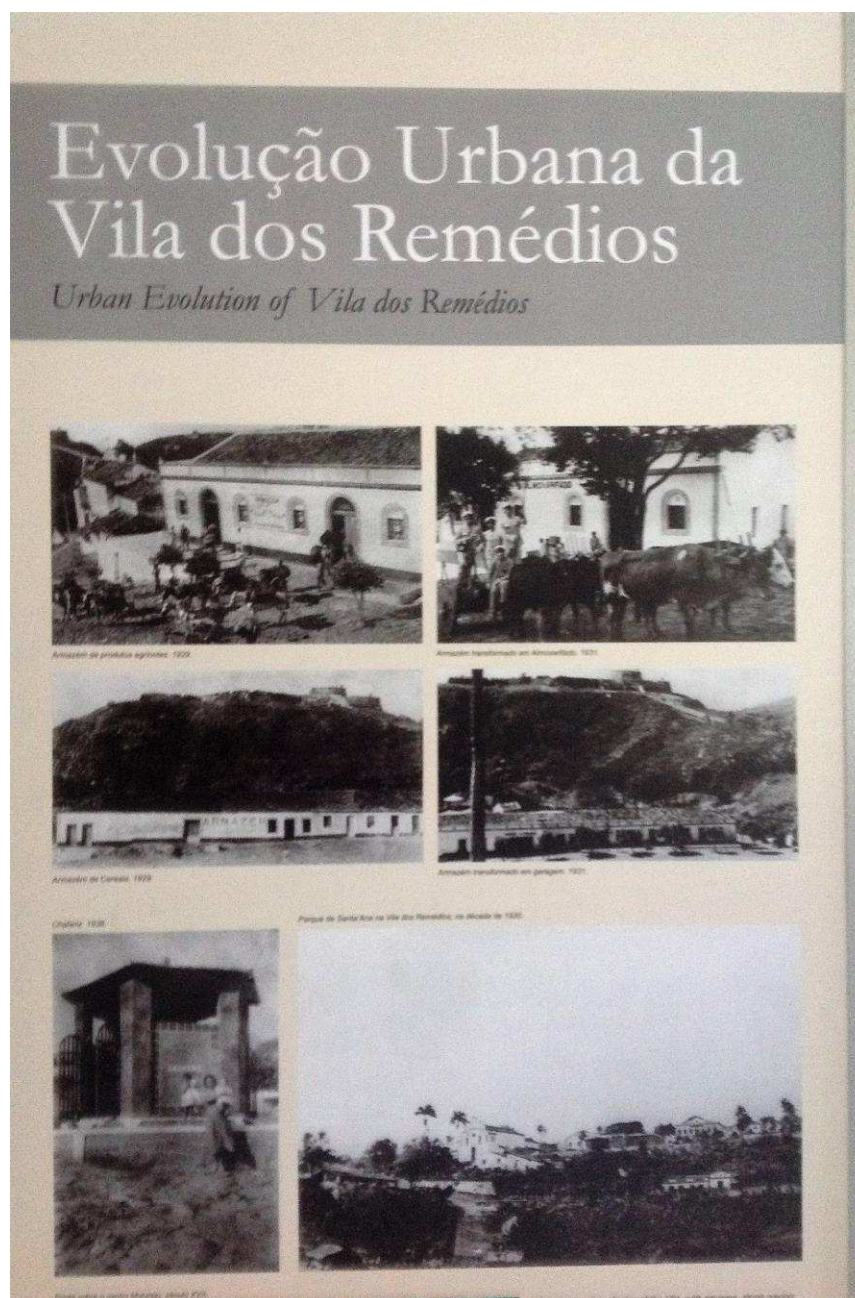
4.1.6 Categoria de Observação B: Urbanização

A população local, ao contrário de outras Ilhas brasileiras, não inclui caiçaras ou comunidades tradicionais, mas sim, descendentes de prisioneiros, militares, prestadores de serviços e até turistas, conforme o período histórico de ocupação do território. Muitos serviços urbanos foram implantados, como energia elétrica, abastecimento de água, sistema de ensino, sistema de saúde, coleta e reciclagem de lixo, rede de comunicação, sinalização e pavimentação, mais para atender aos visitantes, cada vez mais frequentes, do que à população.

Uma das influências marcantes de ocupação da Ilha, foi a permanência dos holandeses, no século XVII, durante 25 anos. Segundo documentos oficiais da Ilha: “os relatos desse tempo falam de armazéns, casas de moradia, entrepostos de mercadorias, curral, hortas, uma pequena Congregação Reformada Calvinista entre outras evidências construtivas para uma ocupação tão longa”.

No acervo do Memorial Noronhense – Espaço Cultural Américo Vespúcio -, é possível acompanhar painéis ilustrativos (FIGURA 27) que relatam a história da evolução urbana da Ilha e as diferentes influências das ocupações, que ocorreram ao longo das transformações e formas de uso do território.

FIGURA 27 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA VILA DOS REMÉDIOS



FONTE: A autora, 2016.

O local de instalação da vila holandesa originou a atual Vila dos Remédios, no século seguinte, quando Portugal o ocupou definitivamente, com a instalação da Capitania Hereditária de Pernambuco. Desde então, a Vila dos Remédios se tornou o principal núcleo urbano de Fernando de Noronha. Várias características naturais do espaço o consolidaram como o mais apropriado para ocupação humana: a água potável do Riacho Mulungu e outras nascentes; o fácil acesso à Enseada do

Cachorro, que servia de ancoradouro; o acesso direto à fortaleza dos Remédios e a visão estratégica.

Ainda, os documentos oficiais da Ilha relatam que o traçado urbanístico da Vila dos Remédios foi estruturalmente planejado em duas partes, o espaço superior, onde, até hoje, fica a Administração, o poder civil, e no espaço inferior, a igreja, o poder religioso. Esses espaços foram calçados em pedra e edificadas construções de grande porte. Naquele período, o objetivo do ordenamento territorial da vila era atender ao sistema carcerário, também implantado na época.

Esse núcleo urbano se consolidou, já a partir do século XVIII, pois, além dos prédios públicos e da Igreja, já mencionados, também havia a praça das armas, as moradias, os alojamentos carcerários, as oficinas para reclusos, a escola, o hospital e os armazéns de estocagem. O sistema viário da Ilha utilizava o chamado “cabeça de nego”, um modelo que contemplava um sistema de drenagem das águas pluviais (FIGURA 28), para conservação do solo e que ainda hoje define o traçado da vila.

FIGURA 28 - DRENAGEM



FONTE: A autora, 2016.

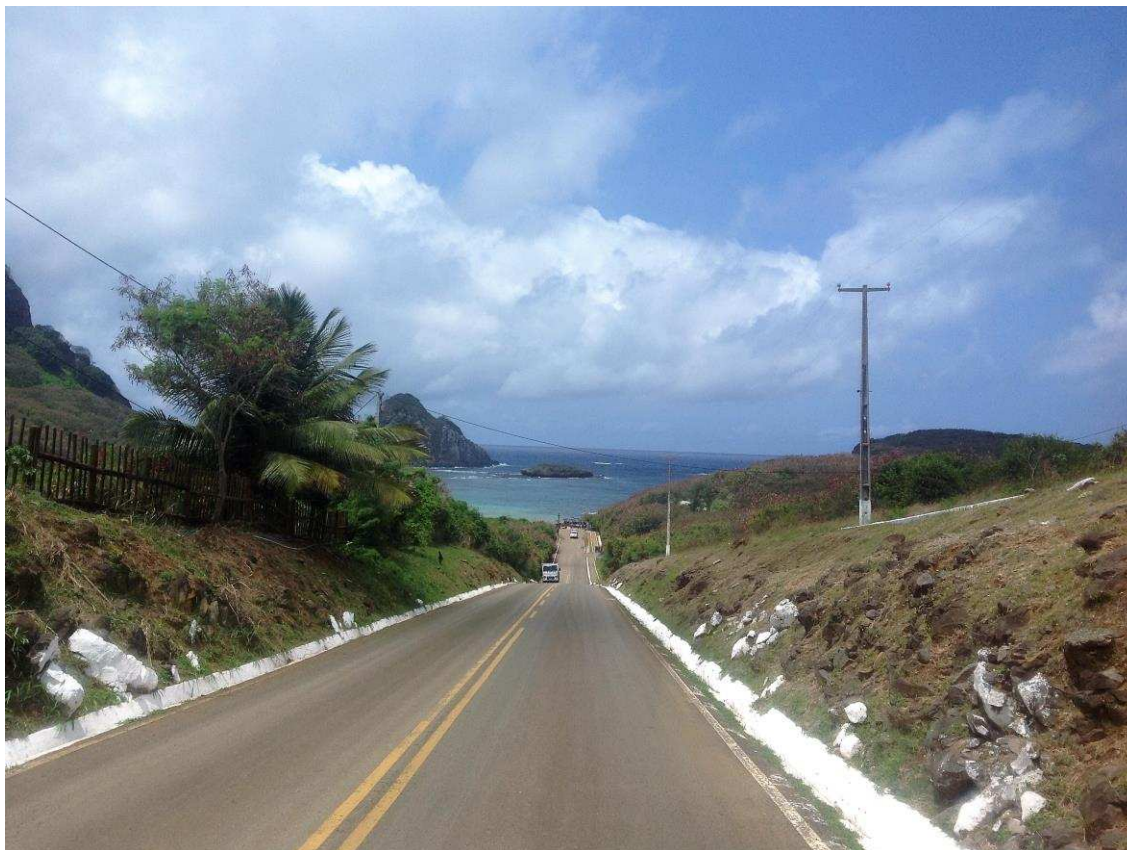
A construção dos acessos, as vias consideradas seculares, foram executadas por mão-de-obra carcerária com destaque para a Estrada do Pico, a Estrada da Porto, a Rua da Estrela e a Estrada da Ponte. Todos esses caminhos aparecem na planta de José Fernandes Portugal de 1798. Essas vias se degradaram com o uso e, sobretudo, com a introdução do veículo para locomoção. Grandes trechos sem pedra, apresentam problemas de decomposição do calçamento, ameaçados pela fragilidade de todo o sistema.

Durante mais de duzentos anos esse núcleo foi sendo usado e conservado na sua estrutura original, com pequenas modificações e inclusões. Em 1938, quando da entrega do Arquipélago à União, arquitetonicamente a vila estava extremamente bem cuidada. (CEPEHC –FN, 2016, s/p.)

Com a ocupação durante a II Guerra Mundial, parte das características urbanas originais, foram perdidas ou modificadas, principalmente, pela construção de edificações pré-fabricadas que, na época, eram práticas e rápidas, pela urgência do momento. Assim, implementaram-se várias mudanças no cenário urbano, com equipamentos e melhoramentos para administrar o contingente humano que ocupava a Ilha, como placas de aquecimento solar, usina de tratamento de lixo orgânico, com capacidade para 40 toneladas e para prensagem do lixo inorgânico, ampliação da pista de pouso e a construção do açude Xaréu, para abastecimento de água.

O molhe do Porto de Santo Antônio foi construído em 1987, com a utilização de pedras advindas da dinamitação do morro Boa Vista, além do incremento do retroporto, ampliado para promover melhores condições de embarque e desembarque. A pista de pouso, construída em 1942, também foi ampliada para 1.800m de extensão e o terminal de passageiros, inaugurado em 1999. A ligação entre o Porto e o aeroporto acontece pela BR 363 (FIGURA 29), considerada a segunda menor rodovia federal do Brasil, conforme já mencionado.

FIGURA 29 - RODOVIA FEDERAL BR 363



FONTE: A autora, 2016.

Embora os documentos oficiais indiquem a existência do Sistema Golfinho de Rádio e Televisão, como retransmissor das redes nacionais e produtor de programações locais, a maior parte dos meios de hospedagem e moradias possui equipamentos, via satélite, de recebimento de sinal.

O Açude, citado anteriormente, foi ampliado diversas vezes, agora, com capacidade para 300.000 litros de água. Porém, para atender à demanda atual, outros açudes menores foram construídos para o abastecimento hídrico.

Ainda, como legado da ocupação militar e a consequente expansão demográfica, foram criados bairros, como a Vila da Floresta Velha, em 1942, que surgiu em torno do quartel do Exército, e mais tarde, foi instalada a Vila dos Sargentos, em 1975. Atualmente, o antigo quartel cedeu lugar a um supermercado, além de outros prédios oficiais que foram transformados em centro de convivência, peixaria e padaria. As casas construídas para oficiais do Exército foram cedidas para a população local, de acordo com critérios de cessão vigentes.

Depois desse núcleo urbano, encontra-se o Cemitério da Ilha, datado de 1843, e ampliado, em 1883. Nas suas imediações foram construídas casas para as bases e grupamentos de guerra, a chamada Vila para os Cabos, com casas pré-moldadas onde, mais tarde, foi instalada uma das igrejas evangélicas da Ilha.

A Vila da Floresta Nova surgiu em 1987, na gestão do Ministério do Interior e do primeiro Governador Civil da Ilha. Nela, foram edificadas casas com madeiras, oriundas do Paraná, fato estranho devido à distância da Ilha do Continente, mais ainda, de um estado do Sul do Brasil. No alto do morro dessa área, foi instalado o Sistema Golfinho de Rádio e TV, em construção pré-moldada. Entre as Vilas das Florestas, localiza-se o Bosque dos Flamboyant (FIGURA 31), que é uma área arborizada, com equipamentos de lazer, ponto de encontro de noronhenses e turistas. O local também é decorrente do período militar, mas sofreu várias modificações, agregando atualmente, o posto de informações e o cadastro de visitação para o Parque Nacional Marinho.

FIGURA 31 - BOSQUE DO FLAMBOYANT



FONTE: A autora, 2016.

Um dos locais de destaque na paisagem urbana da Ilha, é o porto localizado na enseada de Santo Antonio. Tanto por sua importância histórica, já que é utilizado desde o seu descobrimento, quanto por ser, desde então, local de carga e descarga

das embarcações que chegam ou partem do Arquipélago. O Porto também contempla equipamentos turísticos para dar apoio às atividades de mergulho e pesca, direcionada aos visitantes.

Apesar da extensão territorial ter pouco mais que 16km², há locais bem definidos, resultado da ocupação urbana, ao longo de sua história como o *Air France*. Como o nome sugere, foi o local onde se instalaram os franceses, em 1927, como apoio à navegação aérea. Deixaram como legado urbano, edificações e moradias, abrigando atualmente, um espaço cultural e a Associação de Artistas e Artesãos Noronhenses.

Outra área da Ilha que remete à ocupação do território e às suas influências, é a Alameda do Boldró, onde se instalaram os americanos, em 1957, com um Posto de Observação de Mísseis Teleguiados. Nesse local, estão a Usina Termoelétrica Tubarão, Usina Piraúna, Hotel Esmeralda, sede do Projeto TAMAR e a sede do ICMBio. A edificação chamada Hotel Esmeralda (FIGURA 31), foi estruturada com bases pré-moldadas, para alojar os americanos e mais tarde, se transformou no primeiro hotel da Ilha, hoje desativado e em estado de total abandono.

FIGURA 31 - HOTEL ESMERALDA



FONTE: A autora, 2016.

A Vila da Quixaba é considerada “um dos núcleos urbanos primitivos da Ilha”, segundo um entrevistado do Grupo 3, lá havia uma capela, uma construção de porte e 28 moradias, destinadas aos presos em regime aberto. A capela, intitulada de Nossa Senhora da Conceição, teve três sucessivas fases de construção e reconstrução e, especialmente, devido às suas histórias bastante curiosas. Em 1999, foi realizado um trabalho de restauro, educação patrimonial e de pesquisa arqueológica, as quais o mesmo entrevistado justificou, por ser “para identificação da antiga casa de repouso sacerdotal e do antigo alojamento do presídio”.

Uma construção isolada, de destaque na paisagem noronhense, é o atual Hotel de Trânsito da Aeronáutica, situado no morro de Santo Antônio. O prédio teve vários fins, desde sua construção, como abrigou a Estação Meteorológica da Marinha, de 1934 e a residência do Governador Militar do Exército. Foi construída sob os vestígios da antiga estação, na década de 1960, e quando houve a reintegração do Arquipélago ao Estado de Pernambuco, a área foi doada para o Ministério da Aeronáutica, servindo como hospedagem para autoridades em visita à Ilha.

Diante do exposto, o território em suas inúmeras fases que retratam as relações de poder institucionalizadas na Ilha, foi influenciado por elas, deixando suas marcas na estruturação urbana, embora a maior parte delas ocorresse antes da implantação das Unidades de Conservação. Atualmente, está concretizada a Zona Urbana, no Plano de Manejo, com 10% da área terrestre da APA, na Ilha de Fernando de Noronha.

São considerados usos permitidos: ocupação residencial, comercial, de serviços privados e de natureza pública, de recreação e lazer, institucional e mista (hospedarias domiciliares, produção e venda de artesanato caseiro, consultórios e escritórios domiciliares); além de atividades de pesquisa, educação ambiental, visitação, monitoramento e fiscalização. Essas atividades não poderão comprometer a integridade do patrimônio histórico-cultural e arqueológico porventura ali existentes, bem como o meio biótico e o meio físico. (PLANO DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA, ROCAS, SÃO PEDRO E SÃO PAULO, 2010)

Nesse Zoneamento está prevista a ocupação de áreas que ainda estão livres, uma regulação positiva, possível de se replicar em outras Unidades de Conservação, por meio do planejamento do ordenamento territorial, evitando “a fragmentação dos espaços urbanos e o comprometimento de áreas de conservação

– com ênfase na proteção da drenagem e das bacias de acumulação de água pluvial”.

Desse modo, evidencia-se como objetivo, a concentração da produção de espaço urbano em áreas consideradas de menor fragilidade ambiental ou que já foram ocupadas, historicamente. Esse fato possibilita a recuperação do patrimônio material, em função das restrições quanto à construção de novas edificações, privilegiando o restauro de prédios de significância histórica.

Assim, na construção multidimensional do território insular protegido, nesse caso, ainda mais se tratando de Ilha oceânica, ressalta-se a necessidade de programas de gestão que visem à conservação da biodiversidade local, que é bastante vulnerável em relação à continental, no que diz respeito ao uso e à ocupação, mas que o Plano de Manejo ainda consegue ordenar. Esse fato certifica sua importância para a organização territorial, perceptível no mapa de satélite, da Figura 30.

O ciclo atual privilegia a turistificação do território, quando a relação socioeconômica é determinante para influenciar a ampliação do núcleo urbano, mas é frejada pela regulamentação do Plano de Manejo, que, por um lado, garante a conservação ambiental e, por outro, permite uma expansão urbana limitada, oportunizando o desenvolvimento sustentável do Turismo.

FIGURA 32 - MAPA SATÉLITE DA ILHA DE FERNANDO DE NORONHA



FONTE: Google Maps, 2017.

4.1.6 Resultados da Pesquisa de Campo Qualitativa: Turismo e urbanização

A pesquisa *in loco* ocorreu entre os dias 27 de agosto a 04 de setembro de 2016, para confrontar os documentos oficiais que descrevem a organização e a estruturação da Ilha, com a realidade vivenciada.

Para tanto, foram realizados relatórios, diários de viagem e entrevistas com moradores, escolhidos aleatoriamente entre agentes aeroportuários, guias de Turismo, garçons, funcionários de pousadas, motoristas, comerciantes e conselheiros distritais. Além desses, também foram entrevistados turistas e pesquisadores, complementando ou corroborando com as informações e experiências trocadas. Os entrevistados foram classificados em 03 Grupos de atores sociais, a saber: Grupo 1 – Autóctones; Grupo 2 – Turistas Qualificados e Grupo 3 – Representantes Institucionais.

A partir dos questionamentos previamente elaborados, levantaram-se variáveis, relativas ao ordenamento urbano da Ilha e suas implicações, com relação à infraestrutura básica e à densidade demográfica; à gestão do Plano de Manejo e à análise dos aspectos de sustentabilidade, seguindo seus pilares: ambientais, sociais, econômicos, políticos e culturais.

A primeira questão se ateu à relação entre a ocupação urbana e a conservação de áreas de proteção, a partir do preconizado nos Pilares de Sustentabilidade. O Pilar Ambiental foi nitidamente atendido, justamente, pelas constantes pesquisas acadêmicas realizadas no Arquipélago como um todo, em especial, sobre a fauna marinha. Há conhecimento das limitações impostas pelo Plano de Manejo, mas, por outro lado, o reconhecimento da conservação e valorização dos recursos naturais por esse meio. Um morador, proprietário de um comércio local mencionou que “para nós é natural cuidar da natureza e até nos incomodamos quando tem gente que quer nos ensinar como cuidar dela. Nós vivemos aqui e sabemos da importância de cuidar da natureza.”

Essa valorização ocorre porque a atividade econômica que move a cadeia produtiva local, o Turismo, depende desses recursos, considerados a “galinha dos ovos de ouro”. Outras evidências foram observadas na caracterização ambiental e ecológica, anteriormente descrita.

Com relação ao Pilar Sociocultural, os entrevistados se mostraram pouco sensíveis a esse aspecto, particularmente, sobre a riqueza cultural, decorrente da história local, por mero desconhecimento. Entretanto, é perceptível a hospitalidade do povo, como identidade e herança dessa riqueza e reconhecido como ponto forte, pelo Grupo 2. No entanto, quanto ao Patrimônio Material, muitas edificações foram perdidas ou descaracterizadas, outras conservam seus vestígios e ruínas. Contudo, de um modo geral, constata-se que não há, o mesmo cuidado com o patrimônio cultural do que com o patrimônio natural.

Ainda, para o Grupo 2, o principal motivo da viagem se relacionava aos atrativos naturais e ficaram surpresos, tanto com a diversidade cultural, quanto com a trajetória histórica da Ilha. Para um casal de turistas paulistas “a natureza é espetacular, mas a história surpreende. A gente não imaginava tanta riqueza histórica. Muito legal! Pena que não há a mesmo tipo de manutenção que no parque marinho.”

Economicamente, a atividade turística é percebida pelos entrevistados do Grupo 1, como a única fonte de renda possível na Ilha e todos, de modo unânime, relatam que: “100% dos moradores trabalham com Turismo de forma direta ou indireta”. Inclusive, foram entrevistados moradores categorizados como temporários, que relataram terem vindo do Continente para trabalhar com a atividade na Ilha, a convite de familiares ou empreendedores locais. Esses últimos ainda citaram: “existe grande dificuldade de conseguir emprego no Continente. Aqui na Ilha sempre tem trabalho na área de Turismo”.

Portanto, ratificou-se que há evidente reconhecimento de que os recursos naturais são responsáveis pela geração do desenvolvimento social e econômico, por meio da turistificação territorial, considerando a opinião dos Grupos, 1 e 2. Os recursos culturais não se destacam com a mesma intensidade, embora a hospitalidade da comunidade local seja uma qualidade relevante e singular, própria do local. Como relata um morador, que trabalha num restaurante: “a gente gosta de receber bem as pessoas e é muito legal conhecer pessoas de vários lugares diferentes.” Outro morador complementa que “sinto muito orgulho de morar a Ilha e ver que tem gente que vem de muito longe conhecer.”

Quanto à ocupação de baixo impacto, apesar das restrições ambientais dos documentos formais e legais, a pressão pelo aumento de estruturas turísticas e

demais necessidades urbanas, são inerentes a qualquer destino turístico. Salvo, por suas limitações, especialmente, pela delimitação do espaço, considerado como Zona Urbana, ou seja, apenas 30% do território total disponível nessa zona.

Portanto, conclui-se que o território analisado não é totalmente turisficado, por se tratar de uma Unidade de Conservação, com rigoroso controle e fiscalização. No entanto, 100% da área que permite a instalação de equipamentos turísticos e a implantação de infraestrutura urbana é turistificada, já que para atender à população local, não haveria necessidade de tantas pousadas, restaurantes, táxis, veículos para locação, por exemplo (FIGURA 33).

FIGURA 33 - FROTA DE VEÍCULOS



FONTE: A autora, 2016.

Um fato comum à turistificação é a pressão inflacionária dos produtos de uso comum de turistas e de moradores. Contudo, no caso de Fernando de Noronha, não é tão perceptível em termos sazonais pois, como todo o abastecimento da Ilha é proveniente de via marítima, ou aérea, encarece automaticamente, tudo o que é comercializado e não se verifica uma variação de preços entre a alta e a baixa temporada. Entretanto, os preços praticados na Ilha são de 70% a 100% mais caros do que no Continente, segundo a percepção dos três Grupos entrevistados. Os

residentes também comentaram que quando visitam o Continente “aproveitam para abastecer-se dos mais diferentes bens como vestuário, material de higiene e demais necessidades”.

Os turistas têm uma percepção mais aguçada, quanto a essa diferença dos valores cobrados por bens comercializados na Ilha, justamente, pelo parâmetro comparativo com seus locais de origem. Para um turista jovem, acompanhado de amigos, os preços praticados se justificam, mas são muito mais caros dos que estava habituado a pagar em sua cidade de origem, no interior de Minas Gerais. Os moradores entrevistados, porém, não destacaram implicações negativas quanto à turistificação da Unidade de Conservação, ao contrário, são engajados na atividade de modo integral.

A principal boa prática identificada é a elaboração e execução do Plano de Manejo, com a fiscalização constante, de acordo com informações institucionais do Grupo 3, e poderia ser replicada em territórios insulares protegidos, em fase de ordenamento e uso turístico. Uma pesquisadora entrevistada, como turista qualificada, Grupo 2, disse que: “o modelo de manejo da Ilha é um exemplo para muitos locais que tem Unidades de Conservação”. Conclui-se, nesse quesito, que o modelo existente de ocupação humana em territórios insulares protegidos, para esse caso, depende das relações de espaço-poder institucionalizados.

Mesmo assim, observou-se que há exceções, citadas pelos moradores locais, entrevistados do Grupo 1, como: concessões para exploração turística a não moradores, nem aos moradores temporários, mas a investidores externos. Conforme um motorista de um transporte turístico comentou: “sabe aquela pousada ali, então... é de um desses ‘pastores’ que aparecem na televisão... como é que pode se ele não é daqui?”

Esses relatos constatados pela pesquisa observacional liga um sinal de alerta para o modelo até então acertado, pois a especulação imobiliária e a liberação de licenças para construções que comprometem a realidade autóctone, pode gerar consequências irreversíveis, como desigualdade social, descaracterização do ambiente, importação de mão-de-obra, insegurança, entre outros.

Diante do exposto, é possível deduzir que a turistificação territorial implica no aumento da urbanização nesse espaço insular protegido, porém, até certo ponto. Não pela mobilização popular, mas sim, devido aos investidores externos que

provocam alterações na paisagem e a concentração de renda, pela ineficiência parcial do poder público, em fiscalizar o processo de uso do território e pela demanda turística que traz consigo, as necessidades urbanas de suas cidades de origem.

4.2 ILHA DO MEL: PARQUE ESTADUAL E ESTAÇÃO ECOLÓGICA

A Ilha do Mel está localizada no Litoral Sul do Estado do Paraná, na entrada da Baía de Paranaguá e pertence a esse município. Inserido na Ilha está o Parque Estadual, com uma área aproximada de 2.760 hectares e que compõe, juntamente com uma Estação Ecológica (ESEC), uma área de proteção singular do litoral paranaense (IAP, 2012), totalizando cerca de 95% do território.

Do ponto de vista geológico, Ângulo e Souza (2005) classificam a Ilha como do Tipo Continental, ou seja, é uma porção de terra separada, recentemente, do Continente e apresenta características parecidas com a região costeira adjacente. Por isso, sua paisagem insular, tanto de fauna e flora, não apresenta ecossistemas endêmicos, como de uma Ilha vulcânica, assemelhando-se aos ecossistemas continentais mais próximos, mas nem por isso, de menor relevância.

O Parque foi criado em 2002, pelo Decreto Estadual nº 5.506 para conservar uma porção da Ilha e representa, aproximadamente, 12% do seu território. Em seu ecossistema destaca-se a presença de ambientes naturais de praia, costões rochosos, áreas de influência marinha, remanescentes da Floresta Ombrófila Densa Submontana e de Terras Baixas, associadas à Floresta de Restinga, sítios arqueológicos, em especial os sambaquis, e a rica fauna marinha, proporcionando a proteção integral da diversidade biológica (CELEPAR, 2011). A ESEC foi instaurada bem antes, em 1982, porque sua cobertura vegetal é de restingas e com um representativo exemplar de floresta primária Atlântica.

A Ilha do Mel, geograficamente, encontra-se entre os balneários do Litoral Sul do Estado do Paraná e as Unidades de Conservação do Litoral Norte. Diante dessa situação, diferentes autores e pesquisadores e como a pesquisa de observação comprovou, tiveram tanto influências conservacionistas sobre a preocupação com os recursos naturais, quanto exploratórias, relacionadas ao uso turístico intensificado nos períodos de alta temporada.

Considerando as condições ambientais da Ilha, apesar das pressões para sua urbanização, não há ruas nem estradas, somente trilhas. Contudo, em 1988, com a implantação de geradores de energia elétrica, houve significativas alterações nos hábitos da população tradicional, que resultaram em transformações locais, causando preocupação em relação aos recursos naturais. Portanto, a análise por meio de pesquisa observacional, confrontando os documentos oficiais de regulação pretende compreender o processo de produção urbana, a sustentabilidade e sua relação com a construção multidimensional do território.

4.2.6 Caracterização do Território: Dimensão Histórica e Geográfica

A Ilha do Mel está situada entre as Coordenadas 25° 29' S e 48° 21'18" W, na Baía de Paranaguá e possui uma área aproximada de 2760 hectares em perímetro, de cerca de 35 km. Possui 2.320 habitantes fixos (IBGE, 2012) que, no período de alta temporada, considerando o limite de visitantes, pode chegar a mais de 7.000 pessoas. A parte Noroeste é a mais extensa, ligando a parte Sudeste por um istmo, limita-se ao Norte, com a Ilha das Peças e ao Sul, com o Canal da Galheta, que é o principal acesso à Ilha, viável através do Balneário de Pontal do Paraná, com duração de 30 minutos ou via Paranaguá, com duração de 90 minutos.

As travessias (FIGURA 34) são de responsabilidade da Associação dos Barqueiros do Litoral e custam entre R\$ 35,00 e R\$ 53,00. Esse valor inclui a passagem de ida e volta e uma taxa de visitação destinada ao município de Pontal do Paraná. Essa informação é questionável, uma vez que entrevistados relacionados ao poder público disseram que: “todo o valor arrecadado é direcionado somente à estrutura de embarque e à própria Associação”.

FIGURA 34 - PLACA DE INFORMAÇÃO DO TERMINAL DE EMBARQUE



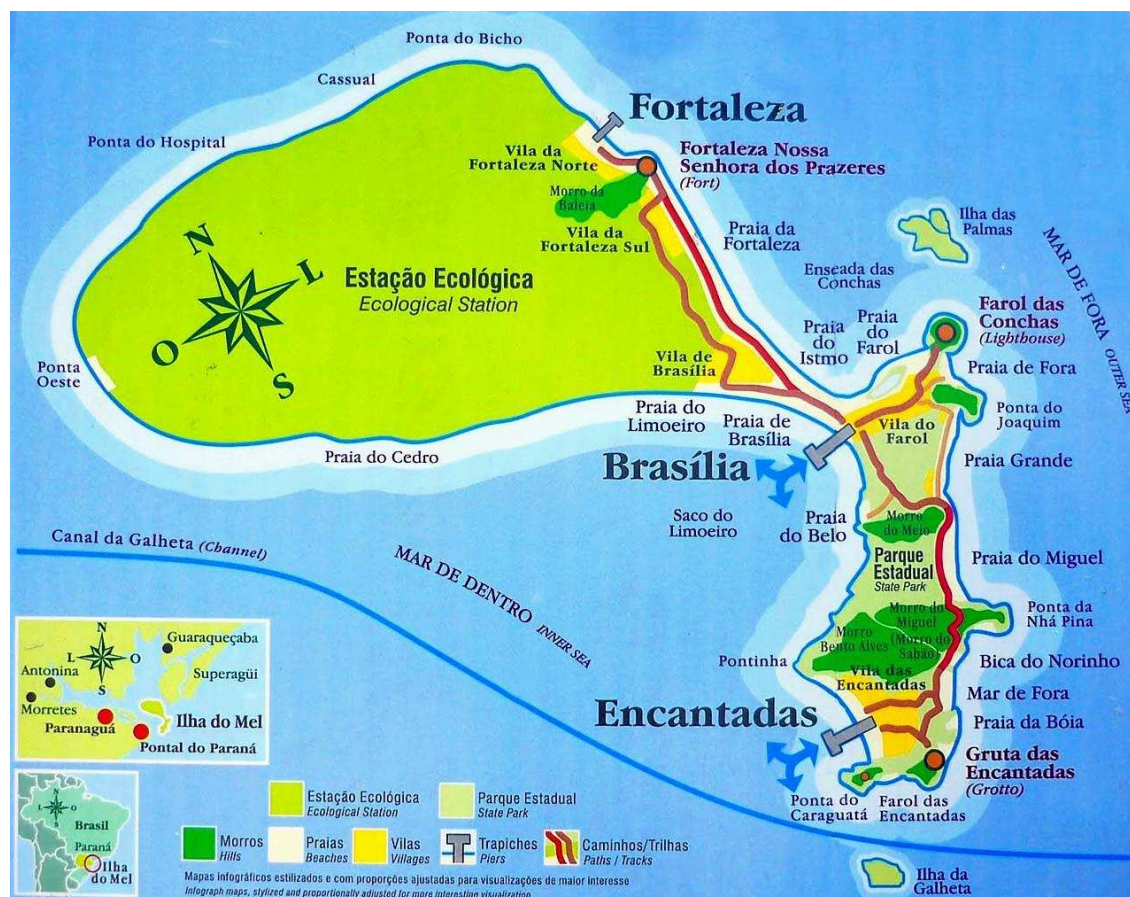
FONTE: A autora, 2017.

Nos documentos oficiais há descrição de um cadastro prévio dos visitantes, antes do embarque, porém esse procedimento não ocorre. Uma marinheira mercante dessa Associação informou que: “não é feito cadastro nenhum (...) e o controle da quantidade de pessoas, eu acho que é pela venda de bilhetes de passagem... não sei de outro jeito.”

Devido às características geográficas, a Ilha subdivide a Baía de Paranaguá em dois setores, os quais são determinados pelo Canal do Norte - divisa com a Ilha das Peças - e o canal da Galheta – divisa com o município de Paranaguá e balneários adjacentes. Ambos representam importantes canais de escoamento da produção agrícola do País cujo fluxo de navios mercantes é constante.

Além desse particular, o relevo da Ilha forma 13 praias. Entre elas destacam-se os pontos extremos: ao Norte, a ponta do Hospital, ao Sul, a Ponta das Encantadas, a Leste, a ponta do Farol das Conchas e a Oeste, a Ponta Oeste ou da Coroazinha (FIGURA 35).

FIGURA 33 - PLACAS ILUSTRATIVAS COM O MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ILHA DO MEL



FONTE: A autora, 2017.

Quanto à ocupação da Ilha, antes do século XVII, ela era dominada pelos índios carijós, indígenas do Grupo étnico Tupi-Guarani, que viviam da caça, da pesca e da agricultura de subsistência. Com a chegada dos portugueses, houve uma intensa miscigenação entre os povos, caracterizada nos dias atuais por uma população de mamelucos.

O curioso nome da Ilha tem várias vertentes, porém, nenhuma comprovada como única. Uma é que o antigo hábito de extração de mel silvestre influenciou na sua denominação; outra é que até o século XIX, era conhecida como Ilha das Baleias, entretanto, por ser um local muito frequentado por famílias abastadas de Curitiba, por ocasião da época de veraneio, durante o período da I Guerra Mundial, havia menção frequente à família do Almirante Mehl, fato que também justificaria o seu nome.

No entanto, para além das curiosidades que envolvem o nome da Ilha, muitos fatos históricos colocaram o território em evidência, como em 1750, com os conflitos

entre Portugal e Espanha, em decorrência da anulação do Tratado de Madri. Na ocasião, houve a sinalização da Coroa Portuguesa da necessidade de construir um forte na região da Baía de Paranaguá para garantir sua soberania frente aos possíveis ataques de navios piratas ou de franceses, espanhóis e ingleses, por exemplo.

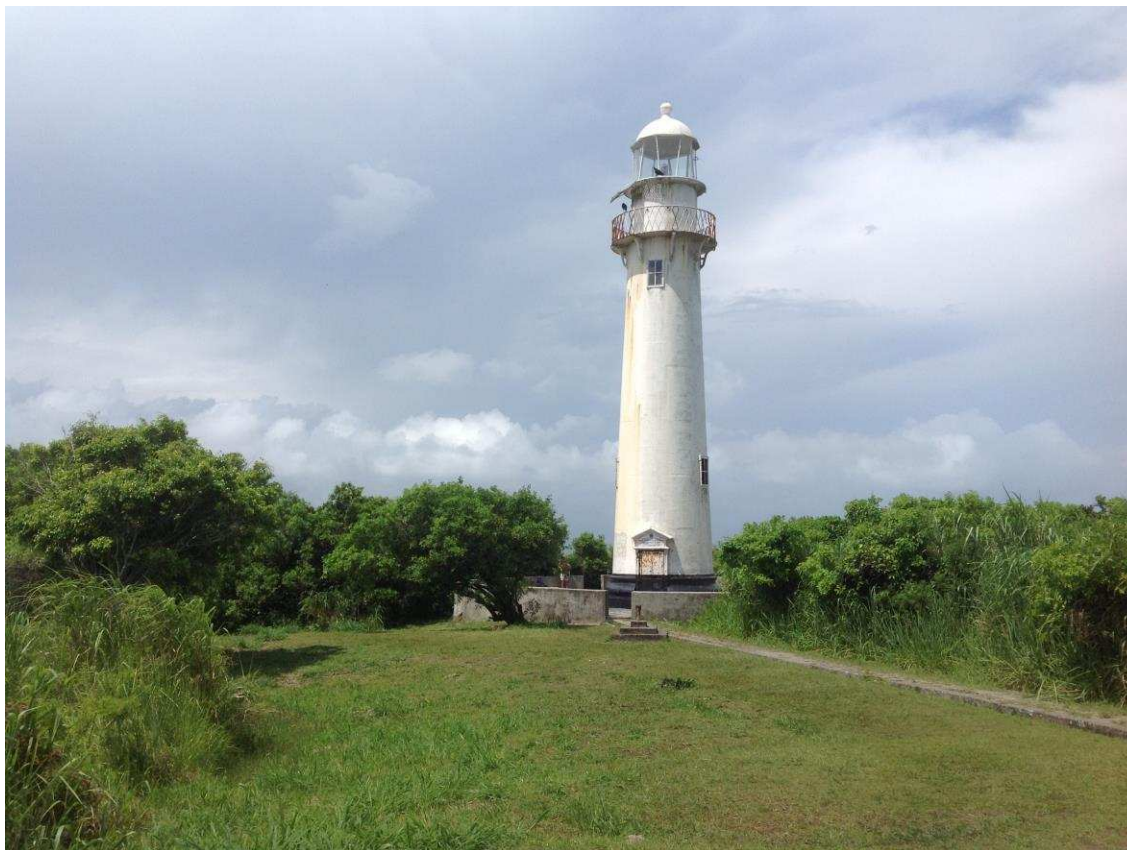
Dezessete anos após, com o intuito de proteger a Baía, foi iniciada a construção da Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres em um local chamado Morro da Baleia que contemplava o quartel da tropa, a capela, a casa da pólvora, a casa do comandante, a prisão, o corpo da guarda, muralhas de sustentação e ainda, os primeiros canhões de ferro (TORNERA, 2008, citado no IAP).

A Fortaleza é uma das principais referências históricas do Estado do Paraná uma vez que representa a arquitetura militar, do século XVIII, além de ser o único exemplar desse tipo de edificação, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/PR), e também, o primeiro forte brasileiro a entrar em combate.

Durante os diferentes ciclos históricos do País, o forte passou por reconstruções e reparos, como o labirinto de canhões instalado no período da Segunda Grande Guerra, além de um mirante estratégico de observação. Atualmente, ainda é possível visualizar armamentos da época e as características originais de sua construção. Essa possibilidade se deve ao tombamento desse patrimônio histórico, desde então, sob a égide do IPHAN.

Outro marco histórico relevante é o Farol das Conchas (FIGURA 34) erguido em 1872, localizado no Morro do mesmo nome, cujo acesso se dá por uma trilha e uma escadaria de, aproximadamente 140 degraus. Com 18 metros é da época do Império, com aparelhagem inglesa e considerado um ponto de orientação para os navegantes da Baía.

FIGURA 36 - FAROL DAS CONCHAS



FONTE: A autora, 2017.

As áreas povoadas estão distribuídas ao longo da Ilha, ao Sul, separada pelo Morro do Miguel, fica a Vila das Encantadas e ao Norte, ficam a Praia Grande, Vila do Farol, Nova Brasília, Fortaleza e Ponta Oeste, fazendo divisa com a Estação Ecológica.

A maior densidade populacional encontra-se na Vila das Encantadas, justamente, pela presença de um dos trapiches onde aportam os barcos que acessam à Ilha. Aí se localizam pousadas, *campings*, restaurantes, bares e a maior parte da população local, talvez, por ser a porção mais próxima do Continente. Já o núcleo administrativo da Ilha está situado na Vila do Farol (FIGURA 36), assim como, uma estrutura turística de qualidade superior em relação às pousadas e aos restaurantes e um centro de recepção de turistas, Posto de Saúde e um batalhão da Polícia Florestal (FIGURA 37).

FIGURA 37 - POSTO DE SAÚDE E POLÍCIA AMBIENTAL



FONTE: A autora, 2017.

A população tradicional concentra-se na Nova Brasília, entretanto, devido à erosão do solo, houve um processo de mobilidade na Ilha. Ao passo que a região mais habitada, anteriormente, era a Ponta Oeste que, por ser limítrofe à Estação Ecológica, teve sua ocupação desincentivada.

Ainda em nova Brasília, localiza-se o istmo, também conhecido como Passa-Passa: “é uma porção fina de terra cercada por água dos dois lados e que conecta

duas grandes extensões de terra. Esta é a parte mais estreita da Ilha, com cerca de 20 metros de largura. ” O local é considerado “um dos maiores atrativos turísticos da Ilha” de acordo com vários entrevistados, entre eles, um garçom, um barqueiro e um comerciante.

A Praia Grande é um núcleo urbano menos representativo em termos de infraestrutura, e por isso, de baixa ocupação, mas apresenta um Grupo remanescente dos primeiros nativos da Ilha.

É uma das praias que mais preserva as características originais da Ilha e que possui a maior extensão, localizada no mar de Fora, voltado para o Leste, entre a Ponta do Joaquim e o Morro do Meio (SANTOS JUNIOR, 2006). Na pesquisa observacional, visualizaram-se todas as informações descritas e constatou-se que a Ilha do Mel permite uma experiência autêntica de visitação em território insular protegido, pois suas características urbanas são absorvidas pela paisagem e seus recursos naturais, são vivenciados de modo intenso.

4.2.7 Caracteriza o do Território: Dimensão Sociocultural e Econômica

Segundo Cunha (2010), a popula o da Ilha   composta por habitantes fixos que são categorizados em dois Grupos sociais dominantes, chamados de “nativos” e “os de fora”. Como a própria etimologia indica, os considerados “nativos” são pessoas nascidas na Ilha ou nas imedia es, com um biotipo característico das popula es litorâneas, resultante da mistura étnica e cultural entre índios e europeus cuja miscigena o originou os mamelucos.

Com rela o ao segundo grupo indicado pelos órgãos oficiais, denominados como “os de fora”, são indivíduos que se estabeleceram na Ilha, ora, para fins de sossego ao mudar para um local menos urbano, ora, com o objetivo de trabalhar ou empreender no comércio local, em equipamentos de hospedagem e em serviços de alimenta o, voltados ao Turismo.

Ainda, deve-se referenciar um terceiro grupo, que   a popula o flutuante e esporádica, referente àqueles indivíduos que frequentam a Ilha sazonalmente, em especial, na esta o de verão e por isso mesmo, chamados de veranistas.

Nesse contexto de forma o sociocultural da Ilha, constata-se que as possíveis manifesta es culturais da comunidade, calcadas em referências de identidade autóctone, sofreram, ao longo de sua ocupa o, a interferência dos de

fora. Conforme o encarte institucional que analisou, em 2011, o entorno do Parque Estadual da Ilha do Mel, essas interferências persistem:

Pelo crescimento populacional de 46% observado no período (2000/2010), Pontal do Paraná apresenta maior potencial de impacto populacional em relação à Ilha do Mel, considerando a proximidade com a Ilha, o adensamento urbano em áreas adjacentes ao terminal portuário, a ocupação de balneários do município mais próximos das áreas de embarque para a Ilha, a presença de pessoas vindas de outras regiões do Estado do Paraná e de Santa Catarina, atraídas pelas oportunidades de trabalho e renda na região. Vale ressaltar, que embora a população da Ilha do Mel se encontre estabelecida, o contato mais frequente com moradores de fora, poderá ocasionar um fluxo populacional em direção à Ilha do Mel, particularmente, devido à possibilidade de relações de parentesco, casamentos, trabalho, entre outros.

Na percepção de uma experiência autêntica de vivenciar os recursos naturais da Ilha, observou-se que a proximidade com o Continente e a facilidade de acesso, tanto pelas travessias monitoradas, quanto por embarcações particulares, resulta nessa pressão populacional e na aculturação local por um processo de intensa turistificação e pelas relações socioeconômicas.

O relato de um policial ambiental, da Força Verde, em serviço na Ilha, do Grupo 3 de entrevistados, explica, “é comum acontecer brigas decorrentes do consumo de álcool e outras substâncias principalmente, na temporada por causa do grande fluxo de turistas”. Outro exemplo que chamou a atenção foi com relação aos hábitos musicais do povo que, ao contrário do que se imagina, não são tradicionalmente caïçaras, mas sim, optam pelo *funk* e o *hip hop*, demonstrando a interferência da visitação e do fácil acesso aos meios de comunicação.

Mesmo assim, com a presença do IPHAN (2008), foram identificadas as principais referências culturais da Ilha do Mel: celebrações religiosas, como a Festa de São Pedro, em Nova Brasília e a Festa de Nossa Senhora de Fátima; formas de expressão: Lenda da Gruta das Encantadas e Lenda da Fortaleza; ofícios e modos de fazer como a culinária, o fotógrafo lambe-lambe, tecer redes de pesca, a pesca tradicional da tainha, com mutirão e lanço. Segundo uma liderança local, do Grupo 1 de entrevistados: “é com muito custo que se consegue manter essas festas para o povo... mas a gente tenta”.

Outro fator citado por várias fontes, desde o século passado, como Kraemer (1978) e o Governo do Paraná (1996) apud Instituto Ambiental do Paraná, que ainda confere com a opinião dos entrevistados, refere-se ao desnível educacional

entre as duas categorias populacionais, os nativos e os de fora, bem como, a o perfil socioeconômico relacionado ao poder aquisitivo dos de fora, gerando uma certa desigualdade, em função da concorrência entre os estabelecimentos comerciais e a exploração turística.

Um aspecto interessante, oriundo das constatações relatadas por Silveira (1998), é quanto ao comportamento dos jovens da Ilha que abandonaram suas atividades tradicionais e tiveram contato com substâncias ilícitas, como drogas e o aumento no consumo do álcool. A justificativa para esse comportamento é a influência dos visitantes e veranistas, sejam residentes temporários, sejam excursionistas, cuja demanda têm características bem distintas e que levaram a essas transformações sociais diversas.

Os moradores afirmam que há muitos problemas de família, particularmente, em relação aos jovens que não tem ocupação, muitos inclusive, envolvidos com o uso e tráfico de drogas, prostituição e violência

Há meninas de 8 e 9 anos de idade sendo abusadas sexualmente em troca de balas e doces, drogas e muitos dos casos são de conhecimento dos pais, envolvendo pessoas da comunidade e de fora. Há crianças que estão sendo utilizadas como mulas para o tráfico de drogas.

Na esfera social, embora a Ilha possua infraestrutura básica para a população, como postos de saúde e escolas, muitos preferem buscar os serviços públicos no Continente, considerando a qualidade e a diversidade de recursos, já que a população local relata que o número de profissionais, principalmente, da saúde, é insuficiente para atender às demandas locais, até porque não há nem farmácias na Ilha.

Economicamente, o Turismo é a principal fonte de renda de boa parte da população, oferecendo pequenos comércios ou trabalhando como empregados da estrutura turística existente. A pesca artesanal ainda é praticada, porém em menor escala e de qualquer modo, é realizada para a subsistência e para atender à demanda de turistas e visitantes.

Em 2011 foram instaladas Unidades de Produções Comunitárias de Ostra, com o apoio técnico do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) cuja finalidade foi “complementar a renda das famílias de pescadores artesanais com uma alternativa que lhes permitem serem inseridos em um processo produtivo economicamente viável e ambientalmente sustentável.”

Os autóctones estão organizados em associações (FIGURA 38) que se mobilizam em várias frentes para buscar melhores condições de vida para a comunidade local, em especial, quanto à geração de emprego e renda e para reivindicar a estruturação de um centro de atendimento a crianças e adolescentes. Entre as iniciativas que eles propõem, realizadas por meio de parcerias com instituições de Ensino Superior ou de pesquisa, ou ainda, com organizações não governamentais (ONGS), estão, “programas da economia solidária, que trabalha preceitos como produção, venda, compra e troca sem exploração de terceiros, (...), sem destruir o meio ambiente, (...), comércio justo e consumo solidário. ”

FIGURA 38 - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA ILHA DO MEL



FONTE: A autora, 2017.

Entretanto, os relatos coletados não são convergentes. Para um membro da Polícia Florestal do Paraná: “a falta de consenso entre os moradores é um dos empecilhos para deslanchar o desenvolvimento local em todas as frentes pleiteadas, inclusive com relação ao Turismo e às melhorias urbanas”.

Portanto, o território com apelo turístico evidente, favorecido por suas características geográficas e proximidade com polos emissores, teve a ampliação de várias edificações na Ilha, bem como, a construção irregular de moradias e de estabelecimentos comerciais, demonstrando uma crescente dependência às atividades econômicas, ligadas à cadeia produtiva do Turismo.

4.2.8 Caracterização do Território: Dimensão Ambiental e Ecológica

Notadamente, a Ilha do Mel, apresenta características ambientais únicas, em relação às representativas áreas de restinga e pela importante porção de Floresta Atlântica preservada, além da fauna marinha e dos aspectos costeiros, inerentes à sua condição de Ilha. Assim, como o patrimônio material citado anteriormente, o patrimônio natural é relevante para a identificação da Ilha, em especial, o relativo às suas praias (FIGURA 39), como a Praia do Miguel, a Praia do Mar de Fora, a Praia da Boia, a Praia do Belo, a Praia do Farol, a Praia de Brasília, a Praia do Limoeiro, a Praia do Istmo e a Praia da Fortaleza.

FIGURA 39 - PRAIAS DA ILHA DO MEL



FONTE: A autora, 2016.

Entre as praias citadas, destaca-se a Praia de Fora, em forma de ferradura, localizada nos limites da parte Norte do Parque Estadual, a qual é procurada para a

prática do *surf* e onde ocorrem as paralelas, um tipo de onda considerada uma das melhores do Brasil.

A Praia do Istmo localiza-se na parte central da Ilha, formada por uma porção estreita de terra, cercada pelo mar que conecta as duas partes que formam a Ilha, concedendo-lhe um formato geográfico característico.

A Praia das Encantadas é conhecida por suas lendas, as quais permeiam o imaginário de residentes e visitantes, como o canto da sereia que atraía embarcações as quais colidiam com as pedras do local, assim como, a Gruta das Encantadas que é uma cavidade natural, oriunda da erosão de um dique de diabásio e que se tornou um dos atrativos mais visitados da Ilha.

A Ilha possui um relevo interessante por apresentar diversos morros, alguns já mencionados, mas se sobressai o Morro do Miguel ou o Morro do Sabão, conhecido pela prática de voos de asa delta e de *paraglider*.

Diante da beleza cênica, dos atrativos recursos naturais e da curiosa história, o Instituto Ambiental do Paraná, responsável pelo controle da visitação na Ilha, estabeleceu um limite aceitável de mudança (LAC), ou capacidade de carga de visitação, com um limite diário, de até 5 mil visitantes. Essa medida, segundo os documentos oficiais, foi adotada em 2008 e é tida como uma estratégia de conservação ambiental, defendida por inúmeros autores, com o objetivo principal de compatibilizar a quantidade de visitantes com as condições de absorção da Ilha em relação à fragilidade do meio ambiente e da infraestrutura disponível.

Para tanto, os visitantes deveriam, obrigatoriamente, cadastrar-se nos terminais de embarque, informando dados pessoais que permitiriam traçar o perfil dos turistas, tempo de permanência e locais de hospedagem, quando fosse o caso. Esse sistema utilizava código de barras, com cores distintas, de acordo com o tempo de permanência e também, propiciava a geração de um banco de dados, com informações significativas para gestão da Ilha.

Porém, no caso da Ilha do Mel, há relatos, de nativos, de forâneos, de veranistas e dos turistas, que esse modelo precisa ser revisto, tendo em vista impactos relevantes no ambiente natural e conseqüentemente, no ambiente antrópico da Ilha. O motivo da revisão é que o cadastramento seria eficaz com os turistas que acessam a Ilha, via travessia, esquecendo-se, porém, que é possível acessá-la por meio de embarcações particulares.

Apesar dessa premissa e da preocupação a respeito da aplicação desse procedimento, observou-se, tanto nas visitas realizadas, quanto pelo depoimento de diferentes entrevistados, que essa prática não é realizada há algum tempo. Segundo mencionado por membros da Marinha Mercante, da Polícia Ambiental do Paraná, por comerciantes e por moradores, o único controle de visitantes, no sentido quantitativo, ocorre com a contagem da venda dos bilhetes de travessia, fato que coloca em dúvida a eficácia da medida.

Outro mecanismo para manutenção da integridade das características ecológicas da Ilha foi a criação das Unidades de Conservação nas categorias de Parque e Estação Ecológica, já mencionadas anteriormente. Entre outras motivações conservacionistas, as unidades foram delimitadas para conter a ocupação desordenada e a especulação imobiliária, decorrentes do desenvolvimento do Turismo de massa na Ilha.

No entanto, percebeu-se que a população nativa se ressentia dessa medida, pois tem informações parciais dos benefícios e da importância da conservação dessas áreas, de certo modo, não se reconhecendo no território instituído. Uma moradora, proprietária de uma pousada relatou que: “a gente até entende que é importante conservar a natureza, porque o turista vem por causa dela, mas a gente não poder fazer nada e é multado, daí é demais”.

Esse estranhamento é justificado pelas limitações, inerentes às Unidades de Conservação e ao uso dos seus recursos naturais e às restrições regulamentadas que são, de certo modo, impositivas. Os nativos reclamam basicamente da “falta de liberdade para a utilização dos recursos naturais da Ilha, quanto a restrição à prática de antigos costumes (plantar, caçar, entre outros).”

Embora a institucionalização das unidades seja fato, há também relatos de que a fiscalização ineficiente, principalmente, pela falta de recursos humanos suficientes, não consegue monitorar de modo literal, todas as restrições que caracterizam, por exemplo, o acesso à Estação Ecológica.

Portanto, apesar da população local apresentar-se de maneira mais espalhada no território da Ilha e não ser densa, não há uma mobilização consensual no que tange aos aspectos sociais, econômicos e ambientais que demonstrem interesse em uma gestão participativa e compartilhada que realmente, gerasse benefícios a todos.

4.2.9 Arranjo Institucional

A Ilha do Mel é tombada pelo Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná, mas institucionalmente, pertence ao município de Paranaguá, como um distrito. Desde 1982, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) é o principal órgão representativo do Estado, na Ilha, uma vez que quase 95% de seu território pertence a uma das duas Unidades de Conservação lá instauradas.

Como uma de suas principais funções ressalta-se a fiscalização quanto aos potenciais impactos ao ambiente natural, que se desdobra em várias ações como, autorizar novas construções, controlar os limites das áreas de reserva, evitar a extração de recursos naturais, prover condições para execução de serviços públicos de saneamento e promover programas de Educação Ambiental.

Entretanto, ao se considerar a Legislação Federal, a Ilha é de posse da União, ou seja, da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), cuja atribuição principal é reconhecer e taxar propriedades, registradas em áreas consideradas da União. Os tributos recolhidos são destinados ao chamado Caixa Único e não retornam diretamente à gestão da Ilha, fato que causa vários questionamentos em diferentes níveis administrativos da localidade e entre os moradores.

Com o intuito de aproximar os órgãos gestores da comunidade local e assim, proporcionar uma agenda participativa de caráter normativo e deliberativo, para contemplar as demandas comunitárias, foi instituído um Conselho Gestor da Ilha do Mel, pelo Decreto nº 3502/97.

Entre as premissas do Conselho está a busca de consensos para a elaboração de programas e projetos que minimizem conflitos de interesses e que trabalhem em prol da conservação do meio ambiente e, ao mesmo tempo, beneficiem a comunidade local, dentro de um conceito compatível com o do desenvolvimento sustentável. O modelo de gestão da Ilha é compatível com os conceitos relacionados à governança ambiental e territorial, pelo menos, teoricamente, pois para uma comerciante local, “muito se fala e pouco se faz”.

Sua constituição segue um padrão de representatividade, previamente regulamentado pela Portaria n. 087, do IAP, de 19 de maio de 2005, em seu Artigo 2º, conforme descrito no Quadro 8, a seguir:

QUADRO 8 – CONSELHO GESTOR DA ILHA DO MEL

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS	REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA (Presidência)	Sociedade dos Amigos da Ilha do Mel
Instituto Ambiental do Paraná – IAP (Vice-presidência)	Associação dos Moradores da Praia de Encantadas – AME
Prefeitura Municipal de Paranaguá (Nova Brasília)	Associação dos Barqueiros do Litoral do Paraná – ABALINE
Prefeitura Municipal de Paranaguá (Encantadas)	Associação dos Comerciantes da Ilha do Mel – ACOIM (Brasília e Encantadas)
Batalhão de Polícia Florestal – BPFLO	Associação dos Nativos da Ilha do Mel – ANIMPO
Paraná Turismo	União das Mulheres da Ilha – EMILHA

FONTE: Paraná, 2005.

Já as associações mencionadas possuem caráter deliberativo, correspondem a entidades representativas de grupos sociais distintos, tendo cada uma, objetivos e reivindicações pertinentes aos seus interesses, porém, no anseio de gerar soluções comuns. Um membro da AME comentou que, apesar de ser uma Ilha só, as opiniões se dividem de acordo com o local de moradia, “como Encantadas fica numa ponta da Ilha e Brasília no meio, tem uma rixa entre as comunidades e nem sempre temos a mesma ideia sobre as coisas.”

A divisão mencionada fica clara na composição do Conselho, que inclui representantes das comunidades, tanto no quesito geográfico, quanto no quesito social, ou seja, da classificação dos habitantes da Ilha, os nativos e os forâneos. Embora a iniciativa seja positiva e coerente com modelos de gestão territorial participativa, cujos conceitos são amplamente discutidos por diversos autores e cujas vantagens são grandemente difundidas, a realidade local fica aquém da teoria.

O modelo do Conselho Gestor, implantado há mais de 15 anos, foi um elemento de inovação social, muito pertinente para promoção de uma gestão participativa eficiente.

Entretanto, a pesquisa observacional atestou que as reuniões são consideradas infrutíferas, em que muito se discute e pouco se faz, levando a instituição ao descrédito. Esse fato se deve aos conflitos decorrentes dos interesses econômicos, especialmente, pautados na questão turística e na ausência de um discurso coeso que concilie a conservação com o desenvolvimento socioeconômico. Diante desses impasses, o Conselho não atende à sua prerrogativa deliberativa e normativa, mas se resume a um papel meramente consultivo, sem que sejam traçados planos de ação de longo prazo.

Diante do exposto, o arranjo institucional da Ilha do Mel está estruturado de maneira adequada, porém, não se comporta como deveria e assim, mantém o caráter centralizador do Estado, no que tange ao processo decisório dos rumos de gestão do território e na execução de uma parceria fiscalizadora.

4.2.10 Categoria de Observação A: Turismo

Como mencionado, o Turismo constitui a principal atividade econômica da Ilha, tendo como pressuposto iniciativas que remetem à atividade turística sustentável em que há equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento socioeconômico da localidade.

Diante dessa perspectiva, ressalta-se a proximidade do Continente como um dos principais fatores intervenientes para que essa atividade tenha um terreno fértil e promissor. Por isso, uma das principais estruturas de apoio ao desenvolvimento turístico são os portos de atracagem, uma vez que se constituem na única possibilidade de acesso motorizado.

Nessa estrutura, o aproveitamento natural do território para acessar a Ilha localiza-se na sua parte Oeste, voltada ao Continente, local onde foram estruturados os trapiches que servem aos moradores e aos visitantes.

Na Ilha não há qualquer veículo automotor e todos os trajetos são realizados por trilhas que podem ser percorridas a pé ou de bicicleta. No entanto, um serviço curioso é disponibilizado aos visitantes. Trata-se dos chamados carrinheiros, cuja função é facilitar o deslocamento de bagagens e cargas, de modo organizado, especialmente, durante o verão, temporada de maior fluxo turístico na Ilha.

As trilhas (FIGURA 40) são consideradas as 'ruas' da Ilha e também podem ser aproveitadas pelos turistas como locais de apreciação da natureza e, até como meios de educação ambiental, caso houvesse uma sinalização com esse fim.

FIGURA 40 - TRILHAS



FONTE: A autora, 2017.

A sinalização (FIGURA 41) está bastante desgastada, alguns caminhos secundários ou paralelos também foram abertos com o passar do tempo, causando certa confusão quanto ao direcionamento dos atrativos. A manutenção das trilhas está precária e demonstra uma área de pisoteamento larga, o que pode comprometer sua contenção. Entre elas, cita-se o caminho da Figueira, em mata fechada, entre a Fortaleza e Brasília, passando pela Estação Ecológica, a qual,

segundo seus objetivos, não poderia permitir o acesso de visitantes, mas somente de pesquisadores, previamente autorizados. Outra trilha é o caminho do Belo que liga a região do Farol, próximo ao Saco do Limoeir, até a Praia Grande, passando pelo Morro do Meio e pela reserva natural, pertencente ao parque estadual, nesse caso, viável a seus objetivos.

FIGURA 41 - SINALIZAÇÃO



FONTE: A autora, 2017.

A outra trilha de destaque cênico é a que liga a região de Brasília à Encantadas, com percurso estimado em aproximadamente, 3 horas, entre morros e praias, vislumbrando uma paisagem ímpar. Deve-se ficar atento à sinalização e levar

repelentes, água e demais equipamentos necessários, pois não há, no caminho, postos de atendimento aos turistas. Uma das trilhas mais agradáveis é a da praia, entre o Morro do Farol e a Fortaleza, pois é possível fazer todo o trecho em cerca de quarenta minutos à beira mar, passando pela praia do Istmo. As recomendações são as mesmas que para as demais. Observou-se que não há oferta constante de guias locais para acompanhar a visita a pé, na Ilha, mas há uma diversidade de oferta de roteiros marítimos.

Ainda, em termos de visita, a oscilação no fluxo turístico caracteriza a sazonalidade inerente ao Turismo, especialmente, ao período de férias da maioria dos agentes econômicos urbanos, que procuram a Ilha como refúgio e local de descanso. Embora os entrevistados revelassem que há um movimento constante durante todo o ano, ele culmina no verão e no feriado de carnaval. Essa realidade demonstra a turistificação do território, cuja estrutura é preparada para atender à demanda nos períodos de maior visita e, ao mesmo tempo, requer das autoridades mantenedoras do local, maior fiscalização, haja vista, a capacidade de carga estabelecida.

Assim como a maior parte das Ilhas, a imagem do território remete a um lugar isolado e ainda 'selvagem' e que apresenta seu visitante com inúmeros atrativos naturais e culturais, cenário marcante no caso da Ilha do Mel. As condições naturais da Ilha permitem a execução de vários tipos de Turismo como o EcoTurismo, Turismo de Aventura, Turismo Náutico, entre outros. Por isso, o perfil do turista também é bastante diversificado, alternado entre jovens, aventureiros e famílias.

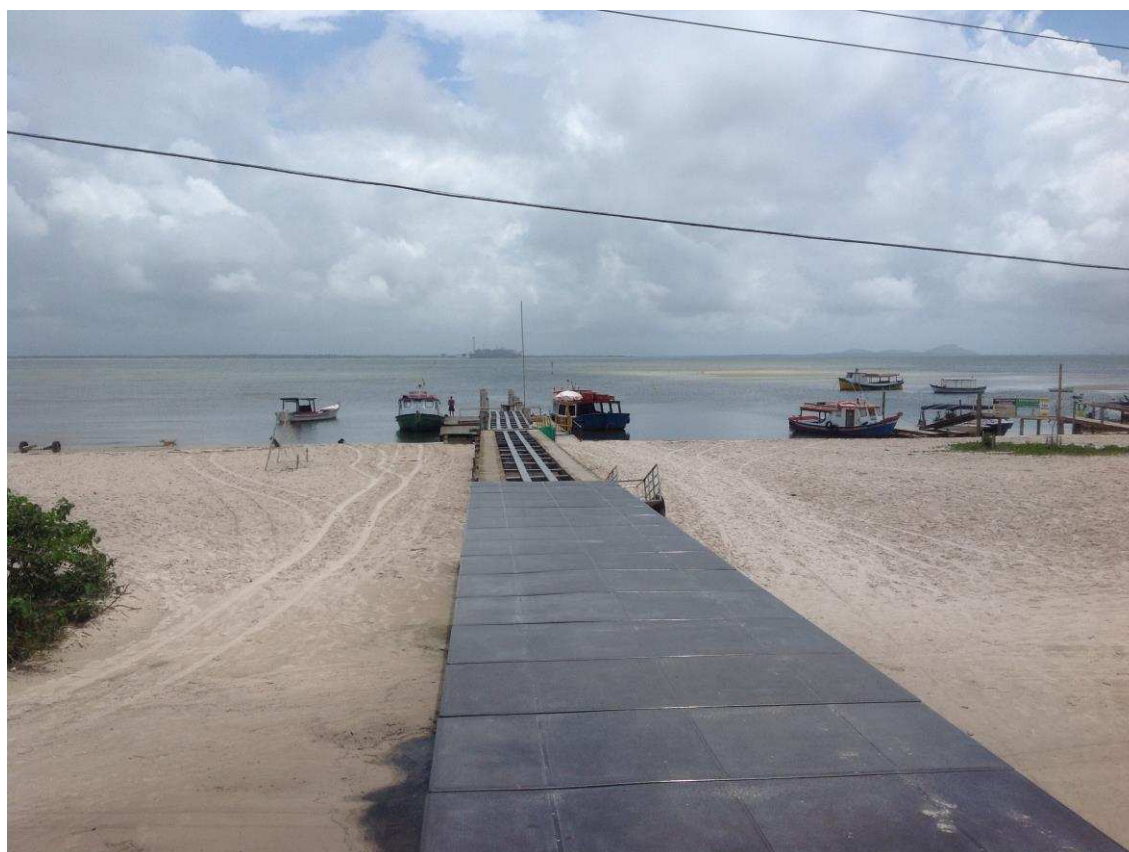
Como os núcleos urbanos estão divididos na Ilha, há um fracionamento na concentração de turistas, em cujas vilas encontram-se equipamentos e serviços turísticos diversos como, pousadas, *campings*, bares e restaurantes, além da oferta de roteiros, especialmente, de aventura e náuticos.

Embora haja uma procura maior na alta de temporada, não parece pertinente utilizar o termo Turismo de massa para identificar a demanda da época, visto que há a capacidade de carga para inibir excessos e impactos, além das condições de absorção, tanto do ambiente natural, quanto antrópico, apesar das falhas identificadas no sistema. Pode-se então, classificar como Turismo Ecológico, que não necessariamente, remete a um visitante consciente da sua presença em local

de fragilidade ambiental, mas que tem interesse em atrativos, cujos recursos naturais estejam bem conservados.

Entre os locais mais visitados na Ilha, destaca-se a Vila de Encantadas, devido às suas características paisagísticas naturais e culturais, além da oferta de equipamentos e serviços turísticos necessários à demanda, implantados em movimento característico de turistificação do território. Outro núcleo urbano de relevância é a comunidade Nova Brasília (FIGURA 42), com estabelecimentos comerciais e de serviços turísticos, além de Posto de Saúde e um posto da Guarda Florestal.

FIGURA 42 -TRAPICHE NOVA BRASILIA



FONTE: A autora, 2016.

Segundo um levantamento de 2015, Nova Brasília possui setenta e oito pousadas, um hotel, um *resort*, vinte e três *campings*, associados à Associação do Comércio e Turismo da Ilha do Mel (ACTURIM) e à Cooperativa dos *Campings* da Ilha do Mel (COCAMEL). Lá também estão cerca de quatorze restaurantes, dois bares restaurantes e três casas de sucos, além de barraquinhas informais.

Enquanto Nova Brasília situa-se na porção Norte da Ilha, outra comunidade de destaque é a Vila do Farol, situada um pouco mais ao Sul. Essa comunidade é composta, basicamente, pela população categorizada como os forâneos e apresenta uma oferta turística diversificada com pousadas, bares e restaurantes e se localiza no Centro Administrativo da Ilha, gerido pelo IAP.

Nessa localidade também existe um centro de informações turísticas, uma praça de alimentação, um posto do Batalhão da Polícia Florestal e escritórios da Companhia de Energia Elétrica do Paraná (COPEL) e da Companhia de Água e Esgoto de Paranaguá (CAGEPAR). As vilas Fortaleza Norte e Fortaleza Sul servem de áreas de apoio aos visitantes, compostas por algumas pousadas e inúmeras residências de veraneio.

Portanto, a distribuição dos núcleos urbanos da Ilha se deve, particularmente, ao desenvolvimento turístico e conseqüentemente, à necessidade de atender às demandas da infraestrutura de apoio ao turista e à diversificação da oferta de meios de hospedagem e de serviços de alimentação.

4.2.11 Categoria de Observação B: Urbanização

A Ilha do Mel, embora pertença ao município de Paranaguá, está sob a gestão do governo estadual, desde 1982, pela concessão de uso sob forma de Aforamento - Portaria nº160, de 15 de abril de 1982 - regimentados no Decreto nº. 4.964/85, que designa o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para outorgar concessões de uso e executar sua gestão.

Como a Ilha está dividida em duas Unidades de Conservação distintas: a Estação Ecológica da Ilha do Mel (EEIM) e o Parque Estadual da Ilha do Mel (PEIM), apenas cerca de 15% de seu território está disponível para ocupação humana. Essa porção está fracionada em quatro setores, os quais são reconhecidos pelo órgão gestor, a saber: Fortaleza, Brasília, Farol e Encantadas. Já a Ponta Oeste e a Praia Grande são áreas ocupadas, sem a anuência do IAP.

De acordo com o IBGE (2010), existem 780 domicílios, divididos nos quatro setores, concentrando boa parte deles em Encantadas e na Praia Grande e os demais, distribuídos entre as comunidades de Nova Brasília, Farol, Fortaleza e Ponta Oeste. O fracionamento, em parte, se deve às singularidades ambientais de cada área, como a dinâmica do ecossistema costeiro, a influência das marés e, em

parte, pelo processo antrópico histórico que busca preservar as características das populações tradicionais e o senso de pertencimento típico da identidade territorial, considerando-se ainda, questões políticas e econômicas. Os documentos oficiais e diferentes estudos e pesquisas sobre a Ilha apontam para o Turismo, como principal vetor de urbanização, que interfere diretamente, na configuração do uso do solo.

No entanto, todos os núcleos urbanos citados localizam-se em zonas de amortecimento das Unidades de Conservação, estando condicionados aos termos existentes na Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000). Justamente, devido a essa legislação, a Comunidade da Ponta Oeste foi desincentivada e, ainda hoje, passa por um processo de mobilidade dentro da Ilha, pois se situa nas imediações da Estação Ecológica, a qual não permite nenhum uso ou ocupação humana.

Com relação à área do Parque Estadual que corta a Ilha longitudinalmente, é considerado como seu entorno, a Vila de Encantadas, ao Sul, e ao Norte, Nova Brasília. Esses dois são núcleos urbanos representativos da localidade e convivem proximamente, com áreas de morros, planícies vegetadas, praias e aflorações rochosas. Percebe-se que há um risco de avanço sobre a área de preservação que permite o uso turístico, porém, dentro de limitações e restrições compatíveis com a manutenção do ecossistema, exigindo uma fiscalização eficiente sobre o território.

Sobre o padrão construtivo das edificações, visualizadas na Ilha, corroborado pelo relatório diagnóstico, realizado em 2011, “é possível observar que vários lotes foram subdivididos e não há padrão construtivo, utilizando-se de vários tipos de materiais, como madeira e alvenaria em dimensões e alturas diferenciadas”.

Há um contraste evidente entre construções de alto padrão, visivelmente oriundas de investidores externos, como pousadas e restaurantes e de veranistas - residências temporárias ou segunda residência - com a maioria das construções dos nativos as quais têm características mais simples. Algumas apresentam irregularidades evidentes, como edificações mistas, a utilização de materiais degradados ou em estado precário, demonstrando uma clara lacuna social. Ainda sobre as moradias e construções, de maneira geral, percebe-se, em alguns casos, a ausência de um alinhamento padronizado, avançando sobre a linha da praia e com estilos distantes da realidade, gerando um estranhamento na paisagem natural da

Ilha. A precariedade também pode ser notada em prédios públicos de um modo geral, expondo a fragilidade desses locais, muitas vezes, preteridos a ações de preservação ambiental.

Com relação aos demais serviços de infraestrutura urbana, a Ilha possui meios de comunicação eficientes, com duas antenas de telecomunicação que disponibilizam sinais de telefonia móvel e fixa, bem como, sinais de internet de boa qualidade.

Já o esgoto não possui rede de tratamento compatível com o propósito ambiental e social, pois ainda é o utilizado o método de fossas sépticas, as quais quando sobrecarregadas, em função do fluxo turístico na alta temporada, pode causar danos à saúde e ao meio ambiente, com um possível transbordamento. Porém, um entrevistado do Grupo 3, afirmou que essa situação não existe mais na Ilha. Há, também, relatos de algumas iniciativas de empreendedores locais que realizam o tratamento biológico do esgoto, por meio do uso de bactérias específicas para tal, e a decantação.

Sobre o sistema de saúde, não há hospitais na Ilha, que é servida por duas Unidades de Saúde, localizadas na vila de Encantadas e na Vila do Farol, oferecendo serviço médico permanente. No quesito educação, há duas escolas que disponibilizam aos moradores, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, atendendo às demandas da sociedade local.

Um dos grandes problemas das zonas costeiras, especialmente no período de alta estação, é a coleta de lixo. Na Ilha não poderia ser diferente, já que desde meados de 1980, todo o lixo, orgânico e inorgânico, produzido era enterrado. Situação que, em ambientes insulares, com o passar do tempo, torna-se insustentável. Atualmente, por iniciativa local, mediada pela Associação de Moradores e a Prefeitura de Paranaguá, foi firmado um convênio para a coleta de resíduos, tanto orgânicos quanto inorgânicos. Segundo os funcionários responsáveis pela coleta, na alta temporada são recolhidas de cinco a sete toneladas de lixo, enviadas dia sim dia não, ao Continente, as quais ficam armazenadas num “depósito” (FIGURA 43), caso de muita reclamação dos moradores e turistas. Houve uma campanha para realizar a coleta seletiva, porém, atualmente, nem sempre é efetiva, mas resíduos são recolhidos e despachados para Paranaguá e vendidos a uma Usina de Reciclagem. Quanto ao lixo orgânico, ainda existem situações em que

o lixo é enterrado no quintal das casas, segundo o IAP (2014), e em outras situações, há iniciativas individuais para a compostagem e sua utilização em hortas domiciliares e de subsistência.

FIGURA 43 - DEPÓSITO DE LIXO DA ILHA DO MEL



FONTE: A autora, 2016.

Um outro problema da Ilha é o abastecimento de água potável, cuja coleta se efetiva por dois mananciais, localizados no Morro Bento Alves, mas que se mostram insuficientes para a demanda, especialmente, quando há o fluxo turístico de verão, e por isso, também utiliza bombas para captação do lençol freático, além de duas Estações de Tratamento de Água. Todo esse sistema é mantido pela Companhia de Água e Esgoto de Paranaguá. Já o fornecimento de energia elétrica é realizado pela Companhia de Energia Elétrica do Paraná, por meio de cabos subaquáticos ligados ao Continente.

Diante do observado, identifica-se a interferência do Turismo no processo de aculturação e turistificação, no entanto, as modificações na paisagem natural não são tão visíveis e a atividade turística compromete as relações de espaço-poder quanto à territorialização da Ilha do Mel.

4.2.12 Resultados da Pesquisa de Campo Qualitativa: Turismo e Urbanização

A pesquisa *in loco* ocorreu durante três visitas, entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017, para confrontar os documentos oficiais que descrevem a estruturação da Ilha e seu entorno, com a realidade vivenciada.

Para tanto, realizaram-se relatórios e diários das visitas e entrevistas com moradores, escolhidos aleatoriamente, entre agentes da marinha mercante, barqueiros, garçons, funcionários de pousadas, funcionários públicos, pequenos comerciantes, membros do poder público e representantes do Conselho Gestor. Também, foram entrevistados turistas e pesquisadores, complementando as informações e trocando experiências.

A partir das questões norteadoras, didaticamente perguntadas, levantaram-se variáveis, relativas ao ordenamento urbano da Ilha e suas implicações na infraestrutura básica e na densidade demográfica; gestão do Plano de Manejo e análise dos aspectos de sustentabilidade, seguindo seus pilares: ambientais, sociais, econômicos, políticos e culturais.

Para tanto, consideraram-se categorias analíticas para administrar a proposição de análise, conforme descrito na metodologia da pesquisa e que respondessem ao caráter multidimensional de construção do território e suas implicações na urbanização, influenciadas pelo Turismo.

Com relação à questão ambiental, percebeu-se a preocupação com a conservação do meio ambiente, reconhecidamente por todos, como a principal motivação da visita turística que, por sua vez, é a principal fonte de renda na Ilha. No entanto, os moradores se ressentem das restrições impostas à liberdade de atividades tradicionais e cotidianas, como a pesca e a agricultura.

No aspecto sociocultural, há um interesse comum quanto à necessidade de melhorar a infraestrutura da Ilha e a promoção do Turismo, como alternativa de desenvolvimento socioeconômico. Contudo, a comunidade parece dividida em relação à forma de promover essas melhorias, indicando controvérsias entre as

lideranças, o que dificulta uma gestão participativa. Também, se constatou a ausência da padronização dos serviços ofertados, a baixa qualidade de mão-de-obra local e a necessidade premente de programas de capacitação. Entretanto, também nesses aspectos não há consenso na comunidade.

Culturalmente, o patrimônio material exige restauro e uma manutenção regular, situação percebida nos atrativos culturais da Ilha, como exemplificado na Figura 42, sobre a porta do Farol das Conchas, na mesma proporção que o patrimônio natural exige. Porém, a percepção que se tem é que há uma tendência aos cuidados com os recursos naturais. As manifestações culturais tradicionais são pouco perceptíveis, uma vez que se evidencia a influência de diversos grupos sociais, tanto os que compõem a população dos de fora, quanto pela visitação turística. Entretanto, um elemento cultural marcante é a hospitalidade do povo local, muito solícito e ansioso para expor as belezas da Ilha.

FIGURA 44 - PORTA DO FAROL DAS CONCHAS



FONTE: A autora, 2017.

Quanto ao quesito econômico, o Turismo, como relatado em situações anteriores, é responsável pelas principais atividades econômicas, geradas por meio de serviços diretos e indiretos, formais e informais e que oportunizam emprego para os trabalhadores locais. Os investimentos em estruturas turísticas são, em boa parte, externos e por isso, muitas vezes, as melhores colocações são também destinadas à mão de obra importada, provocando certa insatisfação da comunidade. Por outro lado, houve o relato de que moradores locais venderam suas propriedades a pessoas de fora, aumentando a exploração turística que, nem sempre, é revertida em prol da comunidade.

A característica política local indica um modelo de gestão participativa, uma vez que o Conselho Gestor oferece lugar às associações e representantes da população para discussões sobre as ações e projetos de interesse comum. Entretanto, diferentes depoimentos demonstram que as reuniões que ocorrem, são pouco efetivas ou não alcançam as expectativas da comunidade.

Como a gestão está sob a égide do IAP, percebe-se que há uma centralização do poder de decisão, mas por outro lado, contraditoriamente, há o reconhecimento de que o órgão procura fazer o que está ao alcance das suas possibilidades. O Plano de Manejo está disponível no escritório do Órgão para consulta local, contudo, a população desconhece o documento em sua íntegra. Nesse sentido, não foi possível visualizar uma governança local que compartilhasse os anseios e buscasse consenso na perspectiva de gestão territorial.

A percepção da atividade turística, em território insulares protegidos, como uma estratégia de inovação social, aparentemente, ocorre somente nos conceitos teóricos, uma vez que os interesses econômicos são evidenciados, privilegiando os detentores de capital, concentrando a renda, sem distribuir os benefícios a todos os agentes econômicos. Essa situação se sobrepõe às prerrogativas de uma ocupação urbana de baixo impacto, embora seja prevista nos preceitos legais das Unidades de Conservação ali existentes.

Várias são as implicações da turistificação nesse território insular, especialmente, pelas controvérsias geradas pela dependência econômica da atividade turística e pelas facilidades de acesso a lotes na Ilha, ocasionando a especulação imobiliária, mesmo que com restrições de construção. Diante do exposto, evidencia-se a importância de se considerar as dimensões da

sustentabilidade na mediação do processo de ocupação urbana, especialmente nesse tipo de território. Pois, os planos de manejo, ora em execução, demonstram que a dimensão ambiental se sobressai sobre as demais porque tratam da conservação de recursos naturais. No entanto, diante de uma sociedade capitalista que está buscando alternativas econômicas diferenciadas, como a economia solidária, economia verde e economia criativa, é preciso alinhar outras vertentes para a construção do território, as quais considerem o tecido social e a valorização da identidade cultural como valor agregado ao âmbito natural. Isso deve ser traduzido em documentos de gestão, claros e compartilhados, com todos os atores sociais envolvidos.

Assim, uma das boas práticas visualizadas na Ilha do Mel é a composição do Conselho Gestor, cuja iniciativa constitui-se em um importante passo para o planejamento participativo e para o comprometimento de todos, no processo de conservação ambiental e, ao mesmo tempo, de ordenamento territorial de forma sustentável. Outro elemento de destaque é a limitação da capacidade de absorção da Ilha, cujo mecanismo tinha se demonstrado relativamente eficaz, tanto para o controle de acesso, quanto para a formação de um banco de dados sobre o perfil dos visitantes.

Em todos os relatos coletados, constatou-se que a territorialização da Ilha do Mel, desde a criação das Ucs, sofreu mudanças significativas quanto à ocupação humana, a distribuição dos moradores nas vilas, a influência dos visitantes e veranistas e a implantação de equipamentos urbanos e turísticos, tendo em vista as relações de espaço-poder institucionalizadas, cujas decisões estão direcionadas ao órgão gestor IAP, de maneira centralizadora e decisória. Tal fato indica que embora haja o Conselho Gestor, a maior parte da comunidade não se vê representada e de certa forma, fica à margem das decisões, sentindo-se incompreendida e tolhida em seus anseios.

Moradores, turistas, veranistas e gestores reconhecem que os recursos naturais e culturais são capazes de gerar desenvolvimento social e econômico na Ilha, sendo perceptível o orgulho e a valorização do território em que vivem, no entanto, discordam sobre a forma de turistificação do local, que tem causado desigualdades sociais, problemas relacionados à segurança pública, saneamento básico e discussões acaloradas sobre as restrições de uso da Ilha.

Portanto, a turistificação territorial implica no aumento da urbanização nessa área insular protegida, fruto das necessidades decorrentes do aumento do fluxo turístico e da ausência de mecanismos eficazes de controle e fiscalização no uso da terra.

4.3 FERNANDO DE NORONHA (PE) E ILHA DO MEL (PR): CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO MULTIDIMENSIONAL DO TERRITÓRIO

A sistematização dos aprendizados, descritos na abordagem realizada nos casos emblemáticos investigados em Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco e na Ilha do Mel, no Estado do Paraná, permitiu uma reflexão sobre aspectos convergentes e divergentes na compreensão da territorialidade, no âmbito da produção urbana e suas relações com o Turismo, a sustentabilidade e a inovação social.

Nesse contexto, como o objeto de estudo prevê, buscou-se compreender como se organiza a ocupação humana em Unidades de Conservação, as quais apresentam restrições a seus moradores, embora, muitas vezes, residam na região há gerações, fato que Diegues (1988) questiona como um dos grandes gargalos na gestão desses territórios. Até porque a concentração humana ocorre de modo institucionalizado em áreas delimitadas tecnicamente, no Zoneamento das Unidades, levando muitas comunidades a se deslocar de suas áreas de origem, como acontece na Ilha do Mel, provocando a mobilidade das áreas de ocupação urbana.

Os locais determinados são nominados historicamente, pela população e pelos vestígios culturais que criam uma identidade autóctone, embora fossem criadas de maneira técnica, categorizadas como “vilas”, como a Vila de Encantandas na Ilha do Mel, e a Vila dos Remédios, em Fernando de Noronha, cada qual com suas características, mas conservando em comum, a concentração de infraestrutura urbana e populacional. As vilas ainda comportam outras vilas, interligadas como em Fernando de Noronha, entre a Vila da Floresta Nova e a vila da Floresta Velha. No entanto, não há uma distância significativa entre elas, nem tampouco limites geográficos que as evidenciem. Já na Ilha do Mel, as vilas são distantes umas das outras e são delimitadas por aspectos geográficos relevantes, como morros e o istmo o que dispersa a concentração humana, inclusive a população flutuante.

Apesar dos territórios se organizarem de modo distinto em termos de urbanização, muitos teóricos, especialmente relacionados ao Turismo Sustentável, como Ruschmann e Swarbrooke (1997), por exemplo, indicam como uma das soluções para a conservação ambiental e o equilíbrio com o uso turístico, a dispersão dos turistas ao longo da área de preservação para não causar pressão ecológica. Entretanto, os territórios observados não confirmam essa prerrogativa, pois é na organização na visitação e no controle de acesso às Ilhas, que se destaca a capacidade de absorção, tanto em termos ambientais, quanto urbanos.

Outro fator que merece reflexão na construção desse tipo de território refere-se ao vínculo institucional das vilas, pois enquanto a Ilha do Mel está na jurisdição de um município, Paranaguá, Fernando de Noronha está ligada diretamente, a um Estado da Federação, Pernambuco. Em ambos os casos, a população se ressentida de não receber do poder público, todos os benefícios necessários para a estruturação urbana das Ilhas, uma vez que todo o tipo de arrecadação segue o caminho do caixa único, um, vai para um Município e o outro, para um Estado e benfeitorias não voltam na mesma proporção.

Por isso, entende-se que em ambas as situações, é preciso incluir a discussão do direito à moradia digna e aos serviços sustentáveis; à gestão democrática do território; à integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais e a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização. Como Ribeiro (2011) alerta sobre os diferentes contextos de urbanização, não é porque as vilas se caracterizam como áreas urbanas isoladas, que seus cidadãos são excluídos do processo de repensar o local onde vivem e trabalham, ao contrário, devem pensar com os gestores, a organização de espaços urbanos humanizados, integrados ao meio natural, respeitando a identidade e a diversidade cultural. Diante dessas ponderações, e baseados no relatório da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná (2003, p. 76), os eixos para o desenvolvimento urbano devem atender à inclusão social, à geração de empregos e ao desenvolvimento vocacional e sustentável.

Essas prerrogativas, embora sejam direcionadas para o contexto de um município, compete adotá-las para as áreas urbanas isoladas também, como as vilas existentes nos territórios insulares protegidos, guardadas as devidas proporções e limitações da legislação ambiental a que são submetidas. Embora a

elaboração da organização do ordenamento territorial preveja a obrigatoriedade somente para municípios e, com mais de 20.000 habitantes, poderia se pensar em uma forma de padronização urbana, fundamentada no escopo de um Plano Diretor também para esses territórios, até pela fragilidade ambiental que apresentam. Entende-se que, na devida proporção, deveria se ponderar a respeito dos cenários e tendências - demográficas, econômicas, sociais e condicionantes ambientais -, para dez anos; o contexto institucional de planejamento; o acesso da comunidade e equipamentos e serviços urbanos e o risco ambiental, como preconiza o Estatuto das Cidades, por exemplo.

Ainda, quanto ao planejamento municipal, há a percepção de que aspectos abordados em ambientes urbanizados devam ser observados nos núcleos urbanos menos densos, como os existentes na Ilha do Mel e em Fernando de Noronha, justamente, pela possibilidade de precaução de um crescimento desordenado, como um outro fator, a exemplo da questão da mensuração da sustentabilidade de um município. Entre os mecanismos de ordenamento territorial, já existentes, citam-se os que diretamente se relacionam aos casos estudados, como a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), entre outros levantados na pesquisa documental, nas páginas eletrônicas das instituições elencadas, os quais mencionam recomendações e diretrizes para organizar a ocupação e usar os distintos espaços.

O que se percebeu é que, apesar de haver vários planos, fundos, programas, tais instrumentos não apresentam integração e não possuem uma contribuição efetiva para o planejamento urbano dessas localidades. Nessa situação, a densidade demográfica, embora baixa, causa impactos, especialmente, quando lota com a visitação turística sazonal, por isso, precisa ser ponderado, tanto no sentido preventivo, quanto na limitação de seu uso e organização territorial.

O planejamento urbano, nos territórios insulares protegidos, como na Ilha do Mel e em Fernando de Noronha deve ocorrer, porém, em diferentes escalas para regulação do uso do solo do ponto de vista social, com o objetivo de atender às necessidades das populações ali existentes, já que o Sistema Nacional de Unidades

de Conservação prioriza a questão ambiental. Entretanto, ao mesmo tempo em que se faz necessário urbanizá-los, proporcionando uma estrutura qualitativa para os residentes de territórios insulares protegidos, o seu excesso, nas demais configurações de ocupação humana causa, em contrapartida, certo estresse, quanto ao urbano, ou seja, esses locais não podem perder suas características originais.

O paradoxo se trava, justamente, quanto à intensidade da urbanização, porque os visitantes - turistas e excursionistas - das Ilhas, de tempos em tempos, refugiam-se nessas localidades, principalmente, pelas características naturais ou rurais prementes que se diferenciam do ambiente citadino, embora estejam acostumados aos “confortos” urbanos. Essa questão leva à reflexão quanto a diferentes formas de planejamento e gestão do ordenamento territorial e a escala de urbanização que cada local suporta ou que deve deter, levando em consideração suas potencialidades e necessidades sociais, além dos aspectos ambientais.

Portanto, as vilas de Fernando de Noronha e da Ilha do Mel, enquanto áreas urbanas isoladas, precisam planejar seu futuro, incorporando todos os setores sociais, econômicos e políticos que as compõem estabelecendo uma governança institucional efetiva (DALLABRIDA, 2005), para construir um compromisso entre cidadãos e governos na direção de um projeto que inclua a todos. Independentemente da obrigatoriedade da elaboração de um Plano Diretor, todo ambiente que contemple a aglomeração humana teria que planejar sua expansão ou restrição de uso de modo sustentável, pois a informação sobre o cenário atual e futuro é de fundamental importância para a tomada de decisões e assim, promover um processo de inovação social (BOUCHARD, 2011).

Nos casos estudados, as informações de governança estão disponíveis nos portais oficiais de maneira clara, mas que não são visíveis no cotidiano das Ilhas, como em Fernando de Noronha, que tem uma estrutura robusta e organizada em um organograma detalhado de funções, mas de difícil acesso pessoal. Já a Ilha do Mel não tem informações tão claras nos portais oficiais, mas a acessibilidade aos seus gestores e técnicos é mais receptiva. Apesar de cenários distintos, ambos apresentam contradições na percepção da governança pelos seus moradores, especialmente, nos recursos destinados às benfeitorias para a qualidade de vida da população local, na prestação de contas e nas projeções para o futuro.

Essa situação é recorrente e Zhouri (2008) ressalta a necessidade de alinhamento entre a sociedade civil e a questão da sustentabilidade, mas poucos municípios têm um sistema de informações para urbanização sustentável e, quase nenhum, produz indicadores de acompanhamento da gestão e poucos trabalham com informação gerencial que lhes permita tomar decisões, quiçá as vilas, que se formaram em territórios insulares protegidos, por meio da aglomeração de populações tradicionais, com organizações comunitárias, realmente, participativas. Diante do exposto, entende-se que tais aspectos e preocupações sobre a ocupação urbana não devem ser restritas ao domínio das cidades ou municípios que atendem aos dispositivos legais impostos, e sim, deve ser expandida inclusive, para núcleos urbanos, cuja organização ou desorganização refletirá diretamente em impactos, especialmente, de ordem ambiental.

De acordo com Pecqueur (2000), o ordenamento territorial deve contemporizar diretrizes que articulem arranjos formais para estruturação urbana das localidades, associadas aos processos econômicos, sociais, ambientais e políticos daquele território, independente de sua amplitude, mas sim, dependente de suas particularidades, como o caso dos núcleos urbanos em ambientes diversos para além das cidades, como aqueles das Unidades de Conservação.

As Ilhas do Mel e de Fernando de Noronha fazem parte de uma estratégia, em nível mundial, para combater o avanço desenfreado do uso dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, para promover uma sensibilização coletiva quanto à questão ambiental que foi a institucionalização em Unidades de Conservação por se distinguirem em relação às características ecológicas ou paisagísticas relevantes, aos representativos ecossistemas, à existência de espécies de fauna e flora endêmicas, além de significativa beleza cênica. Por isso, uma governança institucional, alinhada e coerente, é uma condição valorosa na busca por esse equilíbrio necessário e alicerçado pelos preceitos sustentáveis (VECCHIATTI, 2004).

Um facilitador pode ser a utilização da ferramenta disponível nas Diretrizes Metodológicas do Ministério do Meio Ambiente, que permite a realização do diagnóstico do território protegido, citado no capítulo referente às Unidades de Conservação. Esse diagnóstico perpassa, entre outras fases, pela análise do meio físico biótico, pela dinâmica socioeconômica e pela organização jurídica institucional, o que constitui a base de informação para tomada de decisão quanto a estratégias

de ação e intervenção nesses espaços. No entanto, percebeu-se que não há a sistemática aplicação desse instrumento, especialmente, no que tange à ampliação ou à necessidade urbana do território, comprometendo a efetiva participação de sua população.

Entende-se que o êxito do uso sustentável desses territórios é prerrogativa de uma visão participativa e alinhada em um processo de governança bem estruturado, porque, de certa forma, tanto em Fernando de Noronha, quanto na Ilha do Mel, é palpável o reconhecimento dos autóctones quanto à riqueza ecológica que dispõe, conforme Acselrad (1999) afirma no quesito referente ao sentimento de pertença da comunidade. Porém, no caso da Ilha do Mel há divergências no entendimento da apropriação do território, tanto que a população se classifica como os “nativos” e “os de fora”. Esse fato nem sempre significa que o nascido ou descendente de nativo, seja mais consciente das suas responsabilidades sociais do que aquele que é de fora. Ao contrário, a impressão que se tem é que, aquele que vivenciou outras realidades, valoriza ainda mais, o território protegido.

No contexto legal, Kinker (2002) lembra que a criação das Unidades de Conservação para proteção dos territórios insulares foram instituídas, especialmente, ao considerar a singularidade dos recursos naturais, presentes nos ambientes, com interferência marinha e de beleza cênica, sempre marcante. No aspecto social, entende-se que os objetivos e os domínios são bem definidos até para nivelar o grau de influência da população local para que compreendam que as dificuldades para sua manutenção são comuns e, muitas demandas urbanas, também o são.

Sachs (2008) argumenta a respeito do engajamento das comunidades tradicionais, como de pescadores artesanais, ou a busca por formas de desenvolvimento alternativas, próximas de cada realidade e que expressem essa concepção em relação ao território-lugar, já que a delimitação de uma área de proteção integral, não intimida a construção do sentimento de pertença e da identidade local. Portanto, a inclusão de grupos sociais no processo decisório quanto às demandas conservacionistas, deve contemplar os anseios da população autóctone, especialmente, no que tange às condições econômicas que lhes são pertinentes.

Outro fator a se considerar é que Unidades de Conservação de Proteção Integral, em territórios insulares no Brasil, se classificam como Parques Nacionais ou Estaduais, compartilhados por outras tipologias legais de preservação, como as APAs - Áreas de Proteção Ambiental -, como em Fernando de Noronha e as Estações Ecológicas, como ocorre na Ilha do Mel. Desse modo, há um fracionamento do território em função dos atributos ambientais, sua fragilidade e as ameaças de exploração. Embora, institucionalmente haja essa fração, na prática, observa-se que Fernando de Noronha desenvolveu o espaço urbano de maneira muito próxima das características citadinas do que a Ilha do Mel que, contraditoriamente, tem menos controle de acesso e poderia sofrer maior influência externa, mas que mantém suas características originais.

Um fator crítico fomentado por diversos autores aborda as controvérsias, advindas do modelo de Unidades de Conservação brasileiro, fundamentado na experiência norte-americana. Esta, porém, foi implantada com sucesso em parques continentais e na medida em que houve a sua regulamentação no território nacional, em princípio, não se atentou para as peculiaridades da dinâmica insular, padronizando-a em sete categorias de manejo. Essa situação desperta a atenção sobre a necessidade de se buscar formas específicas de manejo de territórios insulares e que atendam, de maneira efetiva, às distinções próprias dessas realidades.

Então, apesar de haver uma generalização da Legislação quanto à criação de parques, por outro lado, há a elaboração de um documento específico para cada Unidade de Conservação, capaz de administrar a individualidade dos territórios. Contudo, a gestão das Unidades de Conservação se depara, especialmente, com conflitos de interesses diversos, inerentes a um processo democrático e participativo e que se destaca no âmbito das discussões fundiárias. As Ilhas estudadas se diferenciam no tratamento dessa questão, pois em Fernando de Noronha, há a concessão das construções e se considera a hereditariedade da população local, já na Ilha do Mel, os terrenos são doados para a população nativa que pode comercializá-los, sem haver um controle efetivo nas transações imobiliárias, fato relatado por membros da Força Verde.

A compreensão dessas distinções também explica a quantidade de estabelecimentos de hospedagem e gastronômicos, disponíveis em ambas as Ilhas,

conduzindo a mais uma possibilidade de construção do território, a que acontece a partir de relações esporádicas e sazonais, mas que impactam de modo permanente, na construção da territorialidade. Esse movimento se relaciona à produção de um território turistificado, ou seja, que se reinventa pelas pressões da visitação turística e, não somente, para contemplar apelos naturais e sociais.

Na Ilha do Mel é premente a existência de pousadas e restaurantes, criados para atender à demanda de turistas e excursionistas, já em Fernando de Noronha, a maior parte dos estabelecimentos de hospedagem foram instalados na residência dos nativos, em um sistema de hospedarias domiciliares. Mais recentemente, houve expansão do número de pousadas com características comerciais, provavelmente, devido ao perfil do turista que visita a Ilha, uma vez que esse destino exige um padrão aquisitivo elevado para arcar com o preço das taxas de preservação, além dos valores necessários para o consumo turístico básico, como a hospedagem, a alimentação e os passeios.

As divergências entre o conservacionismo, a urbanização e a turistificação se coaduna ao que Viveret (2006) discute, ao argumentar que uma praia limpa não desperta o interesse político porque, de certo modo, não tem valor econômico ao passo que, os locais que possuem visitação e exigem demandas urbanas, requerem a contratação de diversos serviços básicos e de exploração, fomentando a economia local e gerando a arrecadação de tributos, em um círculo vicioso de interesses políticos e econômicos.

Nesse sentido, um sistema de governança eficiente gera a concretude de um território que, para além dos aspectos locais, também considera as externalidades a que esse território está submetido, em um real processo de inovação social. Portanto, a organização territorial de um espaço envolve o planejamento de ações estratégicas que contemplem as demandas dos *stakeholders*¹ como a população interessada, na mesma proporção das condições demandadas pela gestão pública. No caso de territórios insulares protegidos, ainda se devem incluir nessa probabilidade, as necessidades dos turistas que desfrutam da estrutura do espaço visitado e ao mesmo tempo, garantem a sua manutenção econômica.

¹ Partes interessadas.

Talvez esse seja o elemento chave nas perspectivas de desenvolvimento de territórios insulares protegidos, uma vez que a institucionalização demanda restrições rigorosas de uso do solo, mas, ao mesmo tempo, precisa manter a população local e as condições de conservação ativas, com significativo valor para todos os interessados, ou seja, governo, ambientalistas, autóctones e visitantes.

5 CONCLUSÃO

O território se constrói a partir de múltiplas relações que se articulam entre os binômios homem – natureza, espaço – poder, produção – consumo, conservação – mercadoria, valor de uso – valor de troca, urbanização – turistificação. A concretude dessas relações transforma a realidade e assim, reflete nos resultados das articulações por meio de representações urbanas e identitárias, relacionadas aos interesses sócio-políticos e econômicos. Até esse ponto, é premente a perspectiva de Haesbaert (2006) que, somada à visão de Elkington (2012), na prerrogativa das organizações sustentáveis, inclui o âmbito ecológico.

As considerações pontuadas, no decorrer desse estudo, respondem à problemática relativa à construção multidimensional de territórios insulares protegidos e remetem a um entendimento, menos romântico, da preservação de territórios insulares, como Ilhas de grande apelo turístico, para uma visão pautada na compreensão da necessidade de buscar alternativas de valoração econômica desses locais, sem perder de vista o aspecto da conservação ambiental e principalmente, o bem-estar das populações envolvidas.

Nos casos estudados, Fernando de Noronha e Ilha do Mel, observou-se um desnivelamento dos pilares de sustentabilidade que pendem para a majoração do aspecto ecológico, em detrimento do aspecto social ou cultural, por exemplo. Acredita-se que a equação entre os pilares seja de difícil resolução, mas seria viável, com a concessão de interesses entre os *stakeholders*, ou seja, deve-se considerar a mesma proporção de relevância entre as demandas e as necessidades percebidas.

Assim, o planejamento deve aparecer como um meio de estabelecer estratégias coerentes aos princípios de sustentabilidade, que abarquem todos os aspectos relativos à produção urbana, à implementação do Turismo e a uma governança proativa, reconhecidamente, como um processo de inovação social. Para tanto, se precisa propor estratégias de planejamento participativo para o desenvolvimento turístico sustentável em nível conservacionista, a partir de ações descentralizadas. Em virtude dessa realidade, percebe-se uma transferência de capital de regiões industrializadas para regiões turísticas, cuja riqueza essencial é o capital natural, cultural e/ou etnográfico, características evidenciadas nas Ilhas pesquisadas. Nesse sentido, um fato criticado por diversos autores, é a relação entre a valorização e a valoração desses territórios.

Por valorização, entende-se um sentimento intrínseco de consciência sobre o ambiente visitado, tanto na questão ambiental e ecológica, quanto na social e cultural, em um movimento espontâneo de compreensão e respeito, relativo às condições naturais do território e às limitações de uso impostas. Já a valoração, tem por pressuposto a dialética do patrimônio, enquanto mercadoria e não implica necessariamente, em uma sensibilização, quanto à fragilidade ambiental ou cultural do local visitado, mas meramente, pela troca econômica do direito de visitar uma área de conservação, pelo pagamento desse direito. Essas perspectivas se visualizaram em ambas as Ilhas observadas. Contudo, ao falar educativamente, a valorização traz ganhos significativos, especialmente, para as gerações futuras, além de seu contributo pela manutenção econômica dos territórios visitados e quem sabe, pela vivência e conhecimento pessoal do local, assim, também seja valorizado.

Diante do exposto, devem-se considerar as restrições e privações de áreas de proteção ambiental, como as existentes nos territórios insulares diagnosticados, e a sazonalidade da pesca e a turística, e então, elaborar um prognóstico sócio econômico e turístico para possibilitar o desenvolvimento sustentável, como inovação social que alie o bem estar e a autonomia da população, concilie as restrições legais com a preservação ambiental e promova o protagonismo da comunidade, no processo de organização e de uso do território.

Isso posto, compreende-se que a turistificação de um espaço geográfico ocorre quando a territorialização está vinculada ao valor percebido - valorização e valoração – em que a pressão pela urbanização está mais atrelada ao atendimento das necessidades dos visitantes do que às demandas da população local, como o visualizado em Fernando de Noronha. A dinâmica e a expansão dos territórios aproximou o Continente das comunidades insulares devido à facilidade de acesso, à disponibilidade de tempo livre e até do favorecimento econômico, ao incluir no orçamento familiar, reservas financeiras destinadas ao lazer e às viagens, como na Ilha do Mel que se caracteriza como um território mais democrático no sentido de visitação. Nesse sentido, as comunidades antes isoladas, recebem visitantes, cada vez com maior frequência, trazendo novos padrões sociais, diminuindo as diferenças e interferindo no comportamento local. Porém, um efeito negativo é que à medida em que há essa aproximação, percebe-se a perda da identidade territorial e a

sobreposição de uma cultura sobre a outra. Nesse caso, é preciso, também, promover a autoestima das populações insulares de tal modo que sintam orgulho de suas origens e assim, façam o caminho inverso e passem a influenciar os visitantes em um estilo de vida mais simples, menos urbano, em um retorno à natureza humana.

O imaginário inerente a territórios mais selvagens e distantes da urbanização, em especial, as Ilhas, provoca poucas discussões sobre a preocupação governamental, quanto às transformações na forma de ocupação urbana dessas áreas, fato que pode colocar em risco seus recursos naturais e culturais. Ao contrário, entidades conservacionistas, pesquisadores e alguns movimentos das comunidades tradicionais percebem a necessidade de um olhar mais detalhado sobre as implicações da urbanização nesses territórios, os quais devem garantir a seus cidadãos, qualidade de vida, conforme preconiza a Constituição Brasileira, porém, sem contrapor a legislação ambiental que as limita.

Uma possibilidade de compreensão abrangente do território incide em um olhar de gestão articulada de políticas territoriais que contemplem as especificidades de locais insulares, pois, muitas dessas áreas de proteção, que apresentam um núcleo comunitário, têm características rurais. O que se recomenda é integrar os diferentes documentos, já disponíveis no meio político, para que se tornem ferramentas propositivas para a governança dos territórios insulares protegidos.

Em termos de turistificação e urbanização, inclui-se uma sétima fase ao ciclo de Butler (1980) sobre as fases de desenvolvimento de um destino turístico que indicaria um período de renovação da imagem, com a introdução de um novo produto ou de um novo reordenamento territorial, com vistas à conciliação entre o elemento de valorização e valoração do território. Muitas vezes, buscam-se proteger os mercados consolidados, em vez de diversificar as oportunidades em outros segmentos turísticos, com o investimento em melhorias urbanas, para combater a sazonalidade e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade em todos os seus domínios. Para tal, é preciso rever planos de manejo, com regularidade, e acompanhar as transformações sociais, de modo mais flexível, mas sem perder o intuito de manter as áreas de proteção com seus ecossistemas a salvo.

Deve-se compreender que não se trata, unicamente, da criação de entidades assistencialistas ou de órgãos não governamentais, sem gerenciamento estratégico

ou finalidade lucrativa, mas sim, de organizações que se valham de práticas gerenciais e estratégias profissionalizadas de gestão, para promover a justiça social e o empoderamento econômico dos atores envolvidos. Entende-se que a inovação precisa de um meio fértil para ocorrer, como um campo capaz de fomentar a criatividade. Essa é mais suscetível aos ambientes, com diversidade e riqueza sociocultural, tolerância para aceitar os riscos da inovação e a participação ativa dos cidadãos. Esse contexto, portanto, parte de um pressuposto básico, necessário a uma recomposição social que coloque a sociedade civil como protagonista, tanto na execução, quanto na responsabilização sobre as intervenções locais. Elas devem reforçar o poder de ações conjuntas que privilegiem parcerias para construção de um capital social forte e unido, que gere reciprocidade e colaboração mútua, alinhada a mesma identidade territorial.

O escopo apresentado demonstra que a pressão causada sobre cada um dos fatores intervenientes à sustentabilidade, gera impactos e relações conflituosas diante da sociedade, pautados no consumo e na geração de bens de produção, no que tange, especialmente, aos visitantes e sua influência. Essa situação estende-se a todas as áreas, inclusive, ao consumo do território, enquanto espaço de ocupação humana e troca de experiências, como ocorre no território turístico. Assim, devem-se perseguir modos de vida e de consumo do meio ambiente que permitam o monitoramento das diversas ações econômicas, sociais, culturais, institucionais e ambientais que minimizem os impactos negativos e potencializem os efeitos positivos, por meio de uma efetiva gestão participativa e compartilhada, a partir das dimensões de sustentabilidade. No caminho que leva a humanidade a “descobrir” alternativas econômicas fora da industrialização, adequadas ao conceito de desenvolvimento sustentável, foram traçadas direções distintas, infiltrando-se nos mais diversos segmentos produtivos do mundo e deveriam estar presentes, de modo inerente, à produção urbana. As formas atuais e as dimensões das atividades produtivas se esforçam para cultivar a criatividade e produzir os vários produtos tangíveis e intangíveis, necessários ou convenientes à demanda contemporânea. Assim, contribuem para a construção multidimensional do território, a partir de suas especificidades e não pela padronização parcial de regramentos, que são norteadores de crescimento das cidades.

Iniciativas inovadoras que procuram um movimento sustentado de seus territórios ficam restritas às localidades, cujo potencial turístico é evidente, pela capacidade de receber turistas e, com isso, movimentar a economia local de modo perceptível. Novamente, entende-se como um modo de produção e de beneficiamento econômico, apenas. Considerando-se que no Turismo, a natureza é vendida como mercadoria intangível, em termos de imagens e símbolos, evidencia-se a necessidade da adequação sistemática e flexível dos territórios turísticos, tendo o planejamento como um meio para estabelecer estratégias coerentes com a urbanização.

Para tanto, precisam-se propor estratégias de planejamento participativo para o desenvolvimento urbano e turístico sustentável, em nível local, por meio de ações descentralizadas que devem considerar as controvérsias, as dúvidas e o direito às discussões nos mais diversos segmentos, gerando opiniões, igualmente, contraditórias. Tais elementos subsidiam a proposta de uma abordagem prognóstica para a realidade de Unidades de Conservação, em territórios insulares, no sentido de maximizar os impactos positivos, da relação humana com o território e minimizar os possíveis impactos negativos. A partir dessa contextualização, é que se deve perceber o Turismo, na prerrogativa da inovação social e da sustentabilidade, inserida em um cenário que exige a adequação sistemática e flexível dos espaços.

Cita-se como exemplo, a captação do dinheiro arrecadado com a atividade turística, que se reparte e se dilui, irrigando os canais de consumo e de produção por uma capilaridade capaz de se refletir no vendedor, no agricultor, no artesão, no taxista, efetuando a difusão sobre o estado social de um bom número de indivíduos. Porém, a influência do Turismo não se limita apenas a seus efeitos materiais porque leva os turistas a descobertas das belezas do mundo, naturais e artificiais, à compreensão do fato que essas belezas estão à mercê da contemplação do ser humano, além do reconhecimento da diversidade cultural, como demonstração do valor da pluralidade de aspectos do gênero humano.

Em virtude dessa realidade, percebe-se uma transferência de capital de regiões mais industrializadas para regiões turísticas, cuja riqueza essencial é o capital natural, cultural e/ou etnográfico. Notadamente, o fenômeno turístico atingiu tal amplitude que não há mais condições de ignorá-lo como realidade e como fator influenciador, na modificação urbana dos territórios. Contemporâneo das grandes

transformações do mundo, é fruto da sociedade industrial, urbana e institucional, geradora de benefícios e de comodidades por um lado, e, por outro, de desafios e mudanças que podem se tornar irreversíveis.

Na atividade turística não há indicadores específicos que contabilizem a quantidade de divisas, resultantes do consumo através do Turismo, o quanto se investe em infraestrutura, como água, esgoto, rodovias, aeroportos, meios de hospedagem, entre outros. Contudo, quando relacionados a essas atividades, tais investimentos são considerados investimentos públicos ou de empreendimentos privados de consumo coletivo, tanto por parte dos turistas, quanto dos anfitriões, por isso, merecem instrumentos de organização, capazes de contemplar tais aspectos e que trabalhem, preventivamente, na construção saudável dos territórios que apropriam.

Entre as possibilidades, a implantação do EcoTurismo, tipo de Turismo compatível com os conceitos de sustentabilidade e de inovação social, depende do consenso da comunidade local em desenvolver a atividade de baixo impacto e com a preocupação de que o número de turistas não exceda à capacidade de absorção do território para visitação. Para tanto, observou-se que   determinante a maturidade política da popula o, não visualizada nos casos estudados, que precisa acontecer por um processo de educa o crítica que a torne capaz de refletir sobre sua realidade e participar da governança territorial e ambiental e que gere os resultados esperados, do ponto vista econômico, social e ambiental.

Considerando as hipóteses, previamente relacionadas como resposta às questões norteadoras da problemática deste trabalho, foi possível confirmar que a produ o do espaço urbano, em territórios insulares protegidos, depende das rela es de espaço-poder institucionalizadas, importando as dimensões multidimensionais de constru o desses territórios, mas que são subjugadas aos regramentos de uso de seus espaços, comprovando-se esse pressuposto pelas pesquisas.

Já como segunda hipótese também pode ser constatada, pois versou sobre o reconhecimento dos Grupos sociais, com rela o   força geradora de desenvolvimento social e econômico por meio da turistifica o do território, pautada nos recursos naturais e culturais, ficou evidenciada essa importância e o mérito da

questão, já que as Ilhas pesquisadas estão, antes de tudo, restritas a essa forma de desenvolvimento.

Sobre a intencionalidade da turistificação territorial para o aumento da urbanização em espaços insulares protegidos, essa hipótese pode ser comprovada parcialmente, porque as restrições ambientais legais controlam a intensidade do crescimento urbano nesses territórios e, por isso, também limitam a expansão urbana. Entretanto, em conformidade com o zoneamento de cada território, é perceptível a inserção de equipamentos urbanos, os quais também são necessários para qualidade de vida da população e de turistas, porém, dentro de limites aceitáveis de mudança e respeitando uma determinada capacidade de carga.

Diante do exposto, foi possível estabelecer a relação entre a produção urbana, nos territórios insulares protegidos de Fernando de Noronha e da Ilha do Mel, como casos emblemáticos brasileiros, os quais, em comum, apresentam limitações ambientais, decorrentes da institucionalização das Unidades de Conservação em seus territórios. Por esse motivo, seus moradores envolvem-se na atividade turística de forma direta ou indireta, como única alternativa econômica, sem necessariamente, estarem preparados para o fenômeno, devido à interferência cultural dos visitantes que impõe seus estilos de vida e criam necessidades urbanas, antes não existentes.

Conclui-se que, o modo como cada território trata a complexidade das relações de turistificação é bastante distinto: enquanto o primeiro tornou-se um núcleo urbano que reproduz o que uma cidade padrão tem, o segundo caso possui serviços urbanos básicos e mantém características rurais, com uma ocupação urbana discreta e distante de uma reprodução cidadina. Em ambos os casos, em proporções diferentes, o Turismo influencia na escala de urbanização de seus territórios, no modo de vida da população local, na gestão territorial e na governança institucionalizada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Fortaleza: MEPF – Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, 1998.

_____. **Do setor ao território: funções e medidas da Ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Repositório de Textos IPEA – Inter-relações entre as Transformações demográficas e a agenda social, São Paulo/RJ, 2000. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2360>. Acesso em: 30 nov 2014.

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. Recife, **R.B. Estudos urbanos e regionais**, n. 1, 1999.

_____. Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. Curitiba, **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.107, p. 25-38, jul./dez. 2004.

ALMEIDA, H.L.P.S. **Indicadores de qualidade de vida instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais: o caso da Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE**. UFC, 2002. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/15743>. Acesso em: 29 set. 2016.

ALVES-MAZZOTTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: 1998.

ANDRADE, J.V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1999.

ANDRADE, L.M.S.; GABRIEL, V.G.; DIAS, M.B. **Desafios para o futuro sustentável da Ilha de Fernando de Noronha: a visão ecossistêmica da ocupação urbana**. XII ENANPur, Florianópolis, 2009.

ASSIS, A.C. A compensação ambiental como fontes de custeio de Unidades de Conservação. Brasília: **Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União**, ano 4, n. 14, jan./mar. 2005.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES (ANPROTEC). **Agenda das cidades empreendedoras e inovadoras**. Disponível em: <<http://www.anprotec.org.br>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BARROS, A.P.G.M. Renovação das políticas territoriais sob o prisma da institucionalização e governança das novas regiões metropolitanas. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, v. 7, n.1, p. 1683-1699, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/view/1261/1144>. Acesso em: 08 jan 2017.

BEAUVIALA, C.; ROUSIER, N.; SAILLARD, Y. *Internalisation et transformations du rapport salarial: elements pour une nalyse locale*. In: LAMOTTE, B. **Les régulations de l'emploi: les stratégies des acteurs**. Paris: L'Harmattan, 1998.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC: Florianópolis, 2002.

BENI, M. **Análise estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 1997.

_____. Política e estratégia de desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do Turismo. São Paulo, **Revista Turismo em Análise**, 1999.

BIGNETTI, L.P. **As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa**. São Leopoldo: UNISINOS, 2011.

BITTENCOURT, C.M.A. **A informação e os indicadores de sustentabilidade: um estudo de caso no ORBIS metropolitano de Curitiba**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, UFSC: Florianópolis, 2006.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOO, E. **EcoTurismo: potenciales y escollos**. Washington: WWF, 1990. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=REPIDISCA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=81160&indexSearch=ID>. Acesso em: 05 jun. 2015.

BORELLI, E. Urbanização e qualidade ambiental: o processo de produção do espaço da costa brasileira. Florianópolis, **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, 2007.

BOUCHARD, Marie J. *Social innovation, an analytical grid for understanding the social economy: the example of the Québec housing sector*. **Service Business Journal**. v. 6, n. 1, dez. 2011. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11628-011-0123-9?no-access=true>. Acesso em: 31 mar. 2013.

BOULLÓN, R. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

BRAGA, D.C. **Planejamento Turístico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRAGA, Tânia Moreira et al. Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 4. n. 3, p. 11-33, set./dez. 2004b.

BRANDON, K.; RYLAND, A. **Unidades de Conservação brasileiras**. 2005. Disponível em: http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33871856/06_rylands_brandon.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1488761298&Signature=eCbaN8ZbnBXyQRggXNQC99ccV%2B0%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DUnidades_de_conservacao_brasileiras.pdf. Acesso em: 27 mai. 2015.

BRASIL. **Portal Brasil**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2014/06/cerca-de-20-do-territorio-nacional-e-protegido-por-unidades-de-conservacao>. Acesso em: 11 abr. 2016.

BUARQUE, S. **Metodologia para o planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA/IICA, 1999.

_____. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUENO, S. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 2007.

BUTLER, R. *The concept of a tourist area cycle of evolution*. *Canadian Geographer*. n. 24, 1980, p.5-12.

CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J.; OLIVEIRA, J. **Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós- Rio 1992**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=420835&indexSearch=ID>. Acesso em: 12 nov. 2016.

CASTOR, B.V.J. **Inovações sociais**. In: FARFUS, Daniele (org.) e ROCHA, Maria Cristina de Souza. Curitiba: SESI/SENAI/UNINDUS, 2007.

CATER, E. *Ecotourism. A sustainable option*. West Sussex: Jhon Wiley & Sons, 1994. In: SILVEIRA, MAT. **Impactos do Turismo no território**, 2002.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. *Tourism, ecotourism and protected areas*. Switzerland: The World Conservation Union, 1996.

CELEPAR - IAP. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Mel (2011)**. Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Plano_de_Manejo/PE_Ilha_do_Mel/item1_encarte1.pdf. Acesso em: 5 dez. 2016.

CENTRO DE PESQUISA HISTÓRICA E CULTURAL DE FERNANDO DE NORONHA (CEPEHC – FN). **Fernando de Noronha e a guerra fria**. Disponível em: <http://centropesquisanoronha.blogspot.com.br/2011/08/fernando-de-noronha-e-guerra-fria.html>. Acesso em: 20 abr. 2016.

CENTENO, R.R. *Metodologia de la investigacion aplicada al Turismo*. Casos practicos. México: Trillas, 1992.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CIDADES – Ministério das Cidades. **Plano diretor participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CLEMENTE A.; HIGACHI, H. Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

CORIOLOANO, L.N.; SAMPAIO, C.A.C. **Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e a América Latina para compreensão do Turismo comunitário e solidário.** São Paulo: RBTUR, 2009. Disponível em: <https://www.rbtur.org.br/rbtur/article/view/125>. Acesso em: 23 mai. 2016.

COSTA, A.C.R da. **Da economia da beleza à beleza da economia.** (1997) In: ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. Recife: **R.B. Estudos urbanos e regionais**, n. 1, 1999.

COSTA, M.C.L.; ALMEIDA, M.G. Trabalho e Turismo: território e cultura em mutação na beira mar em Fortaleza, p. 274 – 283. In: CORIOLOANO, L.N. (org.). **Turismo com ética.** Fortaleza: UECE, 1998.

CRISES (2010). **Centre de Recherche sur les Innovations Sociales.** Disponível em: www.crisis.ugam.ca. Acesso em: 12 abr. 2016.

CUNHA, S. K.; CUNHA, J. C. Sustentabilidade do cluster turístico da Ilha do Mel. In: PONCHIROLLI, O.; NEVES, L.S. (org.). **Estado, organizações e desenvolvimento local.** Curitiba: CRV, 2010.

DALLARI, D. A. **O que é participação política.** 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DALLABRIDA, I.S. **Responsabilidade social empresarial (SER) e economia de comunhão (EdC):** racionalidade empresarial na construção do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Instituto Ethos, 2005.

DALLABRIDA, V.R. Governança Territorial e Desenvolvimento: uma introdução ao tema. In: DALLABRIDA, Valdir Roque (org.). **Governança territorial e desenvolvimento:** descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DE LA TORRE, O. **Turismo actividad mundial.** Mexico: Trillas, 1992.

DENCKER, A. **Pesquisa em Turismo:** planejamento, métodos e técnicas. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, J.; CARMO, J.; POLETTE, M. Breves considerações sobre as Ilhas e sua gestão. Lisboa, **Revista de Gestão costeira**, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388340130001>. Acesso em: 11 out. 2015.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo:** política e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Saraiva, 2006.

DIEGUES, A. C. **Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas:** o caso das comunidades caiçaras. São Paulo: NUPAUB-USP, 1988.

_____. (org.). **Ilhas e sociedades insulares.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1992.

_____. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário, Geografia: teoria e realidade.** São Paulo, Hucitec: 1996.

_____. (org.). Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NAPPHAUB, USP, 2000.

DOWBOR, L. Inovação social e sustentabilidade. **Revista Brasileira de Gestão Urbana:** Curitiba, 2009.

_____. **Redes de informação de gestão local.** Disponível em: <<http://www.ufpe.br/snbu/ladislau.doc>>. Acesso em: 30 set. 2014.

_____. **O que acontece com o trabalho.** São Paulo: SENAC, 2006.

_____. **Políticas nacionais de apoio ao desenvolvimento local: empreendedorismo local e tecnologias sociais.** Rio de Janeiro: RAP, 2005.

DRUMMOND, GM. **Livro brasileiro da fauna ameaçada de extinção.** 2001. In: ICMBIO. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/fauna-brasileira/livro-vermelho/volumel/vol_1_parte2.pdf. Acesso em: 4 ago. 2016.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca.** São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

EMMENDOERFER, M.; SILVA, F.; LIMA, A. **Evidências de inovação social na gestão pública do Turismo em Minas Gerais-Brasil: o modelo de circuitos turísticos em análise.** Viçosa: UFV, 2011.

FABRICIO, A.C.B. **Turismo, meio ambiente e sustentabilidade.** Curitiba: Intersaberes, 2015.

FACHINELLI, A. et al. **A importância da inovação social e da economia criativa como indutores para o desenvolvimento sustentável.** Int. J. Knowl. Eng. Manag. Florianópolis: UFSC, 2014.

FARAH JÚNIOR, M. F. **Uma proposta de estruturação da capacidade competitiva das pequenas e médias empresas metal-mecânicas da região de Curitiba através da formação de um cluster.** 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Artemed, 2004.

FRATUCCI, A.C. Turismo e território: relações e complexidades. Rio de Janeiro: **Caderno virtual de Turismo,** 2014. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno>. Acesso em: 27 mar. 2016.

FREEMAN, R. (OCDE) ***Institutional Differences and Economic Performance Among OECD Countries.*** Londres: *Centre for Economic Performance London School of Economics and Political Science,* 2002.

FURLAN, S. A. As Ilhas do litoral paulista: Turismo e áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Ilhas e sociedades insulares**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1997.

_____. Unidade de conservação insular: considerações sobre a dinâmica insular, planos de manejo e Turismo Ambiental. In: LEMOS, A. (org.). **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GILLY, J.P.; PECQUEUER, B. **La dimension locale de la régulation**. Paris: *La Découverte*, 1995.

GILLY, J.P.; TORRE, A. **Dynamiques de proximité**. Paris: *L'Harmattan*, 2000.

GIOVANNINI JUNIOR, O. Cidade presépio em tempos de paixão. Turismo e religião: tensão, negociação e inversão na cidade histórica de Tiradentes. In: BANDUCCI, J. Álvaro; BARRETO, M. (org.) **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papyrus, 2001.

GODARD, O. **Environnement, modes de coordination et systèmes de legitime: analyse de la categorie de patrimoine naturel**. Paris: *Révue Economique*, 1990.

GODOY, A. S. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades**. São Paulo: Era, 1995.

GODOY, A. **O modelo da natureza e natureza do modelo**. São Paulo: *Perspectiva*, v.14, n. 4, out./dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88392000000400015&script=sci_arttext. Acesso em: 9 jul. 2016.

GOELDNER, C.; RITCHIE, J.; McINTOSH, R. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, A.F. O empreendedorismo como uma alavanca para o desenvolvimento local. **Revista Eletrônica da Administração**, 2005, v. 4, n. 2. Disponível em: <http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/view/192>. Acesso em: 19 nov. 2015.

GOODEY, B. Turismo cultural: novos viajantes, novas descobertas. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

GOTTMANN, J. **A evolução do conceito de território**. Disponível em: http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86/2012v2n3_Gottmann. Acesso: 04 abr. 2016.

GRIMM, I.J.; SAMPAIO, C.A.C. Turismo comunitário: convivencialidade e conservação ambiental. **Revista Brasileira em Ciências Ambientais**, 2011. Disponível em: http://www.abes-dn.org.br/publicacoes/rbciamb/PDFs/19-09_Materia_geral_7_artigos273.pdf. Acesso em: 16 nov. 2016.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Cartografias do desejo**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

HAESBAERT, R. Redes de diásporas. Niterói, **Cadernos de Departamento de Geografia**, 2(2):9- 15, 1999.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território: territórios ensaios sobre ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. Rio de Janeiro, **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas: etc....espaço, tempo e crítica**, UFF, 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOLLINGSWORTH, J. R; BOYER, R. **Contemporary Capitalism: The Embeddedness of Institutions (eds).** Cambridge: Cambridge University Press, 1997, 493p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 20 fev. 2017.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP). **A Ilha do Mel.** Disponível em: [http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Plano de Manejo/PE Ilha do Mel/item1 enc arte1.pdf](http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Plano%20de%20Manejo/PE%20Ilha%20do%20Mel/item1_encarte1.pdf). Acesso em: 07 mai. 2015.

_____. **As comunidades da Ilha do Mel.** Disponível em: [http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Plano de Manejo/PE Ilha do Mel/item1 enc arte1.pdf](http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Plano%20de%20Manejo/PE%20Ilha%20do%20Mel/item1_encarte1.pdf). Acesso em: 07 mai. 2015.

_____. **Controle de acesso à Ilha do Mel.** Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/iap/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=659>. Acesso em: 07 mai. 2015.

INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE – ICMBIO. Portal Brasil: Meio ambiente. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2014/06/cerca-de-20-do-territorio-nacional-e-protetido-por-unidades-de-conservacao>. Acesso em: 10 dez. 2015.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL E UNIETHOS – **Educação para a responsabilidade social e o desenvolvimento Sustentável. Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade de 2002 da Global Reporting Initiative (GRI) – Versão Brasileira.** Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/gri_final.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2015.

IRVING, M. Reinventando a reflexão sobre Turismo de base comunitária. In: (org.) BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

KINKER, S. **EcoTurismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus, 2002.

KOGA, D. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

LAGE, H. G.; MILONE, P. C. Impactos socioeconômicos globais do Turismo. In: LAGE, H. G.; MILONE, P. C. (org). **Turismo – teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000, p. 117-13.

LAKATOS, E. **Sociologia Geral**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

LEFÈBVRE, H. **Le droit à la ville suivid, espace et politique**. Paris: *Anthropos*, 1972.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. **EcoTurismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1999.

MAPAS DA ILHA DE FERNANDO DE NORONHA. Disponível em: <http://www.ilhadenoronha.com.br/allha/allha.php>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o Turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 7, n.1-2, p. 83-103, out. 1995.

MARINHO, M.A. **Territorialidade e governança em áreas protegidas: o caso da comunidade do Marujá, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananéia, SP)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Física da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2013.

MARTINS, R; VAZ, J.C.; CALDAS, E.L. **A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des) articulação de atores, instrumentos e território**. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, mai/jun, 2010.

MAX-NEEF, M.A. **Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação, reflexos posteriores**. Blumenau: Edifurb, 2012.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade**. V.I.X, n.1, jan-jun. 2006.

_____. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, Departamento de Geografia, Tese de doutorado, 2005.

MEDEIROS, R.; YOUNG; C. E. F.; PAVESE, H. B.; ARAÚJO, F. F. S. **Contribuição das Unidades de Conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo**. Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MELCOP, A. **Forte dos Remédios**. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/pe-viver-noronha/2013/08/22/noronha-recebe-verba-para-recuperacao-do-patrimonio-historico/>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MELLO, Flavia de Campos. Teoria dos Jogos e relações internacionais: um balanço dos debates. **BIB**, Rio de Janeiro, nº 44, p. 105-119, 1997.

MESQUITA, A.P. **Rural e urbano na Vila do distrito de Pires Belo, município de Catalão (GO): a vida cotidiana e a relação com o lugar**. Goiania: UFG, Departamento de Geografia, Dissertação de Mestrado, 2014.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. PNOT – Política nacional para o Ordenamento Territorial. **Documento base para a definição de uma política nacional de ordenamento territorial**. Brasília: 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Informe Nacional sobre áreas protegidas no Brasil**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Departamento de Áreas Protegidas. Brasília: MMA, 2006 e 2007.

MIRAGAYA, J. SIGNORI, L. **A importância da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) para o desenvolvimento sustentável brasileiro**. Brasília, UNB: 2006.

MONTE-MÓR, R. L. *Modernities in the Jungle: extended urbanization in the Brazilian Amazonia*. Unpublished Ph.D. Los Angeles: *University of California*, (UCLA), 2004.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MOULAERT, F.; MARTINELLI, F.; GONZÁLES, S.; SWYNGEDOUW, E. *Introduction: Social Innovation and Governance in European Cities*. **European Urban and Regional Studies**, 14(3):195-209: 2007. <http://dx.doi.org/10.1177/0969776407077737>. Acesso em: 11 out. 2015.

MULS, L.M. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Revista Economia**, jan.-abr., 2008. Disponível em: http://anpec.org.br/revista/vol9/vol9n1p1_21.pdf. Acesso em: 3 mar. 2016.

NASCIMENTO, E.P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados, revistas USP**, 2012.

NELSON, S.; PEREIRA, E. **EcoTurismo: práticas para o Turismo sustentável**. Manaus: Norte, 2004.

OCDE. **Francati Manual: Proposed Standard Practice for Surveys on Research and Experimental development**, 2002.

OLIVEIRA, C.; SANTANA, A. A governança no arranjo produtivo de grãos de Santarém e Belterra, Estado do Pará: uma análise a partir do grão soja. Brasília: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032012000400006&script=sci_arttext. Acesso em: 30 ago. 2016.

PÁDUA, M. T. J. Categorias de unidades de conservação – objetivos de manejo. **Boletim FBCN**, 1978.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. **Política de desenvolvimento urbano e regional para o estado do Paraná**. Curitiba, 2013.

PCDF – *People Centered Development Forum*. **Sustainability as the organization principle of people – centered development**. Nova York, 1992.

PEARCE, D. **Tourism today: a geographical analysis**. Londres: Logman, 1988.

_____. **Geografia do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

PECK, J. **For Polanyian economic geographies. A environment and planning**, 2013.

PECQUEUR, B. **Le développement local**. Paris: Syros, 2000.

PÉRON, F. **Des îles et des hommes: insularité aujourd'hui**. France: Rennes Editions de la Cité-Ouest, 1997.

PERRIN, J.C. *Pour une révision de la Science régionale, une approche par les milieux*. **Revue Canadiense des Sciences Régionales**. Montréal, 1992.

PIRES, E; MÜLLER, G.; VERDI, A.R. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia**, Rio Claro, v.31, n.3, p. 449, set./dez. 2006. Disponível em: http://ftp-acd.puc-campinas.edu.br/pub/professores/ceatec/juleusa/Geografia/REDES%20E%20FLUXOS/sem_elson.pdf. Acesso em: 18 ago. 2016.

PORTAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (ICMBIO). Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/criacaoeunidadesdeconservacao>. Acesso em: 5 mai. 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2004**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-20004.html>. Acesso em: 15 jun. 2015.

PROCOPIUK, Mario. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária**. São Paulo: Atlas, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, A.F. **Preservação ambiental no contexto urbano: cidade e natureza na Ilha de Santa Catarina**. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/231/215>. Acesso em: 04 abr. 2016.

REVISTA DE HISTÓRIA. **O outro lado da Ilha**. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/o-outro-lado-da-ilha>. Acesso em: 20 abr. 2016.

REZENDE, D.A.; CASTOR, B.V.J. **Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas.** Rio de Janeiro: Brasport, 2005 e 2006.

RIBEIRO, R.M. **Sistema de planejamento do Turismo** – proposição de uma ferramenta de planejamento turístico e territorial com foco em Guaratuba-PR. 2011 (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2011.

RODRIGUES, A.B. (org.) **Turismo e desenvolvimento local.** São Paulo: Hucitec, 2000.

RODRIGUES, H. **A formação da intenção em duas culturas: um estudo com o Turismo de aventura.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

RODRIGUEZ, A. L. Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre Nonprofit Sector e Economia Social. In: **ENCONTRO DA ANPAD, XXX, Salvador, Anais...** Salvador, CD-ROM, 2006.

ROMEIRO, AR. Economia ou economia política da sustentabilidade? **Texto para discussão.** IE/UNICAMP, Campinas, n. 102, set. 2001. Disponível em: <http://cursa.ihmc.us/rid=1GM431YJX-G9XCVN-S9/economia%20ou%20economia%20da%20pol%C3%ADtica%20da%20sustentabilidade.pdf>. Acesso?

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas: Papirus, 1997.

_____. **Turismo e planejamento sustentável.** Campinas: Papirus, 2001.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

_____. *The Development Challenge.* **Foreign Affairs**, v. 84, nº 2, mar./abr., p. 78-90, 2004.

SAHR, C.; SAHR, W. **Territórios – faxinais – espaços.** A problemática “espaço / território” na formação social brasileira. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>. Acesso em 04. Abr. 2016.

SAMPAIO, C.A.C.; SOUZA, C. Educação para o desenvolvimento territorial: experiências para a produção de competências a partir de um programa de extensão rural universitária. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos.** ABER,

2015. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/51/100>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SANTIN, Janaína R.; FREITAS, Felipe S. de. **O Estatuto da cidade e a gestão democrática municipal**. Disponível em: www.mundojuridico.adv.br/html/artigos/documentos/texto239.htm>. Acesso em: 17 mai. 2013.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____ et al. (org). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 2001.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo, 2002.

SANTOS JUNIOR, O.D. **Turismo em Unidades de Conservação: adaptação do método visitor activity management process (VAMP) para a caracterização do uso público e o manejo de visitantes no Parque Estadual da Ilha do Mel (PR)**. Revista Hospitalidade, 2006. Disponível em: <https://revhosp.org/hospitalidade/article/view/172>. Acesso em: 17 nov. 2016.

SAQUET, M.A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. O desenvolvimento da colônia Silveira Martins. Porto Alegre: Est. Edições, 2003.

SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: UNESP, 2009.

SEIFERT, M.E.B. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011.

SERAFINI, T; FRANÇA, G; ANDRIGUETTO-FILHO, J.M. **Ilhas oceânicas brasileiras: biodiversidade conhecida e sua relação com o histórico de uso e ocupação humana**. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Thiago_Serafini/publication/232062223_Ilhas_oceânicas_brasileiras_biodiversidade_conhecida_e_sua_relaçao_com_o_historico_de_uso_e_ocupacao_humana/links/0fcfd50bf7b244294a000000.pdf. Acesso em: 09 abr. 2016.

SICHE et al. **Sustainability of nations by indices: Comparative study between environmental sustainability index, ecological footprint and the energy performance indices**. *Ecological Economics*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SILVEIRA, M.A.T. **Geografia aplicada ao Turismo: fundamentos teórico-práticos**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez. 2006.

SKOCPOL, T. (1985). **Anotações da disciplina de Políticas Públicas: aspectos conceituais e análise de políticas públicas ministrada pela professora Samira Kauchakje, set.**, 2012.

- SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**, v.1. São Paulo: Aleph, 2001.
- SWARBROOKE, J.; HORNER, S. **O comportamento do consumidor no Turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.
- SWARBROOKE et al. **Turismo de aventura: conceitos e estudos de caso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- TEIXEIRA, Wilson (org.). **Arquipélago Fernando de Noronha: o paraíso do vulcão**. São Paulo: Terra Virgem, 2003.
- TELES, R. **Fundamentos geográficos do Turismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- TUAN, Y. **Espaço & Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.
- VECCHIATTI, Karin. **Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura**. São Paulo. Perspec., São Paulo, v. 18, n. 3, p. 90-95, set. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 abr. 2016.
- VEIGA, J.E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- VIVERET, P. **Reconsiderar a riqueza**. Brasília: UNB, 2006.
- WHELAN, T. **Nature tourism: management for the environment**. Washington: Island Press, 1991.
- WILDNER, W.; FERREIRA, R.V. **Geoparque de Fernando de Noronha – a proposta**. CPRM: Serviço Geológico do Brasil, 2015.
- TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- ZHOURI, A. **Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental**. RBCS, v. 23 n. 68. out. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n68/v23n68a07>. Acesso em: 17 jan 2017.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DA PESQUISA OBSERVACIONAL – GRUPOS
SOCIAIS 1, 2 E 3**

- a) Como se dá a relação entre a ocupação urbana e a conservação de áreas de proteção, a partir do que é preconizado nos pilares de sustentabilidade?
 - a.1) Ambiental.
 - a.2) Sócio-cultural.
 - a.3) Econômico.
 - a.4) Político.

- b) A atividade turística, em território insulares protegidos, pode ser uma estratégia de inovação social que viabilize uma ocupação urbana de baixo impacto?

- c) Quais as implicações da turistificação de territórios insulares protegidos?

- d) Por que as dimensões da sustentabilidade são relevantes para mediar a ocupação urbana desses territórios?

- e) Quais boas práticas poderiam ser replicadas em territórios insulares protegidos, em fase de ordenamento e uso turístico?

- f) Os modelos existentes de ocupação humana em territórios insulares protegidos dependem das relações de espaço-poder institucionalizadas?

- g) Há o reconhecimento de que recursos naturais e culturais são capazes de gerar desenvolvimento social e econômico, por meio da turistificação territorial?

- h) A turistificação territorial implica no aumento da urbanização em espaços insulares protegidos?

**APÊNDICE B – ROTEIRO DA PESQUISA OBSERVACIONAL –
CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE CASO**

1. Nome do Território.
2. Município (sede) /Estado.
3. Modalidades observadas: (a) Turismo Sustentável; (b) Responsabilidade Socioambiental; (c) Economia; (d) Gestão de Unidades de Conservação Ambiental (e) Outro tipo de Turismo (qual?).
4. Localização (território): sede e arredores (Coordenadas Latitudinais e Longitudinais da localização) - mapa de boa qualidade.
5. Caracterização: Geográfica, Histórica, Ecológica, Social, Cultural e Econômica.
6. Cultura organizacional predominante (associativismo, empreendedorismo, religiosidade, movimento social e outros).
7. Arranjo Institucional (descentralização/centralização, participação induzida/voluntária, ONGs e outros).